Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 10

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 11

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 12

Demonstração do Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 22

Demonstração do Fluxo de Caixa 23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 26

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 27

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 28

Demonstração do Valor Adicionado 29

Relatório da Administração 31

Notas Explicativas 84

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 234

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 238

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 243

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 244

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 245

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	420.765
Preferenciais	838.077
Total	1.258.842
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	561
Total	561

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	15.848.942	15.419.813	16.319.138
1.01	Ativo Circulante	1.058.819	1.341.139	1.403.858
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.672	69.352	256.484
1.01.02	Aplicações Financeiras	63.960	133.359	127.390
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	61.998	132.228	115.214
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	61.998	132.228	115.214
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.962	1.131	12.176
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.962	1.131	12.176
1.01.03	Contas a Receber	838.067	673.239	1.004.796
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	838.067	673.239	1.004.796
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	603.049	673.239	1.004.796
1.01.03.02.02	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	235.018	0	0
1.01.04	Estoques	10	12	10
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.765	78.174	4.821
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.765	78.174	4.821
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	43	0	4.821
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	19.722	78.174	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	98.345	387.003	10.357
1.01.08.03	Outros	98.345	387.003	10.357
1.01.08.03.02	Fundos Vinculados	87.872	366.568	133
1.01.08.03.20	Outros	10.473	20.435	10.224
1.02	Ativo Não Circulante	14.790.123	14.078.674	14.915.280
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.093.672	1.446.764	1.499.104
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.737	5.959	2.275
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.737	5.959	2.275
1.02.01.06	Tributos Diferidos	756.739	789.318	778.120
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	756.739	789.318	778.120
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	335.196	651.487	718.709
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados a Litígios	277.791	499.868	483.264

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.01.09.04	Tributos Compensáveis	1.810	1.816	6.570
1.02.01.09.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	20.617	112.060	205.620
1.02.01.09.20	Outros Créditos	34.978	37.743	23.255
1.02.02	Investimentos	13.692.183	12.627.857	13.412.081
1.02.02.01	Participações Societárias	13.692.183	12.627.857	13.412.081
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.091.898	7.764.890	3.667.234
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.600.285	4.862.967	9.744.847
1.02.03	Imobilizado	1.810	2.201	2.177
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.810	2.201	2.177
1.02.04	Intangível	2.458	1.852	1.918
1.02.04.01	Intangíveis	2.458	1.852	1.918
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.458	1.852	1.918

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	15.848.942	15.419.813	16.319.138
2.01	Passivo Circulante	974.190	1.749.445	2.646.282
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.072	9.970	10.382
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.072	9.970	10.382
2.01.02	Fornecedores	4.667	20.936	8.765
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.667	20.936	8.765
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.841	83.634	53.123
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.741	83.533	34.912
2.01.03.01.02	COFINS	2.484	32.332	26.895
2.01.03.01.03	PASEP	484	6.987	5.708
2.01.03.01.04	INSS	1.913	1.933	1.740
2.01.03.01.05	Outros	860	42.281	569
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	0	18.091
2.01.03.02.01	ICMS	0	0	18.091
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	100	101	120
2.01.03.03.01	ISSQN	100	101	120
2.01.05	Outras Obrigações	952.610	1.634.905	2.574.012
2.01.05.02	Outros	952.610	1.634.905	2.574.012
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	425.838	466.689	1.306.584
2.01.05.02.04	Participações no Lucro	348	899	7.986
2.01.05.02.05	Obrigações Pós-Emprego	12.974	11.143	9.139
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções de Venda	507.232	1.149.881	1.245.103
2.01.05.02.07	Outros	6.218	6.293	5.200
2.02	Passivo Não Circulante	548.766	740.087	689.158
2.02.02	Outras Obrigações	485.572	430.092	354.024
2.02.02.02	Outros	485.572	430.092	354.024
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	446.523	386.321	294.052
2.02.02.02.04	Outros	39.049	43.771	59.972
2.02.04	Provisões	63.194	309.995	335.134

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48.058	48.470	44.058
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.473	8.869	10.306
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.603	34.928	29.169
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.982	4.673	4.583
2.02.04.02	Outras Provisões	15.136	261.525	291.076
2.02.04.02.04	Regulatórios	13.959	21.614	21.696
2.02.04.02.05	Outros	1.177	466	427
2.02.04.02.06	Provisões Societárias	0	239.445	268.953
2.03	Patrimônio Líquido	14.325.986	12.930.281	12.983.698
2.03.01	Capital Social Realizado	6.294.208	6.294.208	6.294.208
2.03.02	Reservas de Capital	3.139.726	1.924.503	1.924.503
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230	69.230
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.362	-1.362
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.215.223	0	0
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	5.728.574	5.199.855	4.662.723
2.03.04.01	Reserva Legal	853.018	853.018	853.018
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.214	57.214
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	3.340.949	2.812.943	2.905.409
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	1.419.846	1.419.846	797.316
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	57.546	56.834	49.766
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-836.522	-488.285	102.264

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	325	665	292
3.03	Resultado Bruto	325	665	292
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	791.034	366.079	2.116.344
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-51.544	-67.447	-44.749
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-53.424	215.179	-1.112.776
3.04.05.02	Outras (Despesas) Receitas Operacionais	185.367	131.989	-28.019
3.04.05.03	Ajuste para Perdas e Provisões Operacionais	-238.791	83.190	-1.084.757
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	896.002	218.347	3.273.869
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	791.359	366.744	2.116.636
3.06	Resultado Financeiro	349.916	54.746	29.156
3.06.01	Receitas Financeiras	114.375	72.930	65.180
3.06.02	Despesas Financeiras	235.541	-18.184	-36.024
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.141.275	421.490	2.145.792
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-140.321	-87.156	322.708
3.08.01	Corrente	-85.710	-76.103	-38.248
3.08.02	Diferido	-54.611	-11.053	360.956
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.000.954	334.334	2.468.500
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.000.954	334.334	2.468.500
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,37000	0,10000	1,96000
3.99.01.02	PN	0,84000	0,35000	1,96000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,37000	0,07000	1,96000
3.99.02.02	PN	0,84000	0,32000	1,96000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	1.000.954	334.334	2.468.500
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-301.416	-553.291	-306.532
4.02.04	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abragentes em controlada e controlada em conjunto	-220.513	-467.840	-254.663
4.02.05	Ajuste de Passivo Atuarial	-42.769	-43.192	-106.293
4.02.06	Diferenças Cambiais de Equivalência Patrimonial	-38.134	-2.812	54.424
4.02.07	Reclassificação dos ajustes de conversão para o resultado decorrente da alienação da Transchile	0	-39.447	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	699.538	-218.957	2.161.968

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	13.921	841.487	1.130.633
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.602	-29.169	-55.659
6.01.01.01	Resultado do Exercício	1.000.954	334.334	2.468.500
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	140.321	87.156	-322.708
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	488	520	1.601
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	2	10.698	0
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-896.002	-218.347	-3.273.869
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	-47.971	-37.385	-24.136
6.01.01.07	Provisões para Perdas Operacionais	238.791	66.570	1.084.757
6.01.01.09	Obrigações Pós-Emprego	12.697	41.944	10.196
6.01.01.13	Ganho na Alienação de Investimentos	-197.233	-314.659	0
6.01.01.16	Variação Monetária - AFAC Governo do Estado de Minas Gerais	-239.445	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.319	926.820	1.188.965
6.01.02.04	Tributos Compensáveis	-37	9.575	-7
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	-24.651	37.063	1.484
6.01.02.06	Depósitos Vinculados a Litígio	-13.338	-8.727	-6.576
6.01.02.07	Dividendos Recebidos de Participações	834.984	1.055.007	1.241.924
6.01.02.08	Fornecedores	-16.269	12.171	2.999
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	13.124	30.511	-4.852
6.01.02.10	Salários e Contribuiçoes Sociais	1.102	-412	1.827
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Socia a Pagar	0	-19.939	-35.575
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-15.465	-13.115	-11.135
6.01.02.14	Instrumentos Financeiros - Opções de Venda	-830.217	-149.760	0
6.01.02.15	Outros	5.795	-25.554	-1.124
6.01.02.16	Contas a receber do Estado de Minas Gerais	46.291	0	0
6.01.03	Outros	0	-56.164	-2.673
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-56.164	-2.673
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-718.496	-354.264	-191.102
6.02.01	Em Investimentos	-1.070.108	22.302	-105.430

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02.02	Em Títulos e Valores mobiliários - Aplicação Financeira	73.621	-9.653	-82.390
6.02.03	Fundos Vinculados	278.696	-366.435	140
6.02.04	Em Imobilizado	0	-444	-2.360
6.02.05	Em Intangível	-705	-34	-1.062
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	673.895	-674.355	-796.383
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-541.328	-674.355	-796.383
6.03.06	Aporte de Acionistas para Futuro Aumento de Capital	1.215.223	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.680	-187.132	143.148
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.352	256.484	113.336
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.672	69.352	256.484

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	1.924.503	5.199.855	0	-488.285	12.930.281
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	1.924.503	5.199.855	0	-488.285	12.930.281
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.215.223	0	-500.477	0	714.746
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	1.215.223	0	0	0	1.215.223
5.04.09	Dividendos Estatutários	0	0	0	-500.477	0	-500.477
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.000.954	-301.416	699.538
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.000.954	0	1.000.954
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-301.416	-301.416
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-40.936	-40.936
5.05.02.06	Ajuste de Passivo Atuarial - Remens. de Obrig de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	0	0	0	0	-260.480	-260.480
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	528.719	-500.477	-46.821	-18.579
5.06.04	Reserva de retenção de lucros	0	0	528.007	-528.007	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	712	-712	0	0
5.06.06	Realização do custo atribuído de imobilizado	0	0	0	28.242	-46.821	-18.579
5.07	Saldos Finais	6.294.208	3.139.726	5.728.574	0	-836.522	14.325.986

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	1.924.503	4.662.723	0	102.264	12.983.698
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	1.924.503	4.662.723	0	102.264	12.983.698
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	369.526	-203.986	0	165.540
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-380.000	0	0	-380.000
5.04.08	Dividendos Estatutários	0	0	126.996	-203.986	0	-76.990
5.04.09	Reserva de Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos	0	0	622.530	0	0	622.530
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	334.334	-553.291	-218.957
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	334.334	0	334.334
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-553.291	-553.291
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-38.283	-38.283
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10	-10
5.05.02.06	Ajuste de Passivo Atuarial - Remens. de Obrig de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	0	0	0	0	-514.998	-514.998
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	167.606	-130.348	-37.258	0
5.06.04	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	7.068	-7.068	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	160.538	-160.538	0	0
5.06.06	Ajuste de Avaliação patrimonial - custo atribuido de Imobilizado	0	0	0	37.258	-37.258	0
5.07	Saldos Finais	6.294.208	1.924.503	5.199.855	0	-488.285	12.930.281

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	1.924.503	2.593.868	0	468.332	11.280.911
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	1.924.503	2.593.868	0	468.332	11.280.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.256.497	0	-1.256.497
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-200.000	0	-200.000
5.04.08	Dividendos Estatutários	0	0	0	-1.056.497	0	-1.056.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.468.500	-306.532	2.161.968
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.468.500	0	2.468.500
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-306.532	-306.532
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	52.671	52.671
5.05.02.06	Ajuste de Passivo Atuarial	0	0	0	0	-359.466	-359.466
5.05.02.07	Diferenças Cambiais de Conversão de Operação no Exterior	0	0	0	0	263	263
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.068.855	-1.212.003	-59.536	797.316
5.06.04	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	1.250.843	-1.250.843	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	20.696	-20.696	0	0
5.06.06	Ajustes da Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído de Imobilizado	0	0	0	59.536	-59.536	0
5.06.07	Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	0	0	797.316	0	0	797.316
5.07	Saldos Finais	6.294.208	1.924.503	4.662.723	0	102.264	12.983.698

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	358	733	321
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	358	733	321
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-56.450	179.967	-1.114.366
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.586	-31.352	-11.253
7.02.04	Outros	-37.864	211.319	-1.103.113
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-37.864	211.319	-1.103.113
7.03	Valor Adicionado Bruto	-56.092	180.700	-1.114.045
7.04	Retenções	-488	-520	-1.601
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-488	-520	-1.601
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-56.580	180.180	-1.115.646
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.010.377	330.724	3.339.049
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	896.002	218.347	3.273.869
7.06.02	Receitas Financeiras	114.375	112.377	65.180
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	953.797	510.904	2.223.403
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	953.797	510.904	2.223.403
7.08.01	Pessoal	40.134	65.130	37.211
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.420	18.951	29.844
7.08.01.02	Benefícios	11.475	38.892	6.229
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.679	1.964	1.138
7.08.01.04	Outros	6.560	5.323	0
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento de Empregados	6.560	5.323	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	143.704	90.873	-319.084
7.08.02.01	Federais	142.798	90.555	-319.329
7.08.02.02	Estaduais	752	95	152
7.08.02.03	Municipais	154	223	93
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-230.995	20.567	36.776
7.08.03.01	Juros	-235.541	18.184	36.024
7.08.03.02	Aluguéis	4.546	2.383	752
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.000.954	334.334	2.468.500

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	203.986	1.256.497
7.08.04.02	Dividendos	500.477	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	500.477	130.348	1.212.003

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	42.239.589	42.035.853	40.857.089
1.01	Ativo Circulante	8.537.303	8.285.470	9.376.738
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.030.257	995.132	924.632
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.058.384	1.014.188	2.426.746
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.043.892	1.013.057	2.285.452
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.043.892	1.013.057	2.285.452
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	14.492	1.131	141.294
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	14.492	1.131	141.294
1.01.03	Contas a Receber	4.197.303	3.436.404	3.826.502
1.01.03.01	Clientes	3.885.392	3.425.018	3.764.477
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	3.885.392	3.425.018	3.580.789
1.01.03.01.02	Concessionários - Transporte de Energia	0	0	183.688
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	311.911	11.386	62.025
1.01.03.02.01	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	235.018	0	0
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	76.893	11.386	62.025
1.01.04	Estoques	38.134	49.473	37.264
1.01.06	Tributos a Recuperar	513.364	825.803	481.159
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	513.364	825.803	481.159
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	339.574	589.519	305.829
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	173.790	236.284	175.330
1.01.07	Despesas Antecipadas	116.050	1.059	87.241
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	116.050	1.059	87.241
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.583.811	1.963.411	1.593.194
1.01.08.03	Outros	1.583.811	1.963.411	1.593.194
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro da Concessão	847.877	730.488	873.699
1.01.08.03.02	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	73.345	63.751	71.695
1.01.08.03.03	Fundos Vinculados	106.227	367.474	162
1.01.08.03.16	Subsídios Tarifários	103.746	102.262	0
1.01.08.03.17	Subvenção Baixa Renda	26.660	36.261	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.01.08.03.18	Créditos junto à Eletrobrás - RGR	0	48.379	0
1.01.08.03.19	Créditos junto à Eletrobrás - CDE	4.216	90.065	0
1.01.08.03.20	Outros Créditos	421.740	524.731	647.638
1.02	Ativo Não Circulante	33.702.286	33.750.383	31.480.351
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.991.823	10.402.539	7.520.077
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	29.753	31.040	83.566
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	29.753	31.040	83.566
1.02.01.03	Contas a Receber	255.328	146.367	133.691
1.02.01.03.01	Clientes	255.328	146.367	133.691
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.871.228	1.797.453	1.498.479
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.871.228	1.797.453	1.498.479
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	6.870	229.053	60.000
1.02.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	6.870	229.053	60.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.828.644	8.198.626	5.744.341
1.02.01.09.03	Tributos Compensáveis	230.678	178.288	257.851
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados a Litígios	2.335.632	1.886.879	1.813.341
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro da Concessão	6.604.624	4.971.244	2.659.805
1.02.01.09.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	20.617	112.060	205.620
1.02.01.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	8.649	0	0
1.02.01.09.20	Outros Créditos	628.444	1.050.155	807.724
1.02.02	Investimentos	7.792.225	8.753.088	9.744.847
1.02.02.01	Participações Societárias	7.792.225	8.753.088	9.744.847
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	7.792.225	8.753.088	9.744.847
1.02.03	Imobilizado	2.762.310	3.775.076	3.940.323
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.656.261	3.636.970	3.750.619
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	106.049	138.106	189.704
1.02.04	Intangível	11.155.928	10.819.680	10.275.104
1.02.04.01	Intangíveis	11.155.928	10.819.680	10.275.104
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	11.155.928	10.819.680	10.275.104

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	42.239.589	42.035.853	40.857.089
2.01	Passivo Circulante	8.662.284	11.447.460	13.074.072
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	207.091	224.741	220.573
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	207.091	224.741	220.573
2.01.02	Fornecedores	2.342.757	1.939.593	1.901.153
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.342.757	1.939.593	1.901.153
2.01.03	Obrigações Fiscais	819.868	820.453	750.759
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	322.952	318.918	279.773
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	115.296	26.866	10.646
2.01.03.01.02	COFINS	126.065	128.030	156.657
2.01.03.01.03	PASEP	27.154	27.701	33.332
2.01.03.01.04	INSS	19.522	24.865	22.464
2.01.03.01.05	Outros	34.915	111.456	56.674
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	496.916	501.535	462.336
2.01.03.02.01	ICMS	496.916	501.535	462.336
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	0	8.650
2.01.03.03.01	ISSQN	0	0	8.650
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.370.551	4.836.923	6.300.359
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	181.707	1.775.873	5.136.874
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	150.925	1.770.856	5.128.037
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	30.782	5.017	8.837
2.01.04.02	Debêntures	2.188.844	3.061.050	1.163.485
2.01.05	Outras Obrigações	2.922.017	3.625.750	3.901.228
2.01.05.02	Outros	2.922.017	3.625.750	3.901.228
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	427.832	466.987	1.306.815
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	512.673	380.586	516.983
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	9.089	17.814	114.031
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	231.894	198.867	166.990
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	570.153	745.603	548.495

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.05.02.08	Concessões a Pagar	2.987	2.977	2.811
2.01.05.02.09	Instrumentos Financeiros - Opções de Venda	507.232	1.149.881	1.245.103
2.01.05.02.10	Passivo Financeiro da Concessão	414.800	481.835	0
2.01.05.02.11	Adiantamento de Clientes	232.762	181.200	0
2.01.05.02.12	Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	12.595	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	19.247.169	17.654.022	14.795.341
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	12.027.146	10.342.357	8.866.178
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.186.903	1.983.304	1.783.655
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.920.310	1.957.856	1.745.953
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.266.593	25.448	37.702
2.02.01.02	Debêntures	6.840.243	8.359.053	7.082.523
2.02.02	Outras Obrigações	5.807.221	5.914.442	4.485.343
2.02.02.02	Outros	5.807.221	5.914.442	4.485.343
2.02.02.02.03	Concessões a Pagar	18.240	19.026	18.578
2.02.02.02.04	Obrigações Pós-Emprego	3.954.287	4.042.544	3.086.381
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	249.817	454.625	226.413
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	133.141	159.598	266.646
2.02.02.02.07	Impostos Taxas e Contribuições	28.199	723.922	739.711
2.02.02.02.09	Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções de Venda	307.792	191.587	147.614
2.02.02.02.10	Passivo Financeiro da Concessão	0	323.140	0
2.02.02.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	28.515	0	0
2.02.02.02.12	PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.087.230	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	734.689	582.206	689.247
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	734.689	582.206	689.247
2.02.04	Provisões	678.113	815.017	754.573
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	632.471	756.924	719.158
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	57.048	69.922	69.014
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	473.874	349.273	289.841
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	61.737	55.184	46.170

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	39.812	43.100	45.180
2.02.04.01.07	Provisões Societárias	0	239.445	268.953
2.02.04.02	Outras Provisões	45.642	58.093	35.415
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	45	39	60
2.02.04.02.05	Outras Provisões	45.597	58.054	35.355
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	14.330.136	12.934.371	12.987.676
2.03.01	Capital Social Realizado	6.294.208	6.294.208	6.294.208
2.03.02	Reservas de Capital	3.139.726	1.924.503	1.924.503
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230	69.230
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.362	-1.362
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.215.223	0	0
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	5.728.574	5.199.855	4.662.723
2.03.04.01	Reserva Legal	853.018	853.018	853.018
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.214	57.214
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	3.340.949	2.812.943	2.905.409
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	57.546	56.834	49.766
2.03.04.10	Reserva Obrigatória - Dividendos não Distribuídos	1.419.846	1.419.846	797.316
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-836.522	-488.285	102.264
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	102.264
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.150	4.090	3.978

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21.711.690	18.772.656	21.867.842
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.487.120	-14.428.830	-15.783.198
3.02.01	Energia Eletrica Comprada para Revenda	-10.919.476	-8.272.911	-9.541.940
3.02.02	Encargos de uso da Rede Basica de Trasmissão	-1.173.923	-947.479	-998.756
3.02.03	Gás Comprado para Revenda	-1.070.623	-877.118	-1.050.925
3.02.04	Pessoal e Administradores	-1.270.188	-1.348.203	-1.143.290
3.02.05	Materiais	-72.815	-41.308	-125.784
3.02.06	Serviços de Terceiros	-759.036	-719.947	-739.768
3.02.07	Depreciação e Amortização	-787.129	-802.049	-811.263
3.02.08	Provisões Operacionais	-225.504	-171.225	-22.518
3.02.10	Custo de Construção	-1.118.749	-1.193.140	-1.251.836
3.02.11	Outras	-89.677	-55.450	-97.118
3.03	Resultado Bruto	4.224.570	4.343.826	6.084.644
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.582.163	-2.538.708	-1.382.442
3.04.01	Despesas com Vendas	-248.280	-382.368	-175.595
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-763.121	-666.577	-673.802
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	729.442
3.04.04.03	Resultado de Valor Justo em Operação Societária	0	0	729.442
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-318.522	-1.187.919	-1.655.477
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Operacionais	34.760	-420.016	-452.135
3.04.05.03	Ajustes para Perdas e Provisões Operacionais	-353.282	-5.212	-1.203.342
3.04.05.04	Ajuste referente a Desvalorização em Investimentos	0	-762.691	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-252.240	-301.844	392.990
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-252.240	-301.844	392.990
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.642.407	1.805.118	4.702.202
3.06	Resultado Financeiro	-996.551	-1.437.191	-1.340.616
3.06.01	Receitas Financeiras	803.713	1.041.304	863.728
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.800.264	-2.478.495	-2.204.344
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.645.856	367.927	3.361.586

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-644.260	-33.173	-892.583
3.08.01	Corrente	-446.348	-173.833	-881.045
3.08.02	Diferido	-197.912	140.660	-11.538
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.001.596	334.754	2.469.003
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.001.596	334.754	2.469.003
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.000.954	334.334	2.468.500
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	642	420	503
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,37000	0,10000	1,96000
3.99.01.02	PN	0,84000	0,35000	1,96000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,37000	0,07000	1,96000
3.99.02.02	PN	0,84000	0,32000	1,96000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.001.596	334.754	2.469.003
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-301.416	-553.291	-306.532
4.02.01	Diferenças Cambiais de Conversão de Operações no Exterior	0	-10	263
4.02.04	Equivalência Patrimonial Sobre Outros Resultados Abrangentes em Controlada e Controlada em Conjunto	-2.802	3.966	-972
4.02.05	Ajuste de Passivo Atuarial	-260.480	-514.998	-359.784
4.02.06	Diferenças Cambiais de Equivalência Patrimonial	-38.134	-2.802	53.961
4.02.07	Reclassificação dos ajustes de conversão para o resultado decorrente da alienação da Transchile	0	-39.447	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	700.180	-218.537	2.162.471
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	699.538	-218.957	2.161.968
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	642	420	503

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	579.575	1.213.383	3.007.236
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.899.463	5.477.199	3.998.363
6.01.01.01	Resultado do Exercício	1.001.596	334.754	2.469.003
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	644.260	33.173	892.583
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	849.768	834.291	834.830
6.01.01.04	Perdas nas Baixas de Imobilizado, Intangível e Investimentos	48.299	109.199	124.080
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias	801.883	741.314	817.826
6.01.01.06	Provisões para Perdas Operacionais	853.668	703.979	1.401.455
6.01.01.07	Resultado de Valor Justo e Operação Societária	0	0	-729.442
6.01.01.08	Obrigações Pós-Emprego	-163.273	447.155	284.645
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	252.240	301.844	-392.990
6.01.01.10	Apropriação de Custo de Transação	66.856	68.401	0
6.01.01.11	Ajuste para Perdas em Investimentos	0	762.691	0
6.01.01.12	Ganho na Venda de Investimentos	-197.233	-314.659	0
6.01.01.13	Receita de Indenização da Transmissão	-271.607	0	0
6.01.01.14	Ajuste da BRR dos ativos de transmissão - saldo a receber	-74.627	0	0
6.01.01.15	Variação Monetária - AFAC Governo do Estado de Minas Gerais	-239.445	0	0
6.01.01.16	Conta de Compensação de Variação Valores de Itens da Parcela A (CVA) e Outros Componentes Financeiro	-988.260	1.455.057	-1.703.627
6.01.01.17	Provisões para Ganhos/Perdas com Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	32.462	0	0
6.01.01.18	Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	282.876	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-296.717	-1.605.452	1.081.580
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-817.615	-55.585	-1.470.260
6.01.02.02	Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	-9.594	7.944	273.201
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	10.104	18.609	167.027
6.01.02.04	Transporte de Energia	0	0	-5.182
6.01.02.05	Depósitos Vinculados a Litígio	-4.061	-27.814	-66.958
6.01.02.06	Fornecedores	403.164	38.440	297.437
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	-248.478	37.685	201.940
6.01.02.08	Encargos Regulatórios	-72.721	91.815	385.901

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.09	Contas a receber do Estado de Minas Gerais	46.291	0	0
6.01.02.10	Obrigações Pós-Emprego	-282.492	-239.241	-207.571
6.01.02.11	Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	-830.217	-149.760	0
6.01.02.12	Salários e Contribuições Sociais	-17.650	4.168	25.965
6.01.02.13	Outros	-183.804	-65.276	-91.829
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-62.470	-61.524	-77.016
6.01.02.15	Ativo Financeiro da Concessão	398.220	-1.940.907	10.250
6.01.02.16	Dividendos Recebidos de Participações	354.388	682.549	486.799
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.623	24.466	-105.300
6.01.02.18	Conta de Compensação de Variação Valores de Itens da Parcela A (CVA) e Outros Componentes Financeiro	585.527	341.244	1.528.795
6.01.02.19	Adiantamento a Fornecedores	-116.045	-119.583	-130.517
6.01.02.20	Gás - Take or Pay	537.113	-192.682	-141.102
6.01.03	Outros	-2.023.171	-2.658.364	-2.072.707
6.01.03.01	Juros sobre Emprestimo e Financiamentos Pagos	-1.796.874	-2.369.244	-1.331.292
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-226.297	-289.120	-741.415
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-386.087	-613.532	-3.216.837
6.02.01	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	-3.876	1.400.556	-1.499.040
6.02.02	Em Ativos Financeiros	0	0	-146.030
6.02.03	Em Imobilizado	-83.066	-119.843	-125.708
6.02.04	Em Intangível	-1.033.935	-1.020.864	-956.798
6.02.05	Em Investimentos	473.543	-506.069	-490.209
6.02.09	Fundos Vinculados	261.247	-367.312	948
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-158.363	-529.351	247.090
6.03.01	Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.308.428	5.736.776	5.739.463
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-4.131.411	-5.591.531	-4.695.990
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-539.632	-674.596	-796.383
6.03.04	Custo de transação rolagem de dívida	-10.971	0	0
6.03.06	Aporte de Acionistas para Futuro Aumento de Capital	1.215.223	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	35.125	70.500	37.489

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	995.132	924.632	887.143
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.030.257	995.132	924.632

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	1.924.503	5.199.855	0	-488.285	12.930.281	4.090	12.934.371
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	1.924.503	5.199.855	0	-488.285	12.930.281	4.090	12.934.371
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.215.223	0	-500.477	0	714.746	-582	714.164
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	1.215.223	0	0	0	1.215.223	0	1.215.223
5.04.09	Dividendos Estatutários	0	0	0	-500.477	0	-500.477	0	-500.477
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	0	0	0	0	0	0	-582	-582
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.000.954	-301.416	699.538	642	700.180
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.000.954	0	1.000.954	642	1.001.596
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-301.416	-301.416	0	-301.416
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-40.936	-40.936	0	-40.936
5.05.02.06	Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	0	0	0	0	-260.480	-260.480	0	-260.480
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	528.719	-500.477	-46.821	-18.579	0	-18.579
5.06.04	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	712	-712	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	528.007	-528.007	0	0	0	0
5.06.06	Realização do custo atribuído de imobilizado	0	0	0	28.242	-46.821	-18.579	0	-18.579
5.07	Saldos Finais	6.294.208	3.139.726	5.728.574	0	-836.522	14.325.986	4.150	14.330.136

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	1.924.503	4.662.723	0	102.264	12.983.698	3.978	12.987.676
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	1.924.503	4.662.723	0	102.264	12.983.698	3.978	12.987.676
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	369.526	-203.986	0	165.540	-308	165.232
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-380.000	0	0	-380.000	0	-380.000
5.04.08	Dividendos Estatutários	0	0	126.996	-203.986	0	-76.990	-298	-77.288
5.04.09	Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	0	0	622.530	0	0	622.530	0	622.530
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	0	0	0	0	0	0	-10	-10
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	334.334	-553.291	-218.957	420	-218.537
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	334.334	0	334.334	420	334.754
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-553.291	-553.291	0	-553.291
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-38.283	-38.283	0	-38.283
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10	-10	0	-10
5.05.02.06	Ajuste Passivo Atuarial - Remens. Obrigaç. Planos de Benef.definidos	0	0	0	0	-514.998	-514.998	0	-514.998
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	167.606	-130.348	-37.258	0	0	0
5.06.04	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	7.068	-7.068	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	160.538	-160.538	0	0	0	0
5.06.06	Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	0	0	0	37.258	-37.258	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.294.208	1.924.503	5.199.855	0	-488.285	12.930.281	4.090	12.934.371

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	1.924.503	2.593.868	0	468.332	11.280.911	4.041	11.284.952
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	1.924.503	2.593.868	0	468.332	11.280.911	4.041	11.284.952
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.256.497	0	-1.256.497	-566	-1.257.063
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-200.000	0	-200.000	0	-200.000
5.04.08	Dividendos Estatutários	0	0	0	-1.056.497	0	-1.056.497	-231	-1.056.728
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos Referentes a Não-Controlador	0	0	0	0	0	0	-335	-335
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.468.500	-306.532	2.161.968	503	2.162.471
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.468.500	0	2.468.500	503	2.469.003
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-306.532	-306.532	0	-306.532
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	52.671	52.671	0	52.671
5.05.02.06	Ajuste de Passivo Atuarial	0	0	0	0	-359.466	-359.466	0	-359.466
5.05.02.07	Diferenças Cambiais de Conversão de Operação no Exterior	0	0	0	0	263	263	0	263
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.068.855	-1.212.003	-59.536	797.316	0	797.316
5.06.04	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	1.250.843	-1.250.843	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	20.696	-20.696	0	0	0	0
5.06.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído de Imobilizado	0	0	0	59.536	-59.536	0	0	0
5.06.07	Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	0	0	797.316	0	0	797.316	0	797.316
5.07	Saldos Finais	6.294.208	1.924.503	4.662.723	0	102.264	12.983.698	3.978	12.987.676

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	32.667.655	28.987.892	33.324.889
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	30.779.384	27.017.968	31.489.211
7.01.02	Outras Receitas	2.136.551	2.352.292	2.011.273
7.01.02.02	Receita de Construção de Distribuição	1.093.921	1.139.316	1.105.806
7.01.02.03	Receita de Construção de Transmissão	24.827	53.824	146.030
7.01.02.04	Receita de Indenização de Transmissão	373.217	751.101	100.529
7.01.02.05	Receita de Indenização de Geração	271.607	0	0
7.01.02.06	Outras Receitas	17.106	21.574	3.657
7.01.02.07	Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	316.880	299.537	0
7.01.02.08	Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	2.659	7.582	575.631
7.01.02.09	Investimento em Imobilizado	36.334	79.358	79.620
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-248.280	-382.368	-175.595
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.319.476	-13.416.003	-16.311.103
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.351.911	-11.026.372	-12.595.537
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.051.958	-1.978.339	-2.150.204
7.02.04	Outros	-915.607	-411.292	-1.565.362
7.02.04.02	Outros Custos operacionais	-915.607	-411.292	-1.565.362
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.348.179	15.571.889	17.013.786
7.04	Retenções	-849.768	-834.291	-834.830
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-849.768	-834.291	-834.830
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.498.411	14.737.598	16.178.956
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	551.473	16.216	1.986.160
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-252.240	-301.844	392.990
7.06.02	Receitas Financeiras	803.713	1.080.751	863.728
7.06.03	Outros	0	-762.691	729.442
7.06.03.04	Receita de Valor Justo em Operação Societária	0	0	729.442
7.06.03.05	Ajuste Referente a Desvalorização em Investimentos	0	-762.691	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.049.884	14.753.814	18.165.116
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.049.884	14.753.814	18.165.116

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.01	Pessoal	1.274.097	1.872.310	1.595.391
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.068.094	1.177.430	1.196.656
7.08.01.02	Benefícios	-73.500	512.272	330.008
7.08.01.03	F.G.T.S.	65.932	89.689	68.727
7.08.01.04	Outros	213.571	92.919	0
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento de Empregados	213.571	92.919	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.800.655	9.813.465	11.640.835
7.08.02.01	Federais	4.938.320	4.587.671	7.141.764
7.08.02.02	Estaduais	5.849.795	5.214.089	4.489.640
7.08.02.03	Municipais	12.540	11.705	9.431
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.973.536	2.733.285	2.459.887
7.08.03.01	Juros	1.864.489	2.616.066	2.354.360
7.08.03.02	Aluguéis	109.047	117.219	105.527
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.001.596	334.754	2.469.003
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	200.000
7.08.04.02	Dividendos	500.477	203.986	1.056.497
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	500.477	130.348	1.212.003
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	642	420	503

Relatório da Administração

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017 2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2
BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA 4
NOSSOS NEGÓCIOS 6
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO 8
AMBIENTE REGULATÓRIO 23
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES 27
INVESTIMENTOS 30
PROGRAMA DE DESINVESTIMENTO 32
MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS 33
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS 34
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO 35
GOVERNANÇA CORPORATIVA 35
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES 36
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS 37
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO 38
RESPONSABILIDADE SOCIAL 40
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS 48
CONSIDERAÇÕES FINAIS 50
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO 51
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA 53

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Companhia" ou "Cemig") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em nossa mensagem do ano anterior nós destacávamos os desafios e dificuldades no ambiente macroeconômico, e para a Cemig, em especial, ter que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Concluído o ano de 2017, entendemos ter boas notícias aos nossos acionistas e à sociedade dos importantes avanços que foram obtidos na gestão da Cemig.

Iniciando pela gestão da dívida, tínhamos aproximadamente R$8,7 bilhões de dívidas com vencimento nos anos de 2017 e 2018. Após mais de 20 anos ausente do mercado internacional de dívida, fizemos a captação de recursos no exterior, através da Cemig GT, de US$1 bilhão (R$3,2 bilhões) em bonds, com vencimento em 2024. Além disso, fizemos o reperfilamento de R$3,4 bilhões da nossa dívida. Essas duas iniciativas, em conjunto, equilibraram o fluxo de caixa, alongaram o prazo médio das dívidas, além de aprimorar a nossa qualidade de crédito.

Adicionalmente, de forma a melhorar a nossa liquidez e redução do endividamento, anunciamos em junho de 2017 o nosso programa de desinvestimento, com priorização da alienação de ativos com maior liquidez, que não trazem retorno no curto prazo ou que não sejam estratégicos. Apesar das dificuldades e complexidades inerentes aos processos de alienação, estamos confiantes que as ações que estamos realizando trarão resultados positivos em 2018, o que permitirá a redução de forma mais acentuada e acelerada da alavancagem da Companhia.

Continuamos na busca de melhoria da nossa eficiência operacional. Implementamos um novo programa de desligamento voluntário que teve a adesão em 2017 de 1.151 empregados, que certamente terá efeitos positivos nos próximos anos na redução das despesas operacionais da Companhia. Merece também destaque a redução da inadimplência, resultado de nossas ações durante o ano. Essas iniciativas juntam-se a diversas outras que contribuem para o esforço de redução dos custos operacionais da Companhia, que já vem apresentando resultados.

Relatório da Administração

Nosso lucro líquido foi de R$1 bilhão, valor 200,00% superior ao resultado obtido em 2016, de R$334 milhões. Nossa geração de caixa, medida pelo Lajida, cresceu 39,65%, de R$2.638 milhões em 2016 para R$3.492 milhões em 2017. Temos a convicção de que a melhoria da nossa lucratividade e geração de caixa representam uma tendência para os próximos anos, como resultado de nossas ações presentes.

Nesse contexto de melhoria da nossa lucratividade, merece destaque a revisão tarifária da Cemig Distribuição, com conclusão prevista para maio de 2018 e com a expectativa de incremento nas tarifas dos nossos investimentos, em valores superiores a R$5 bilhões, associados a redução das nossas perdas comerciais e custos operacionais, o que deve aumentar significativamente a geração de caixa da Cemig D a partir de 2018, marcando uma nova etapa na história da subsidiária.

Também não esquecemos da qualidade do atendimento aos nossos clientes. Continuamos no processo contínuo de melhoria dos nossos indicadores de qualidade, medidos pela duração e tempo médio de atendimento das interrupções (DEC e FEC), em conformidade as exigências regulatórias e com trajetória de melhoria nos últimos anos.

No que se refere ao negócio de transmissão, a definição das regras de indenização dos ativos no ano anterior nos garantiu um fluxo de caixa estável para os próximos anos que permitiu a aprovação de um programa plurianual de investimentos para a Cemig GT de R$1,1 bilhão, que viabilizará, no futuro, a agregação de novas receitas decorrentes desses investimentos.

Em nosso negócio de geração de energia, ressalta-se a indenização superior a R$1 bilhão prevista para os projetos básicos das usinas de São Simão e Miranda. Estamos em discussão com o Governo Federal dos critérios de mensuração dessa indenização em busca de uma justa indenização para os investimentos realizados pela Companhia.

Além de todas as ações mencionadas que implementamos, que trazem uma agregação de valor para a Cemig, as expectativas macroeconômicas de aumento do PIB em 2018 e redução nas taxas de juros tem um efeito positivo direto para a Companhia, que se traduz em redução da inadimplência, redução nos custos financeiros da dívida e melhoria no mercado de energia.

Continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. Fomos mais uma vez incluídos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Concluindo, estamos otimistas com o futuro, que através da nossa capacidade de gestão, da competência e comprometimento de nossos colaboradores, construiremos uma história positiva para a Cemig nos próximos anos, com o retorno adequado e sustentável dos investimentos, retribuindo a confiança dos nossos acionistas, presentes em dezenas de países e em todos os continentes.

Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como a melhor energia do Brasil.

BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig") é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado no final de 2017 era de aproximadamente R$8,5 bilhões. Pelo 18º ano consecutivo, a Cemig integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) no período 2017/2018 e se consolida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, mantendo-se como a única Companhia do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) atua nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, soluções energéticas, soluções tecnológicas, telecomunicações, serviços de datacenter e distribuição de gás natural. O grupo é constituído pela holding Cemig, pelas subsidiárias integrais Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e Cemig Distribuição S.A. (Cemig D), totalizando 175 Sociedades, 15 Consórcios e 2 FIPs (Fundos de Investimentos em Participações), com ativos e negócios em vários estados do Brasil.

A Cemig supervisiona a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas por meio de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios.

Principais indicadores:

Descrição	2017	2016
Receita (R$ Mil)	21.711	18.773
Lajida (R$ Mil)	3.492	2.638
Lucro (R$ Mil)	1.002	335
Lucro por ação - PN	0,84	0,35
Dividendos e JCP Propostos (R$ Mil)	501	583
Quantidade de consumidores faturados	8.347	8.260
Quantidade de empregados	5.864	7.119
Valor de Mercado (R$ Mil)	8.455	9.773

Relatório da Administração

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

Nossa missão, visão e valores

Missão: Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão: Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

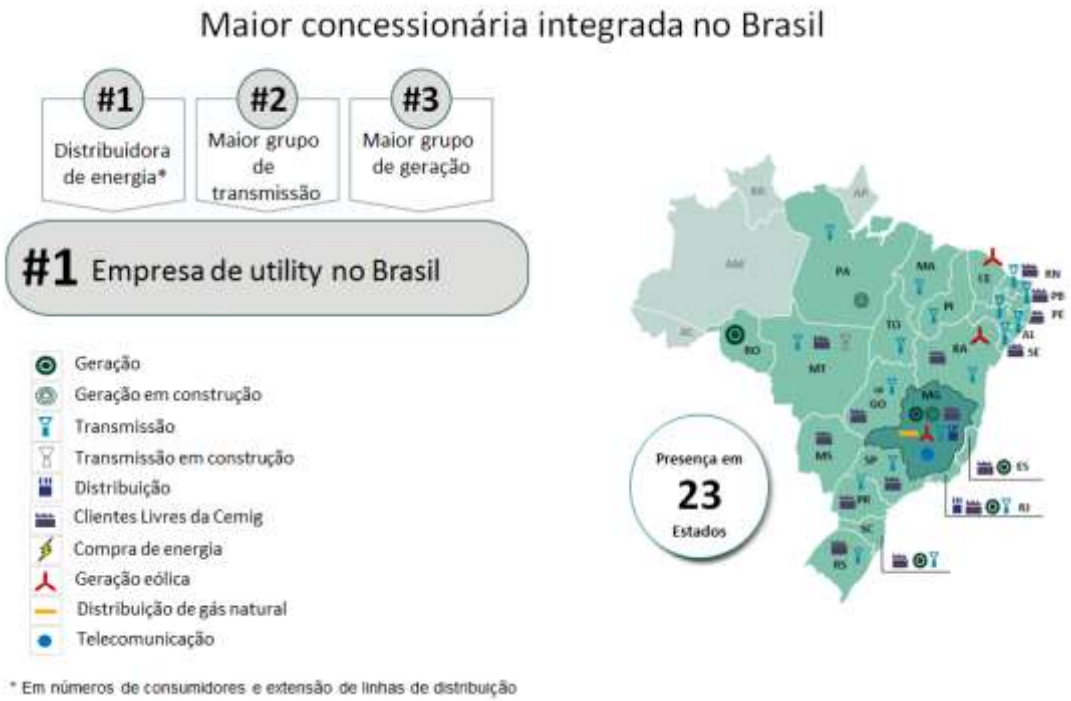
Valores: Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site *http://www.cemig.com.br*, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Cemig atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste.



NOSSOS NEGÓCIOS

Geração

Considerando suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a Cemig possuia, em operação, em 31 de dezembro de 2017, 117 usinas, com capacidade instalada de 5,7 GW. Em 1º de janeiro de 2018 as usinas de Jaguara e Miranda deixam de integrar o parque gerador da Cemig.

Usinas da Cemig

Central Geradora	Capacidade instalada (MW)
Emborcação	1.192
Nova Ponte	510
Irapé	399
Aimorés	149
Santo Antônio	647
Belo Monte	576
Geração Light	376
Eólicas	207
Termelétricas	131
Outras	860
Lote D	
UHE Três Marias	396
UHE Salto Grande	102
UHE Itutinga	52
UHE Camargos	46
PCH Piau	18
PCH Gafanhoto	14
PCH Peti	9,4
PCH Dona Rita	2,4
PCH Tronqueiras	8,5
PCH Joasal	8,4
PCH Martins	7,7
PCH Cajuru	7,2
PCH Paciência	4,1
PCH Marmelos	4
	5.727

Transmissão

Em 2017, a controlada Cemig Geração e Transmissão ("Cemig GT") operou e manteve 38 subestações e 4.927 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, é acessante em 6 subestações de outras transmissoras, onde opera e mantém ativos de transmissão.

A controlada Cemig GT opera e mantém ativos de transmissão de outras 11 empresas, com as quais têm Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, em 15 subestações (das quais 4 não são subestações da Cemig GT) e 360 km de linhas de transmissão.

Em 20 de abril de 2017 o Conselho de Administração aprovou o novo ciclo de investimento de melhorias e reforços para o período de 2017 até 2025 com investimento total de R$1.158 milhões.

No reajuste de Receita anual, em julho de 2017, a RAP aumentou em 212,3% passando de R$333,87 milhões para R$709,01 milhões, devido a recomposição de RAP referente aos ativos não indenizados em janeiro de 2013.

Distribuição

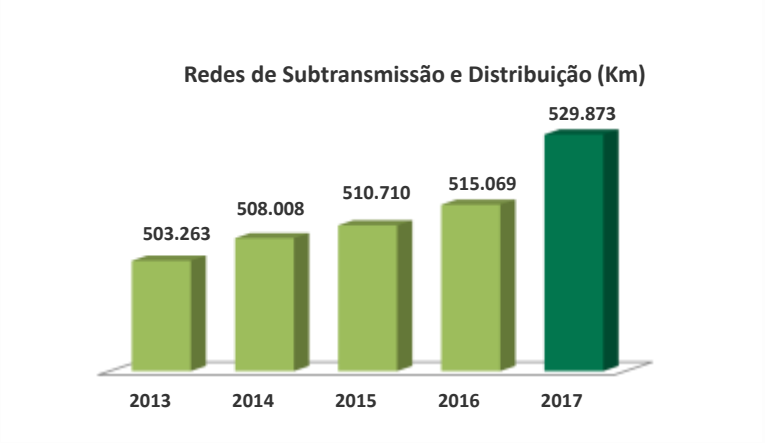
Somos o maior grupo de distribuição de energia do País, com papel de destaque em Minas Gerais e Rio de Janeiro através da Cemig Distribuição S.A ("Cemig D") e da controlada em conjunto Light S.A. ("Light"), atendendo mais de 11 milhões de consumidores.

Cemig Distribuição

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 529.873 km de redes de distribuição (107.099 km em área urbana e 405.473 km de redes rurais) e 17.301 km de linhas de distribuição, com 8.347 milhões de consumidores faturados em 2017.

A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores na classe residencial em dezembro de 2017, (6.689.365 consumidores) 10% são consumidores de baixa renda (667.629 consumidores).

Evolução das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



Comercialização de Energia Elétrica

As empresas do grupo Cemig são as líderes no atendimento ao mercado livre. Expandimos nossa área de atuação para outros estados, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente possuímos clientes em 15 estados.

No atendimento final aos grandes clientes livres, a liderança da Cemig é decorrente de um volume de vendas equivalente a 22% do mercado livre.

No atendimento aos clientes especiais, a posição da Cemig vem sendo ampliada a cada ano, com um crescimento médio de 12% por ano nos últimos 4 anos. Atualmente temos uma participação de 15% no mercado de energia incentivada.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

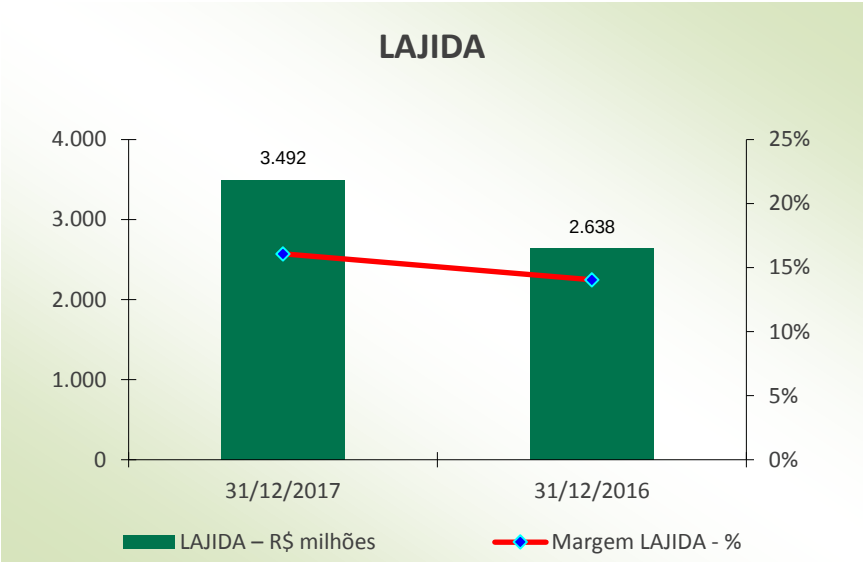
Resultado do exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2017, um lucro líquido de R$1.001 milhões em comparação ao lucro líquido de R$334 milhões no exercício de 2016, representando um aumento de 199,70%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig em 2017 apresentou um aumento de 37,98% na comparação com 2016.

LAJIDA - R$ mil	2017	2016	Var %
Resultado do Exercício	1.001	334	199,70
+ Despesa de IR e Contribuição Social	644	33	1.851,52
+ Resultado Financeiro	997	1.437	(30,62)
+ Depreciação e Amortização	850	834	1,92
= LAJIDA	**3.492**	**2.638**	**32,41**



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Companhia apresentou um aumento de 32,41% no LAJIDA. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas demonstrações financeiras. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou aumento, passando de 14,05% em 2016 para 16,09% em 2017.

As principais variações no resultado estão descritas a seguir:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$23.701 milhões em 2017 em comparação a R$23.430 milhões em 2016, representando um crescimento de 1,16%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R$20.438 milhões em 2017 comparado a R$20.458 milhões em 2016, representado uma redução de 0,10%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Aumento das receitas com bandeiras tarifárias, sendo R$454 milhões em 2017, em comparação a R$360 milhões em 2016. Essa variação decorre, principalmente, da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2017, de encargos adicionais relacionados às bandeiras;

- Redução de 1,36% no volume de energia vendida;

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh (1)		
	31/12/2017	31/12/2016	Var %
Residencial	10.008.423	9.915.807	0,93
Industrial	17.760.807	19.494.391	(8,89)
Comércio, Serviços e Outros	7.507.310	6.572.980	14,21
Rural	3.651.472	3.574.724	2,15
Poder Público	865.803	885.748	(2,25)
Iluminação Pública	1.366.938	1.350.405	1,22
Serviço Público	1.301.135	1.252.043	3,92
Subtotal	**42.461.888**	**43.046.098**	**(1,36)**
Consumo Próprio	37.477	37.140	0,91
	42.499.365	**43.083.238**	**(1,36)**
Suprimento a Outras Concessionárias (1)	12.777.405	12.508.453	2,15
Total	**55.276.770**	**55.591.691**	**(0,57)**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 8,89% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2017, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de:

- 14,21% na quantidade de energia vendida para o segmento comercial em função, principalmente, da incorporação de novos clientes na carteira da Cemig GT.

- 2,15% na classe de consumo rural decorrente, principalmente, da maior atividade de irrigação e agropecuária aliado ao crescimento da base de consumidores; e

- 3,92% na classe de serviço público em função da incorporação, na Cemig D, de novas unidades consumidoras e aumento no consumo de consumidores de média e alta tensão do ramo de atividade captação, tratamento e distribuição de água.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2017, essa receita correspondeu ao montante de R$1.611 milhões, comparada a R$1.705 milhões em 2016, o que representou uma redução de 5,56%.

Os principais impactos na receita de uso da rede em 2017, comparado a 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao reajuste tarifário anual da Cemig D que ocorreu em 28 de maio de 2016;
- aumento de 10,92% no volume de energia distribuída da Cemig D devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016;
- redução de aproximadamente 40% da TUSD, ocorrida no reajuste tarifário anual de 2017 da Cemig D, aplicada à partir de 28 de maio de 2017.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas da Cemig D. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou um aumento da receita de R$988 milhões em 2017, em comparação a uma redução da receita de R$1.455 milhões em 2016. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia adquirida em leilão em 2017 (em 2016 ocorreu uma redução nos custos), em relação aos custos utilizados como base para as tarifas, o que gerou um ativo financeiro para a Companhia, que representa o montante a ser restituído pelos consumidores no próximo reajuste tarifário.

Vide mais informações na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão, na Cemig GT, foi de R$373 milhões em 2017 comparado ao valor de R$751 milhões em 2016. No exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Merece destaque o valor registrado em 2017, no montante de R$149 milhões, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Mais informações na nota explicativa nº 15 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita de Indenização da Geração

Em 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R$272 milhões referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R$860 milhões em 2017 comparados a R$161 milhões em 2016, aumento de 435,02%. Esta variação decorre, principalmente:

- do aumento de 244,28% no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R$324,17/MWh em 2017 e R$91,16/MWh em 2016);
- do aumento da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás da Controlada Gasmig no montante de R$1.759 milhões em 2017 comparado a R$1.444 milhões em 2016, um aumento de 21,81%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 23,72% no volume de gás vendido (1.319.242 m³ em 2017 comparados a 1.066.351 m³ em de 2016).

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R$1.119 milhões em 2017 comparadas a R$1.193 milhões em 2016, apresentando uma redução de 6,20%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento das Controladas, no exercício, em ativos vinculados à concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, Receita de Concessão de Transmissão, Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga e Outras Receitas Operacionais, foram de R$2.180 milhões em 2017 em comparação a R$2.040 milhões no em 2016, um aumento de 6,86%. A composição das receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 26 destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R$11.151 milhões em 2017 comparados a R$10.497 milhões em 2016, representando um aumento de 6,23%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R$1.822 milhões em 2017 comparados a R$2.074 milhões em 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve um crescimento dos encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias, sendo R$454 milhões em 2017, em comparação a R$360 milhões em 2016, em função da baixa do nível dos reservatórios, com acionamento das bandeiras amarela e vermelha, o que levou a maior cobrança, em 2017, de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R$18.817 milhões em 2017 comparados a R$15.903 milhões em 2016, um aumento de 18,32%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R$1.627 milhões em 2017 comparados a R$1.643 milhões em 2016, representando uma redução de 0,99%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2017);
- reconhecimento, em 2017 e 2016, das despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, nos montantes de R$214 milhões e R$93 milhões, respectivamente.
- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo;

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 14,31% no número médio de empregados, sendo 6.447 em 2017 em comparação a 7.524 em 2016.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$10.920 milhões em 2017 no comparada a R$8.273 milhões em 2016, representando um aumento de 32,00%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 40,00% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R$3.556 milhões no exercício de 2017, comparados a R$2.540 milhões no exercício de 2016, decorrente, principalmente, do acionamento das usinas termelétricas em 2017 em função da baixa do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente aumento dos gastos com combustível dessas usinas;

- aumento de 8,65% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R$1.243 milhões no exercício de 2017, comparados a R$1.144 milhões no exercício de 2016. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da tarifa, que era de U$25,78/kW/mês em 2016 e passou para U$28,73/kW/mês, a partir de janeiro de 2017;

- aumento de 97,50% na despesa com energia de curto prazo, que foi R$1.498 milhões em 2017 comparado a R$761 milhões em 2016. Esta variação deve-se, basicamente, à variação do valor médio do PLD - Preço de liquidação por diferenças (R$94,16/MWh em 2016 e R$324,17/MWh em 2017).

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 27 destas demonstrações financeiras.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R$1.174 milhões em 2017 comparado a R$947 milhões em 2016, representando um aumento de 23,97%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R$854 milhões em 2017 comparados a R$704 milhões em 2016. Destaca-se a redução nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, que foram de R$248 milhões em 2017 na comparação as perdas registradas de R$382 milhões em 2016. Em relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R$206 milhões em 2017 em comparação a R$120 milhões em 2016. O aumento no montante provisionado decorre das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações onde se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilítica e responsabilidade subsidiária/solidária. Mais informações na nota explicativa nº 24.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R$1.119 milhões em 2017 comparados a R$1.193 em de 2016, uma redução de 6,20%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento das controladas no exercício em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

Em 2017 a Controlada Gasmig registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R$1.071 milhões comparada a uma despesa de R$877 milhões em 2016, representando um aumento de 22,06%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 23,11% na quantidade de gás comprado para revenda (1.309.459 m³ em 2017 comparados a 1.063.677 m³ em 2016), parcialmente compensado pela redução dos encargos, proveniente do novo acordo entre a Gasmig e Petrobrás com a redução da obrigação da retirada diária de gás.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia e suas controladas no resultado operacional representou uma reversão de despesa no montante de R$229 milhões em 2017 em comparação a uma despesa de R$345 milhões em 2016.

Este resultado decorre das modificações na apólice do seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R$619 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado. Mais detalhes na nota explicativa nº 23 destas demonstrações financeiras.

Ajuste para perdas por desvalorização em investimentos

A Companhia registrou, em 2016, ajuste para perdas por desvalorização em investimentos no valor R$763 milhões envolvendo os investimentos na Renova. Mais informações na nota explicativa nº 16.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou uma perda de R$252 milhões em 2017 em comparação a uma perda de R$302 milhões em 2016. Essa variação decorre principalmente dos melhores resultados com equivalência patrimonial advindos da Light em 2017, que representou um ganho de R$35 milhões comparado a uma perda de R$121 milhões em 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 16.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no exercício em 2017 foi uma despesa financeira líquida de R$997 milhões comparados a uma despesa financeira líquida de R$1.437 milhões em 2016. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Redução de 20,91% nos encargos de empréstimos e financiamentos, sendo R$1.467 milhões em 2017 comparados a R$1.860 milhões em 2016. Este resultado decorre da redução, em 2017, do custo da dívida indexada ao CDI, e da menor variação deste indexador, que foi de 9,93% em 2017 em comparação a 14,06% em 2016;

- Redução do resultado líquido de variações cambiais, sendo despesa líquida de R$53 milhões em 2017 comparado à receita líquida de R$26 milhões em 2016. Esta variação decorre, basicamente, do reconhecimento, em 2017, na Cemig GT, de uma despesa no montante de R$57 milhões em função da captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds);

- Redução de 55,62% nas despesas de variações monetárias de empréstimos e financiamentos sendo R$109 milhões em 2017 comparados a R$245 milhões em 2016. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no exercício (2,95% em 2017 em comparação a 6,29% em 2016);

- Aumento da despesa de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo despesa líquida de R$42 milhões em 2017 comparados a receita líquida de R$204 milhões em 2016. O resultado apurado em 2016 foi impactado pelos efeitos do ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL, ocorrida em maio de 2016;

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R$205 milhões em 2017 comparado a R$317 milhões em 2016, redução de 35,34%. Esta variação decorre, principalmente, do menor variação do CDI (9,93% em 2017 e 14,06% em 2016);

- Aumento da variação monetária de depósitos vinculados: R$191 milhões em 2017 comparado a R$46 milhões em 2016. Em 2017 a Companhia reconheceu uma receita de R$82 milhões, em função da reversão da provisão referente ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS.

- Despesa de variação monetária de venda antecipada de energia no valor de R$46 milhões em 2017 decorrentes dos contratos de antecipação de venda de energia firmados durante o exercício.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28 destas demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$644 milhões em relação ao lucro de R$1.645 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 37.80%. Em 2016 a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R$33 milhões em relação ao resultado de R$368 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 8,97%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10c destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R$1.030 milhões, em comparação com R$995 milhões em 31 de dezembro de 2016, e não foram mantidos em outras moedas que não o real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2017 e 2016 totalizaram R$580 milhões e R$1.213 milhões, respectivamente. A redução no caixa gerado por atividades operacionais em 2017 em comparação com 2016 deveu-se, principalmente, à redução do lucro líquido ajustado aos efeitos não-caixa que passou de R$5.477 em 2016 para R$2.861 em 2017.

A redução do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2017, em comparação a 2016, deve-se, principalmente, ao aumento na saída de caixa em 2017 para cobrir os custos não gerenciáveis da parcela A, considerando a maior despesa com energia elétrica verificada em função principalmente da baixa dos níveis dos reservatórios com consequente queda no armazenamento do sistema e acionamento de termelétricas resultando na elevação do preço da energia.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2017 totalizou R$386 milhões, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2016 de R$614 milhões. Em 2017 ocorreu uma aplicação de R$4 milhões em títulos e valores mobiliários comparada a um resgate de R$1.401 milhões em 2016. Em contrapartida, o aporte em investidas em 2017 foi de R$254 milhões na comparação ao aporte de R$1.455 milhões em 2016.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R$159 milhões, e foi composto pela amortização de R$4.131 milhões de financiamentos, R$11 milhões de custo com rolagem de dívidas, pagamento de R$540 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R$3.308 milhões e aporte de acionistas para futuro aumento de capital no montante de R$1.215 milhões.

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R$529 milhões, e foi composto pela amortização de R$5.592 milhões de financiamentos, pagamento de R$675 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R$5.737 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia conseguiu manter sua dívida em 2016, mesmo com o aumento da dívida da Cemig GT (em decorrência do financiamento da concessão das usinas do Lote D), e a reduziu em 2017, comparativamente a 2016, evidenciando a capacidade de geração de caixa da Companhia para honrar os seus compromissos e amortizar o seu serviço de dívida.

Empresa	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Cemig GT	4.092.806	7.036.700	7.739.072	8.633.671	8.320.163
Cemig D	5.247.919	6.048.250	7.020.042	6.198.251	5.682.691
Consolidado	9.457.364	13.508.738	15.166.537	15.179.280	14.397.697

A Companhia se manteve no firme propósito de alongar a dívida, cujos vencimentos se concentravam fortemente no curto prazo, refletindo o difícil acesso a fontes de recursos de mais longo prazo. O esforço conjunto de venda de ativos e redução do serviço da dívida no curto prazo era fundamental para o equilíbrio do fluxo de caixa e maximização do valor dos ativos da Cemig. A intenção da Companhia, anunciada ao mercado em 2017, de desinvestir em ativos que não faziam parte de seu negócio núcleo, que ainda não estavam gerando caixa na forma de dividendos ou, mesmo, que apresentavam a liquidez necessária para uma venda imediata, estava vinculada ao compromisso de desalavancagem.

No contexto do alongamento da dívida, a Cemig GT se preparou ao longo do ano para acessar o mercado internacional de dívida com uma emissão de eurobonds, no montante de US$1 bilhão e prazo de sete anos. A emissão foi precificada em 30 de novembro de 2017 com um cupom de 9,25%a.a.. Os recursos foram utilizados, primordialmente, para o pagamento de dívidas de curto prazo, em especial aquelas que estavam alocadas no mercado de capitais local. Essa iniciativa contribuiu para a redução da exposição dos investidores institucionais locais ao risco Cemig, abrindo espaço para futuras emissões locais. Com o objetivo de se proteger da variação cambial, a Cemig GT realizou a liquidação financeira da emissão, em 05 de dezembro de 2017, concomitantemente com a contratação de uma operação de hedge para o valor total, incluindo os juros, através de uma combinação de *Swap* dos juros mais *Call Spread* do principal (em que a Cemig GT admite estar protegida até uma determinada cotação).

Complementando o esforço de reperfilamento da dívida com a emissão de eurobonds, a Cemig GT e a Cemig D realizaram ao longo do ano uma negociação construtiva com seus principais bancos credores, visando à substituição de dívidas que venciam a partir de 2017 por novas dívidas com amortizações programadas para ocorrer em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2019, no caso da Cemig GT, e a partir de julho de 2019, no caso da Cemig D. Ao final de dezembro, as empresas concluíram o reperfilamento de suas dívidas, através de uma emissão de debêntures da Cemig D, no valor de R$1.575 milhões e de aditivos a operações de crédito da Cemig D (R$500 milhões com o Banco do Brasil e R$625 milhões com a CEF) e da Cemig GT (R$741 milhões com o Banco do Brasil), no valor total de, aproximadamente, R$3,4 bilhões. O reperfilamento da dívida da Cemig D teve um custo de 146,5% da variação do CDI, enquanto que na Cemig GT o custo foi de 140% da variação do CDI. Todas as dívidas contaram com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada a venda de ativos da Cemig GT e da Companhia.

Ainda no intuito de assegurar a liquidez da Companhia ao final do ano de 2017, foi realizada uma subscrição de capital de R$1,3 bilhão.

Tantos os eurobonds quanto as debêntures e os aditivos às operações bilaterais de empréstimo, todos objeto do reperfilamento da dívida, contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da Companhia, bem como da Cemig D e da Cemig GT. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses covenants financeiros.

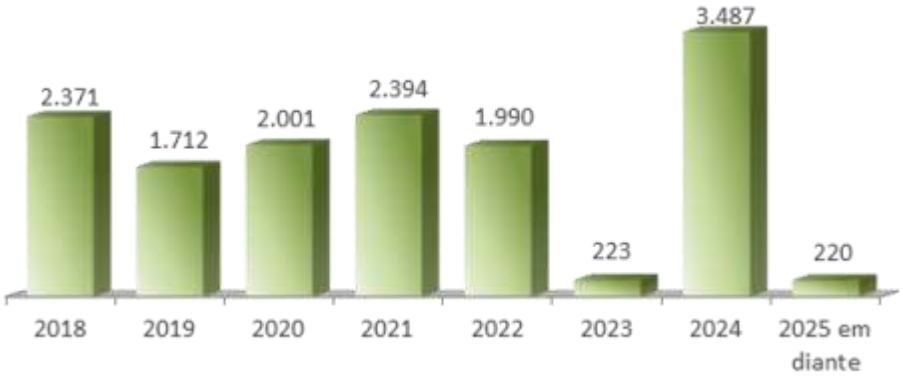
Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras.

Somando-se os cerca de R$3,2 bilhões captados no mercado internacional via emissão de Eurobonds, reperfilhamento das dívidas de R$3,4 bilhões, a Companhia equilibrou o seu fluxo de caixa, mais que dobrou o prazo médio de suas dívidas e aprimorou a sua qualidade de crédito.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, no valor de R$14.398 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 4,1 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

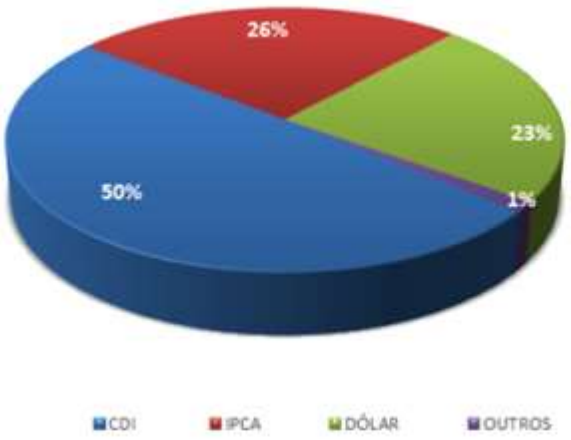
O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2017 (R$ milhões)



A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à disposição das suas subsidiárias através de papéis referenciados à taxa de juros local, bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (a emissão de eurobonds da Cemig GT contou com proteção à variação cambial através de uma operação de hedge).

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2017



No ano de 2017, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Cemig, da Cemig D e da Cemig GT com base em suas percepções sobre o andamento dos planos de desinvestimentos e de reperfilamento da dívida. Questões como a significativa concentração de vencimentos de dívida para o fim de 2017, a retração da demanda por eletricidade em virtude da recessão no Brasil e o término de algumas de suas concessões de geração, foram apontados como motivadores para certos rebaixamentos. Por outro lado, a diversificada e relevante base de ativos e investimentos, como forma de diluir o risco de negócios, bem como a posição de mercado ainda sólida foram vistos como mitigadores do risco.

Em abril , a Standard & Poor's atribuiu o rating em escala Global para B para as 3 empresas e em agosto o rating em escala global foi de BB+ para BBB. Em maio, além de manter o rating BBB(bra) em escala nacional para a Cemig, a Cemig GT e a Cemig D, a Fitch, pela primeira vez, atribuiu o rating em escala global (B+) para as 3 empresas. Porém, em novembro, rebaixou o rating das 3 empresas de BBB(bra) para BB-(bra) na classificação nacional e de B+ para B- na classificação global. Já a Moody’s rebaixou, em junho, o rating das 3 empresas de Baa1.br para Ba1.br na classificação nacional e de B1 para B2 na classificação global, e, em outubro, rebaixou, novamente, o rating das 3 empresas de Ba1.br para B2.br na classificação nacional e de B2 para B3 na classificação global.

A Companhia espera uma melhoria nos ratings em 2018 em função das ações realizadas em 2017 para melhoria do perfil do endividamento.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

Apesar dos esforços envidados pela Cemig para a preservação da concessão das Usinas de São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande, estas usinas foram leiloadas no Leilão de Geração nº 01/2017.

Para a transição dos ativos entre a Cemig e as concessionárias vencedoras do leilão, a Cemig realizou a operação assistida da Usina de Volta Grande até 30 de novembro de 2017 e das Usinas de Jaguara e Miranda até 28 de dezembro de 2017. A Cemig seguirá operando a Usina de São Simão até 09 de maio de 2018.

Já o reajuste anual da receita de geração para as usinas arrematadas no Leilão ANEEL 12/2015 é realizado de maneira similar ao reajuste da transmissão, sendo utilizado o IPCA como índice de correção da inflação.

Conjuntura Hidrológica Brasileira

Em 2017 a hidrologia verificada nas bacias que compõem o sistema elétrico foi a pior dos últimos 5 anos, ficando em 76% da média histórica. Com destaque para a região Nordeste onde o verificado é o pior de todo o histórico com 29% da média. As baixas afluências, refletiram nos reservatórios do sistema que chegaram no final de setembro a 22,81% de armazenamento, 6% inferior ao armazenamento no mesmo mês de 2014. Neste cenário de baixo armazenamento e pouca afluência, tivemos preços altos ao longo do ano fechando 2017 com um PLD médio de R$ 324,17/MWh. Outro fator impactado pela conjuntura do sistema foi o GSF que relaciona a geração hidráulica com a garantia física sazonalizada das usinas, em 2017 o GSF médio do sistema ficou em 0,81, o que leva aos agentes hidroelétricos a uma exposição de 19% de sua energia no mercado de curto prazo. Ao longo do ano houve momentos quem que o GSF chegou a 0,6, menor valor verificado na historia.

A CEMIG-GT, antevendo esses efeitos em 2017 se planejou reservando energia para cobrir essa exposição ao risco hidrológico (GSF), reduzindo assim os efeitos da hidrologia ruim. As usinas de Irapé e Queimando que tiveram o seu risco repactuado. Por outro lado as despesas com risco hidrológico da CEMIG-D (repassadas aos consumidores) subirem consideravelmente chegando a R$1,518 bilhão. Apesar da recuperação dos custos através das tarifas, esses custos representaram uma pressão no caixa da Companhia em 2017.

Distribuição de Energia Elétrica

Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

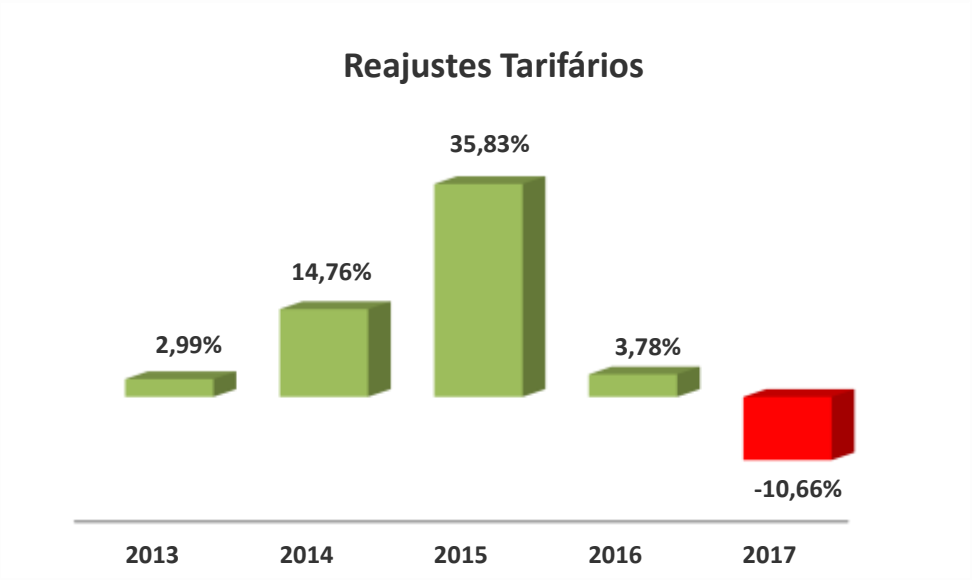
O reajuste tarifário da Cemig D ocorre a cada mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, há a Revisão Tarifária, no mesmo mês. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na Revisão Tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de price-cap.

A Aneel homologou um índice médio de reajuste de -10,66% para o período de 28 de maio de 2017 a 27 de maio de 2018.

A redução para o consumidor residencial foi de 5,67%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, a redução média a ser percebida foi de 21,04%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio foi de -5,82%.

Do valor cobrado na fatura, 21,3% ficam na Cemig Distribuição e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 78,7% são repassados para cobrir a compra da energia, encargos setoriais, encargos de transmissão, chamados de Parcela A, além dos tributos estaduais e federais.

Nos 774 municípios de Minas Gerais, onde há distribuição de energia feita pela Cemig, mais de 689 mil consumidores são rurais e cerca de 724 mil são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio que os permitem pagar um valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta em um desconto de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.



Gestão do Faturamento

A implantação da Leitura e Impressão Simultânea de Conta de Luz na Cemig vem atingindo resultados expressivos, sendo que 7,5 milhões de clientes já usufruem dos benefícios da leitura, impressão e entrega simultânea da conta de energia elétrica. Esse montante corresponde à totalidade dos objetivos do projeto, o qual foi desenvolvido e implantado entre junho de 2012 e dezembro de 2017.

A leitura e impressão simultânea produz reflexos diretos na satisfação dos clientes, sendo a evolução constata nos resultados do atributo Conta de Energia Elétrica do ISQP (Índice de Satisfação e Qualidade Percebida) 2017, onde alcançou resultado de destaque com um índice de 92,9% de satisfação.

O projeto de implantação da leitura e impressão simultânea das faturas de energia elétrica. Foi alcançada a marca de 140 mil clientes com o cadastro para receber a conta de energia por e-mail, o que representa um aumento de 65% em relação ao ano de 2016. Essa importante iniciativa de sustentabilidade também efeito direto na satisfação dos clientes proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente.

Gestão da Adimplência e Arrecadação

De forma a reduzir a inadimplência, motivada principalmente pela retração econômica, a Empresa vem se utilizando de diversas ferramentas de comunicação e cobrança. Entre as medidas adotadas pela Companhia estão os contatos telefônicos, o envio de e-mail, SMS e carta de cobrança, a negativação dos clientes inadimplentes, a cobrança judicial e principalmente o corte no fornecimento de energia.

Além destas diversas ferramentas de cobrança, em 2017 a Cemig lançou uma campanha na qual ofereceu condições especiais de negociação e renegociação aos consumidores de baixa tensão, hospitais e poder público.

Como resultado do esforço da Companhia, as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa foram de R$248 milhões em 2017 na comparação ao valor de R$382 milhões em 2016, uma expressiva redução de 35,08%.

Com a intensificação na ações em 2018, a Companhia está confiante na tendência de redução dos índices de inadimplência.

Transmissão de energia elétrica

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela ANEEL, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a Empresa atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

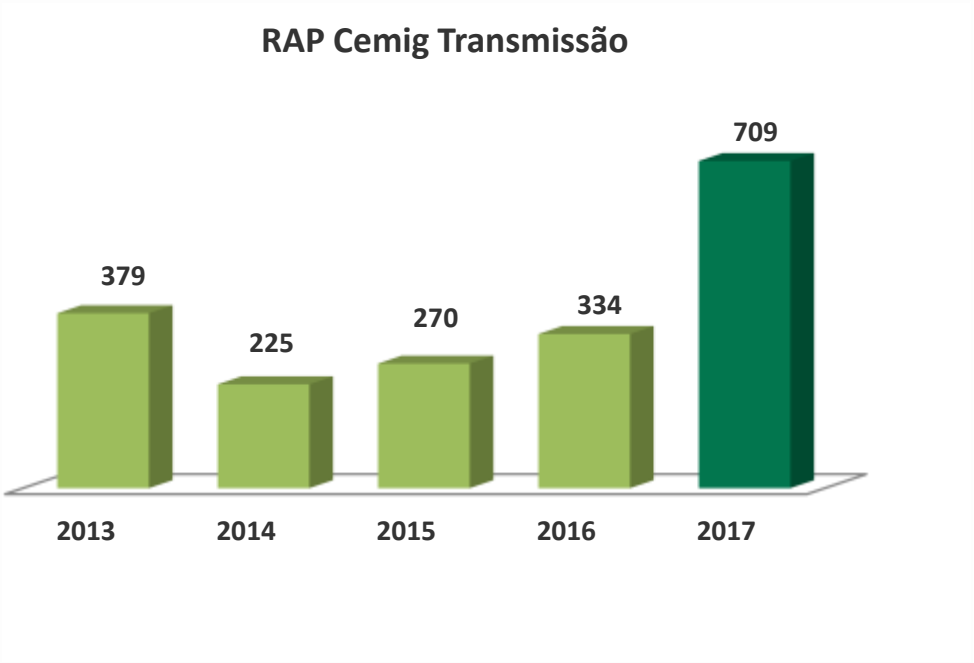
O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando houver Revisão Tarifária. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pela inflação, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap.*

Em julho de 2017, a RAP da Cemig GT (contrato 006/97) foi reajustada em 131,3%, em função da aplicação do IPCA sobre a receita já homologada, do reconhecimento dos novos reforços e melhorias e também da adição do custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME. Se desconsiderado o efeito do custo de capital não incorporado no valor da RAP, o reajuste seria de 6,5%.

A Cemig GT ainda possui a concessão de uma subestação licitada, SE Itajubá, cujo reajuste também ocorre em julho, tendo como índice de atualização o IGP-M.

No caso da Cemig Itajubá (contrato 079/2000), o reajuste da RAP foi de - 41,2%. Este contrato de concessão prevê que durante os primeiros 15 anos a RAP será constante e nos 15 anos subsequentes de operação seu valor será reduzido à metade. Como neste reajuste todos os ativos atingiram 15 anos de vida útil (parte deles já haviam atingido os 15 anos de vida útil no ciclo anterior), a RAP sofreu uma redução próxima de 50%.

A Receita homologada para o ciclo 2017/18 das duas concessões soma R$709 milhões, dos quais R$371 milhões correspondem ao custo de capital não incorporado.



RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Observa-se uma melhoria contínua dos valores destes indicadores nos últimos anos, atendendo aos padrões estabelecidos pela ANEEL, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas citadas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo.

Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela "Rede Cemig Fácil de Atendimento", através das 145 Agências e 633 Postos de Atendimento. Em 2017 foram registrados 8,8 milhões de contatos através deste canal.

O atendimento telefônico é realizado pelo "Fale com a Cemig", inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twiter) e e-mail. O número de contatos registrados em 2017 foi de 11,1 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2017 foram recebidas 2,1 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android, IOS e Windows Phone, que registrou 5,2 milhões de contatos. Por meio das máquinas de autoatendimento (totens) foram realizados 1,2 milhões de contatos.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros. A Agência Virtual da Cemig registrou em 2017 mais de 8,9 milhões de contatos.

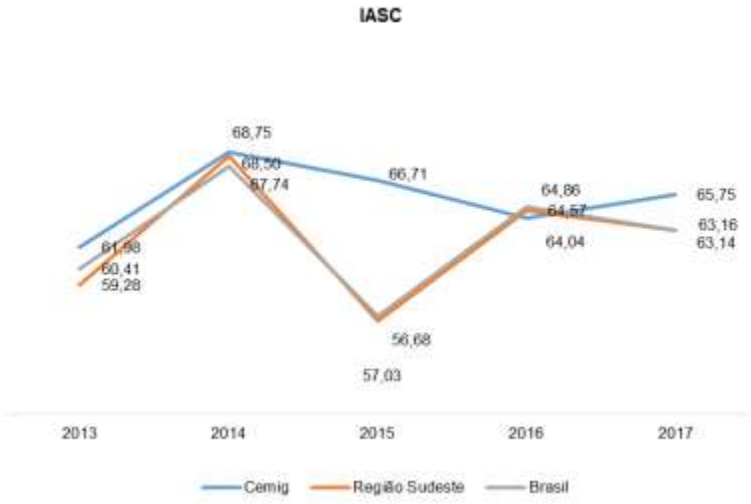
Dessa forma, a Cemig teve cerca de 37,4 milhões de atendimentos em 2017, através dos seus diversos canais.

Satisfação do Consumidor

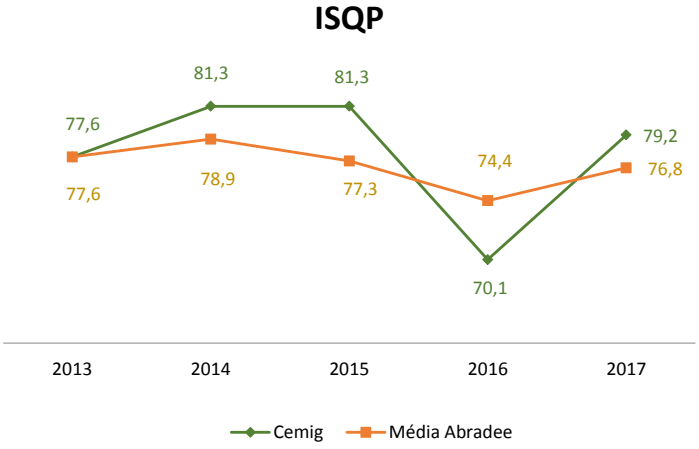
Em 2017 a Cemig foi finalista do Prêmio IASC na categoria Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras. Com a nota de 65,75, a Companhia avançou 2,67% na satisfação do cliente, posicionando-se acima da média Brasil Concessionárias (63,16) e da média da categoria região sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras (63,14).

Com este resultado, a Cemig ocupou o terceiro lugar entre as 10 maiores distribuidoras de energia da região sudeste e subiu 11 posições no ranking IASC Brasil, que reuniu as 68 distribuidoras participantes da pesquisa Aneel 2017.

A melhoria da Cemig em meio à retração observada na região sudeste sinaliza a assertividade das ações empreendidas para a melhoria deste indicador.



A Cemig também se posicionou entre as 3 melhores distribuidoras de energia acima de 500 mil consumidores da região sudeste, no Índice de Satisfação pela Qualidade Percebida – ISQP, apurado através de pesquisa realizada pela Abradee, junto aos consumidores residenciais.



A Cemig apresentou crescimento de 9,1 pontos (13%) neste índice, passando de 70,1 em 2016 para 79,2 em 2017. A evolução positiva no ISQP também foi observada no Índice de Aprovação do Consumidor – IAC (crescimento de 18,7 pontos em relação a 2016) e no Índice de Satisfação Geral - ISG (crescimento de 23,3 pontos em relação ao ano anterior).

INVESTIMENTOS

Investimentos em Geração:

Os principais investimentos realizados em 2017 referem-se principalmente aos aportes realizados na investida Guanhães, construção de PCH's, e na usina de Belo Monte, já em fase final de construção e necessitando de menores aportes em relação ao passado, no montante de R$233 milhões.

Renova Energia S.A. - Renova:

Fundada em 2001, a Renova Energia S.A. – Renova é uma empresa focada em fontes renováveis de energia, a saber: parques eólicos, pequenas centrais hidrelétricas e usinas solares.

Nos últimos dois anos, diante de sua situação financeira delicada, a Renova baseou sua estratégia em 3 pontos principais: foco na execução de projetos em construção, adequação da estrutura de capital e revisão do plano de negócios. Atualmente, a Cemig detém diretamente 36,23% do capital total da Renova, além de 6,8% indiretamente através da Light.

Em função do processo de restruturação, foi realizada a venda de ativos em 2017 conforme segue:

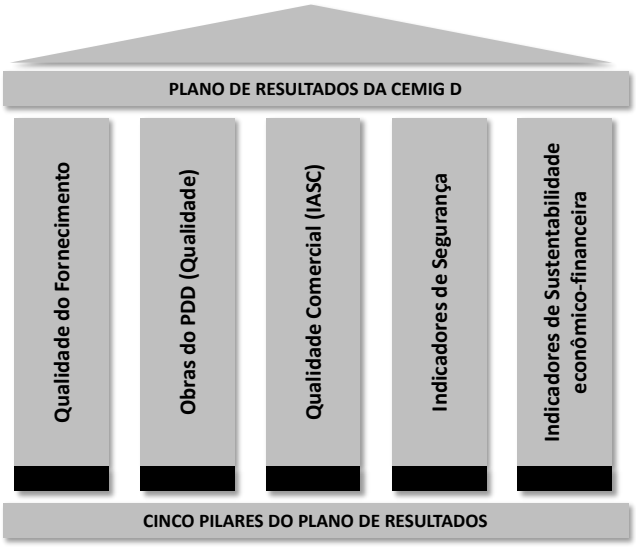
- Complexo Eólico Alto Sertão II, com 386 MW de capacidade instalada e 181,6 MW médios, para a AES Tietê Energia S.A.;
- 19.535.004 ações da TerraForm Global, para a Brookfield Asset Management, Inc, pelo valor de US$ 4,75/ação;
- Projeto Umburanas I e II (226 MW médios) ,para a Engie Brasil Energia.

Investimentos em Transmissão

Em 2017 foi aprovado o plano plurianual de investimentos da Cemig GT, que prevê investimentos da ordem de R$1.140 milhões no período de 2017 a 2025.

Investimentos em Distribuição

Diversas ações estão em curso para garantir a adequação da Cemig à cobertura regulatória. A Cemig Distribuição elaborou seu Plano de Resultados, tendo apresentado o documento à ANEEL, por meio do qual se compromete a buscar a melhoria da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, especialmente quanto à observação da regulamentação setorial. O Plano de Resultados está sustentado em cinco pilares conforme segue:



Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Investimentos no sistema elétrico:

Os investimentos realizados no sistema elétrico da Cemig D no ciclo tarifário 2013-2017 corresponderam a um montante da ordem de R$5,1 bilhões. Em 2017, os investimentos realizados foram de R$983 milhões, sendo R$261 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão, R$707 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão e R$15 milhões em outros projetos.

Dos investimentos em alta tensão, foram construídas e/ou ampliadas 29 subestações e construídos, 3.728 km e 320 km de Linhas de Distribuição de Média e Alta Tensão, respectivamente.

Investimentos em Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em Minas Gerais, por outorga de concessão, atendendo aos segmentos industrial, residencial, comercial e termelétrico, fornecendo gás natural comprimido (GNC), gás natural liquefeito (GNL) e automotivo (GNV).

O investimento em infraestrutura da Gasmig, em 2017, foi de R$ 54,8 milhões, sendo R$ 23,5 milhões na expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) no Estado de Minas Gerais, R$ 22,7 milhões em Operação e Manutenção de gasodutos, R$ 7,1 milhões em Telecomunicação / Informática e em Infraestrutura, R$ 944 mil na Gestão Ambiental, bem como R$ 493 mil em o GNV (Gás Natural Veicular) e aquisição de ativos.

Em 2017, como resultado desse engajamento, sua base de clientes saltou para 31.355. Em 2012 eram atendidos pouco mais de 300 estabelecimentos, principalmente industriais e de distribuição de gás natural veicular (GNV). Esse acréscimo de praticamente 31 mil usuários se deu basicamente no mercado urbano (residências e comércios). Em 2017 foram quase 16 mil unidades ligadas à rede de distribuição de gás natural.

PROGRAMA DE DESINVESTIMENTO

Em decorrência do agravamento da situação econômica, a Companhia implementou um processo de venda de ativos, iniciado em 2016, que culminou com a divulgação, em 1º de junho de 2017, de seu Programa de Desinvestimentos, que visa restabelecer o equilíbrio financeiro da Cemig, por meio da redução acelerada do seu endividamento líquido.

Os critérios levados em conta para priorização foram:

a) ativos com maior liquidez;
b) ativos que não trazem retorno de curto prazo; e
c) ativos não estratégicos e ou com participações pouco relevantes.

Para tanto, foi selecionado um portfólio que atenda às necessidades de desalavancagem, considerando uma expectativa de sucesso de, no mínimo, 50% até o primeiro semestre de 2018, considerando que os processos de alienação estão sujeitos a regras específicas, legais, societárias e regulatórias.

Em 2017, foram concluídas as seguintes operações de alienação de ativos:

Ativo	Adquirente	Data do *Closing*	Valor (R$ MM)
Ações da TerraForm Global	Brookfield Asset Management	03/07/2017	352
Complexo Eólico Alto Sertão II	AES Tietê	03/08/2017	600
Complexo Eólico Umburanas	Engie Brasil Energias	24/11/2017	17
Units da TAESA	Mercado da B3	24/11/2017	717
Transmineiras (Transleste, Transudeste, Transirapé)	TAESA	30/11/2017	80

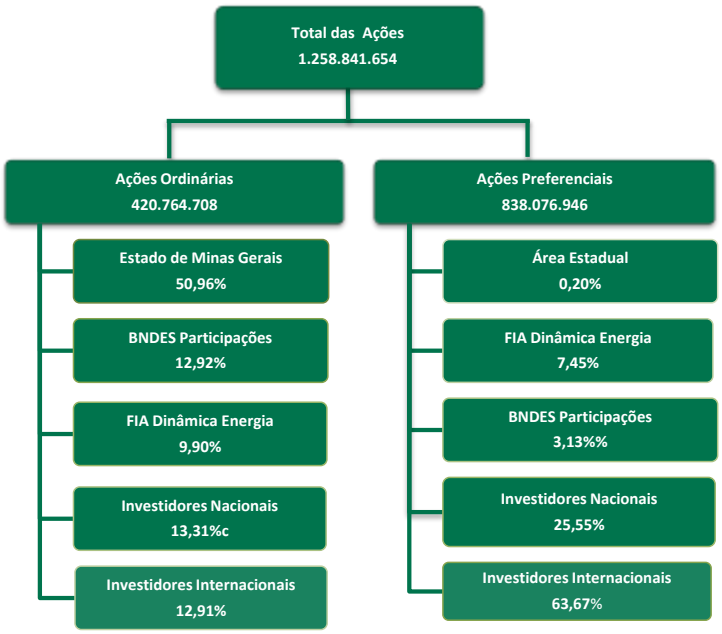
A Companhia continua com o foco na implementação do seu programa de desinvestimentos em 2018 através de ações que impliquem na alienação de participações, com a entrada de recursos que contribuirão para reduzir a alavancagem da Companhia.

MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, totalizou R$6.294 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2016 e 2017, das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2016	Fechamento 2017
Cemig PN	CMIG4	R$	7,28	6,87
Cemig ON	CMIG3	R$	7,70	6,41
ADR PN	CIG	US$	2,22	2,06
ADR ON	CIG.C	US$	2,53	1,85
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	2,25	1.78

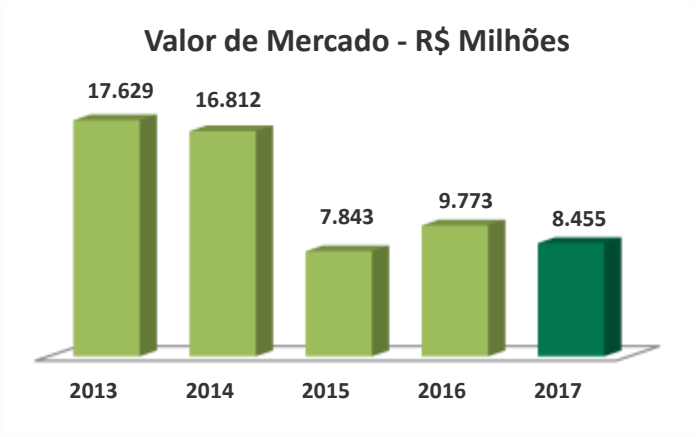
Em 2017, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R$17,02 bilhões, com uma média diária de R$ 69,17 milhões. Esse volume negociado é 26% maior do que o observado no ano anterior e faz com que nossa ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

O volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque no ano de 2017 foi de US$11,78 milhões e movimentou US$ 2,96 bilhões, o que reforça a posição da Cemig como opção global de investimento.

Em termos de desempenho, a Companhia foi a 2ª mais negociada do setor elétrico na Bovespa. Entre os ADRs do setor elétrico brasileiro negociados na NYSE, a Cemig apresentou o maior volume negociado em 2017.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	DJIA	IEE
2017	-5,6%	-16,7%	-7,1%	-26,8%	26,9%	25,1%	10,0%

O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano.



POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A Cemig, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 30 de abril de 2018, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2017, no montante de R$1.001 milhões e do saldo de Lucros Acumulados de R$28 milhões:

- R$486 milhões sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas aos acionistas portadores de ações preferenciais, fazendo jus os acionistas de ações preferenciais que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;

- R$14 milhões sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas aos acionistas portadores de ações ordinárias, fazendo jus os acionistas de ações preferenciais que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;

- R$528 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2017, conforme orçamento de capital.

- R$1 milhão seja mantido no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2017 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros ser reeleitos ao término do mandato. Em 2017, foram realizadas 36 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2017 foram realizadas 16 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Procedemos, em 2017, troca dos nossos auditores. No exercício de 2016 nossos auditores foram a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que permaneceram até o final da auditoria das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2017, arquivadas na CVM em 15 de maio de 2017. A partir das informações Contábeis Intermediárias de junho de 2017, nossos auditores passaram a ser a Ernst & Young Auditores Independentes S.S que são responsáveis pela auditoria de nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2017	% em relação à auditoria	2016	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	3.654	100	1.570	100,00
Serviços Adicionais:				
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSLL	156	4,27	82	5,22
Carta conforto para emissão de instrumentos de dívida	845	23,13	-	-
Total Geral	**4.655**	**127,39**	**1.652**	**105,22**

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa e referem-se, basicamente, à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia e à elaboração de carta conforto para emissão de instrumento de dívida, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 2017, as áreas responsáveis pela Gestão de Riscos Corporativos e por Compliance na Cemig foram reorganizadas na Companhia e, junto com a área responsável pelo Planejamento Estratégico, hoje se subordinam à Superintendência de Planejamento e Gestão da Estratégia, Riscos e Compliance, ligadas diretamente a Presidência da Empresa.

A superintendência coordena o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos e é responsável por desenvolver e implementar políticas e procedimentos para manter o nível de exposição a riscos dentro de um patamar planejado, zelar pela conformidade com leis e regulamentos, zelar pela conduta ética de nossos profissionais, coordenar e dar suporte às atividades corporativas de compliance e gestão de riscos, elevando esses processos a um novo patamar.

Destaca-se, em 2017, a aprovação, pelo Conselho de Administração, da Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos e da matriz de riscos da Companhia, abrangendo os negócios Holding, Distribuição, Geração, Transmissão e Comercialização.

Política Antifraude

Em 2017, a CEMIG revisou a Política Antifraude, explicitando a vedação de realizar doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à CEMIG e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, de 30 de setembro de 1997, “Lei das Eleições”.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denuncias são avaliadas, e após a concluídas são disponibilizadas aos denunciantes.

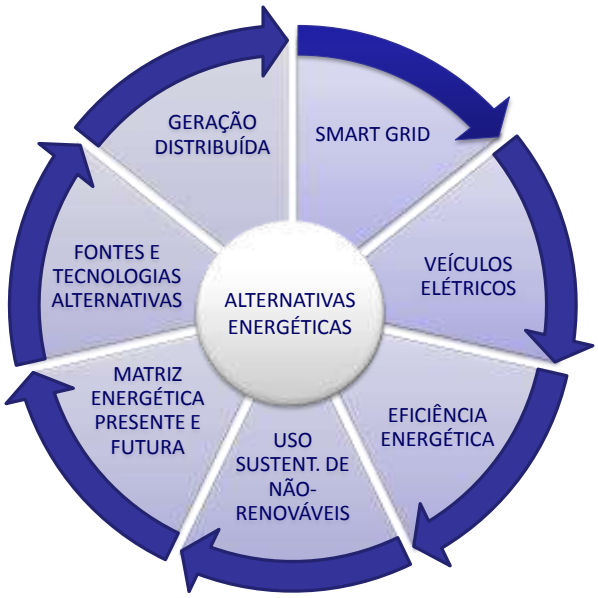
O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes. Por meio dele, podem ser reportadas situações consideradas de caráter discriminatório.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu posicionamento no mercado.

Alternativas energéticas

Na visão da Cemig, o termo "Alternativas Energéticas" abrange toda a cadeia energética, incluindo transporte, transformação, rotas tecnológicas, oferta e armazenamento, eficiência energética e uso final da energia. Por serem elementos integrantes e mutuamente dependentes na matriz energética, as alternativas energéticas se intercomunicam, conforme a figura seguinte.



Os impactos relativos às alternativas energéticas são essencialmente positivos ou têm intenções positivas, de acordo com as possibilidades elencadas abaixo:

- Redução do uso de combustíveis fósseis juntamente com a redução dos gases de efeito estufa;
- Minimização da carga sobre as fontes primárias e os recursos naturais com consequências diretas para as alterações climáticas decorrentes dos gases de efeito estufa;
- Desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis;
- Criação de configurações energéticas;
- Desenvolvimento local e regional.

Criação de competências científicas, técnicas e tecnológicas, sendo que os impactos diretos podem abranger a formação de recursos humanos juntamente com a publicação científica, o desenvolvimento de cadeias industriais com reflexos na produção industrial e de patentes. O conjunto destas atividades pode levar a reflexos econômicos;

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

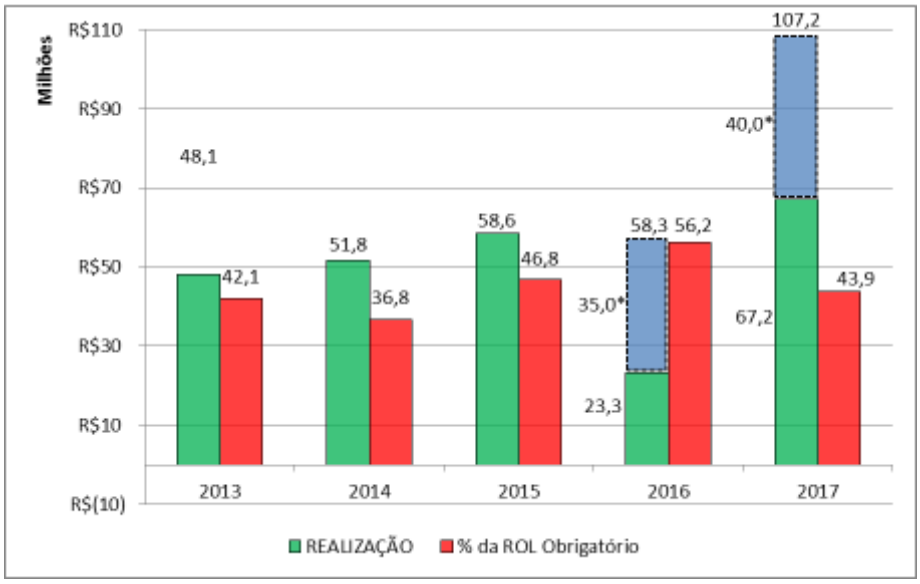
O Grupo CEMIG investe atualmente, cerca de R$40 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento P&D. Deseja-se promover e viabilizar o ciclo completo da cadeia da inovação, desenvolver conhecimento e transformar boas ideias, experimentos laboratoriais bem-sucedidos e qualidade de modelos matemáticos em resultados práticos que melhorem o desempenho das organizações e a vida das pessoas.

Nos últimos 3 anos a Cemig investiu mais de 63 milhões de reais em projetos de P&D, em diversos temas.

Programa de Eficiência Energética

A Cemig, por meio do Programa de Eficiência Energética vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar corretamente a população sobre o correto uso da energia elétrica desde a década de 80.

A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual de 0,4% da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética.



* Valores disponibilizados através de Chamada Pública de Projetos

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2017 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente, via depósito bancário. Em 2017 o número de instituições cadastradas chegou a R$60,83 milhões em doações no ano.

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha 2017/2018 do AI6% envolveu a participação de 1.758 empregados que, voluntariamente, destinaram R$1,12 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 25.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 184 instituições. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Empresa foi de R$0,9 milhão . No total, foram destinados R$2,04 milhões para entidades distribuídas em 95 municípios da área de atuação da Empresa.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2017 foi superior a R$69 milhões, com uma economia de energia de 24.931 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 9.507 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

Programa Campos de Luz II: tem como objetivo a instalação de iluminação elétrica em 250 campos de futebol amador e em 50 quadras poliesportivas, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social de comunidades carentes com a prática de atividades esportivas, lazer e culturais, principalmente no período noturno.

O investimento programado é da ordem de R$15 milhões, e será utilizado para a elaboração dos projetos de iluminação, a aquisição dos materiais e a execução das obras. Dos 300 campos/quadras a serem iluminados, previstos no projeto, 100 foram concluídos e 90 encontram-se em execução. Foram investidos R$6 milhões em 2017.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A otimização de recursos, mesmo principio que rege a sustentabilidade, foi o desafio para os projetos culturais, esportivos e de saúde durante o ano de 2017.

Além da crise financeira no País, a Empresa passou também por uma crise no setor com a perda de concessão de quatro importantes usinas para investidores estrangeiros.

Saúde:

A Cemig participou de dois Projetos do Ministério da Saúde em conjunto com o Governo de Minas – Secretaria de Estado da Saúde através do Pronon – Programa Nacional de Apoio Oncológico, beneficiando duas entidades de no Estado de Minas Gerais, o Hospital Mário Penna e da Fundação Hospitalar São Francisco de Assis, ambos projetos tem como objetivo a ampliação da assistência, diagnóstico e tratamento oncológico a pacientes de câncer.

Esportes:

Em 2017, o total investido em Esportes foi da ordem de R$ 3,3 milhões em 28 projetos em todo o estado.

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas.

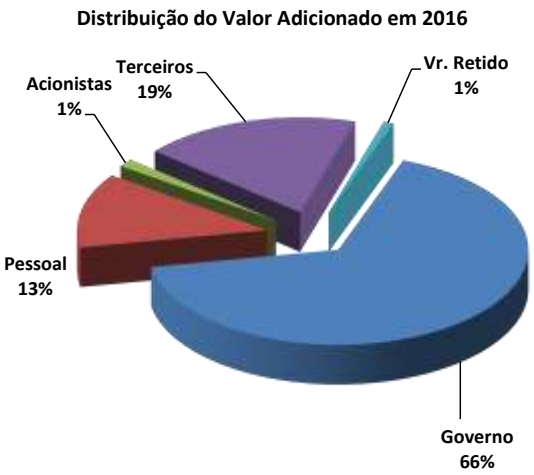
Para a Cemig, estes projetos fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

Cultura

Os patrocínios em cultura alcançaram o total de 250 projetos em 2017, quase o dobro de 2016, com investimentos de R$ 34 milhões, o que somente foi possível com o advento dos editais de cultura estadual, baseados em renúncia fiscal de ICMS que somaram cerca de R$17 milhões do total investido. Os editais foram promovidos pela Secretaria de Estado da Cultura (MG), o que garantiu o alinhamento com as políticas públicas e assertividade dos projetos.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade, com R$15.050 milhões de valor adicionado em 2017 em comparação a R$14.754 milhões em 2016.

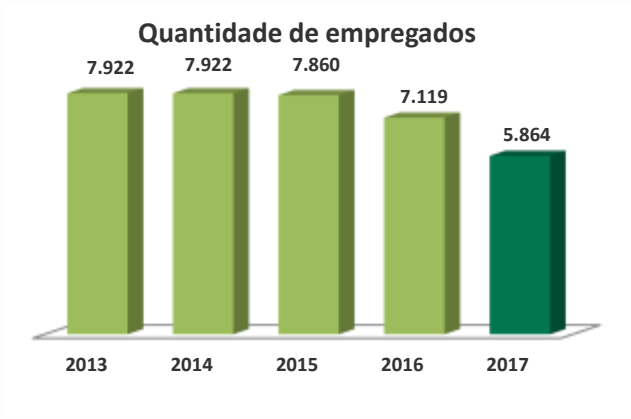


Recursos Humanos

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

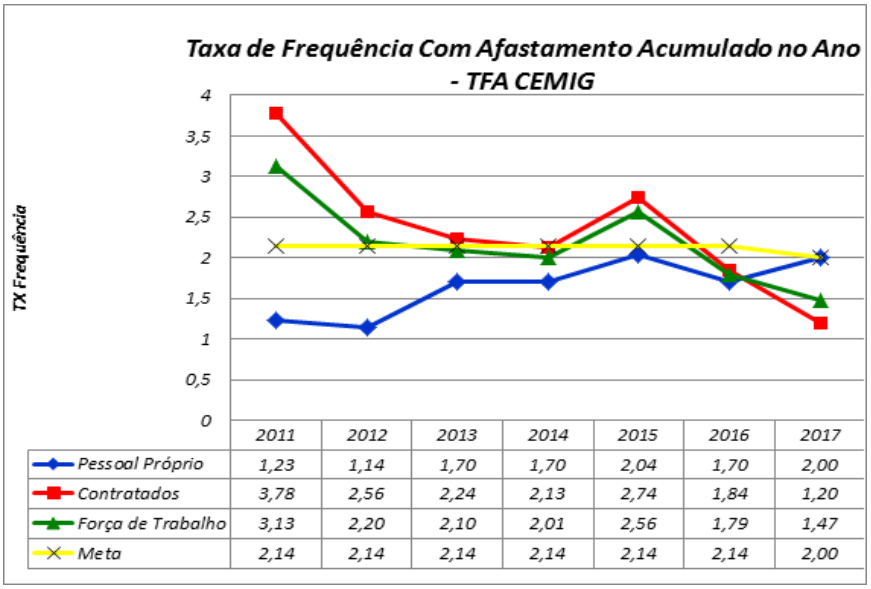
Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Em 2017 ocorreu uma redução significativa no quadro de empregados da Cemig, em decorrência do Programa de Desligamento Voluntário Programado – PDVP 2017, em continuidade à política de desligamento de empregados em plenas condições de aposentadoria. Nos últimos 5 anos, a quantidade de empregados passou de 7.922 em 2013 para 5.864 em 2017, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Em decorrência das diversas ações e programas da Companhia voltados às questões de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, os indicadores de acidentes apresentaram uma redução significativa nos últimos 11 anos. A Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA, relativa à força de trabalho, fechou no valor de 1,47 acidentes por um milhão de horas trabalhadas, 18% menor que em 2016, ficando 26,5 % abaixo do limite de 2,00, estabelecido pela empresa.

Essa redução se deveu aos bons resultados obtidos com a mão de obra contratada, cuja TFA reduziu 17,88% em 2017 comparados a 2016.



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pessoal Próprio	1,23	1,14	1,70	1,70	2,04	1,70	2,00
Contratados	3,78	2,56	2,24	2,13	2,74	1,84	1,20
Força de Trabalho	3,13	2,20	2,10	2,01	2,56	1,79	1,47
Meta	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,14	2,00

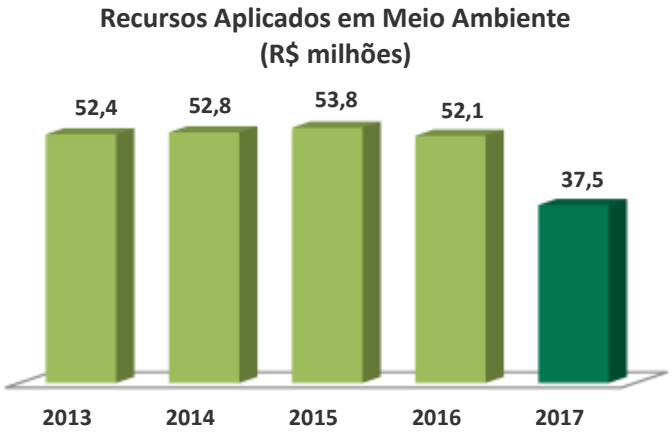
UniverCemig

Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior, além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

A UniverCemig realizou, em 2017, 209.926 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig, com 10.788 participações e contabilizou 35,52 horas de treinamento por empregado. Para empregados de outras empresas foram 3.260 participações e 91.658 homens-hora de treinamento. O valor anual investido em ações de treinamento e desenvolvimento foi de R$3.726 por empregado próprio, totalizando R$21,85 milhões.

Meio Ambiente

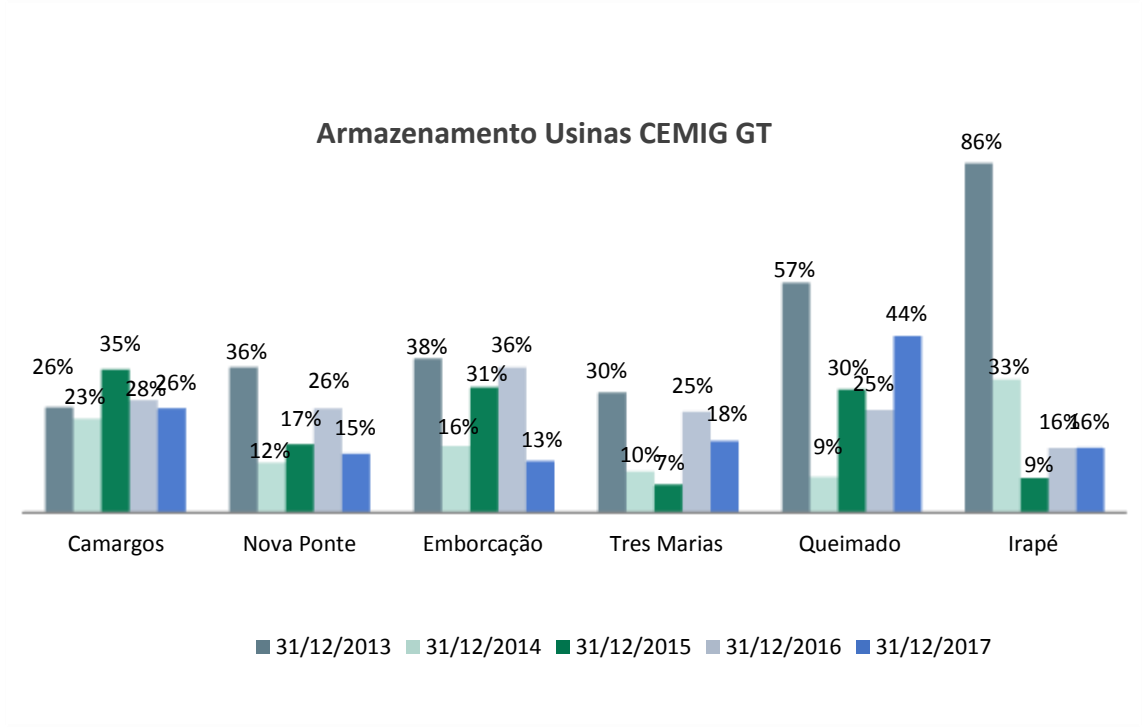
Em 2017, a Cemig totalizou cerca de R$ 37,5 milhões em recursos aplicados em meio ambiente. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Comitê de Adequação Socioambiental, conforme comentado no item Estratégia Ambiental.



Recursos Hídricos

A Cemig possui uma área dedicada à gestão de recursos hídricos, que através do planejamento adota medidas operativas em suas usinas hidrelétricas que visam calcular a geração ótima de cada usina, garantindo o melhor aproveitamento da água para a geração, sem impactar os demais usos da bacia hidrográfica.

A Cemig monitora regularmente uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, em 42 reservatórios e mais de 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos.



Segurança de Barragens

O processo que visa a garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais.

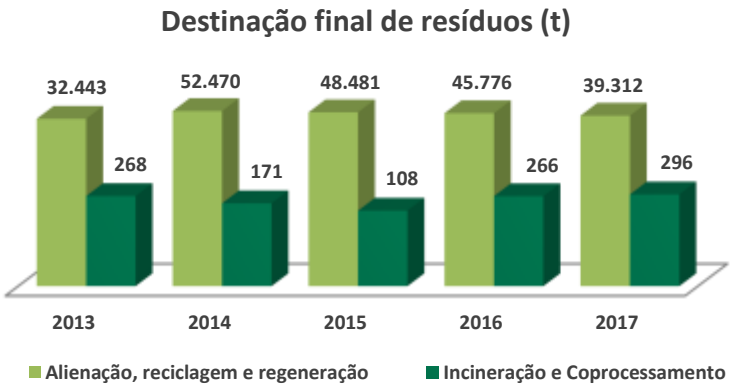
Neste contexto são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, é estabelecida a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

Em 2017, a Cemig focou no estreitamento do relacionamento da Empresa com o público externo possivelmente envolvido em situações de emergência. No ano 2017, foram entregues oito planos externos para um total de 13 municípios. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, outros 92 municípios serão envolvidos nessa etapa de oficialização do processo de comunicação em emergência.

Gestão de Resíduos

A logística reversa e a destinação final de resíduos são feitas por área certificada em Sistema de Gestão Ambiental – SGA Nível 1, que recebe os resíduos devidamente identificados, separados e acondicionados pelas áreas que os geraram.

Em 2017 foram encaminhadas para destinação ambientalmente adequada 39,6 mil toneladas de resíduos industriais: 99,1% desses resíduos foram alienados ou reciclados, 0,2% regenerados ou descontaminados, e 0,7% coprocessados, incinerados ou dispostos em aterro industrial.



Programas para a Ictiofauna

As ações do Peixe Vivo são sustentadas em três pilares: Programas de Conservação e Manejo, que visam à adoção das melhores práticas para conservação de peixes; Pesquisa e Desenvolvimento, que ampliam o conhecimento científico sobre a ictiofauna e proporcionam subsídios para estratégias de conservação mais eficientes; e Relacionamento com a Comunidade que divulga as ações e resultados do Programa para a sociedade, buscando seu envolvimento na construção do planejamento estratégico.

Em 2017, foram investidos aproximadamente R$4 milhões em projetos e ações voltadas para a conservação da ictiofauna, incluindo gastos com projetos de pesquisa, manutenção de estações de piscicultura, educação ambiental e eventos voltados para o relacionamento com a comunidade.

Em 2017, foram produzidos cerca de 260 mil alevinos totalizando, aproximadamente, sete toneladas, que foram soltos em 25 peixamentos, com a participação de 210 pessoas das comunidades locais, em 16 municípios.

Desde a criação do Programa Peixe Vivo, as medidas e ações estabelecidas pelo Programa e desenvolvidas em parceria com as instituições de pesquisa garantiram a redução de 71% das mortes de peixes, com consequente redução de multas ambientais em decorrência de acidentes e da interrupção das operações.

Mudanças climáticas e emissão de gases de efeito estufa

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado “10 iniciativas para o clima”, em que estão definidas as linhas de ação da Empresa.

A Cemig tem um parque gerador com baixa intensidade de emissões de GEE, por ser predominantemente hidráulico, mas sujeito às consequências das mudanças do clima. Assim, investe na melhoria dos sistemas de previsão de eventos climáticos, na melhoria da infraestrutura das suas usinas, das linhas de transmissão e das redes de distribuição, para lidar com as consequências desses eventos, e na melhoria da previsão da disponibilidade de água no seu parque gerador.

Também é importante ressaltar que, desde 2007, a Cemig responde ao Carbon Disclosure Project – CDP, organização internacional sem fins lucrativos que incentiva as economias sustentáveis. Em 2017 a Cemig foi listada entre as empresas líderes em gestão de mudanças climáticas na América Latina pelo Programa Climate Change, pela qualidade da informação divulgada aos investidores e ao mercado global.

A Companhia também foi incluída, na 25ª posição, no ranking Top 100 Green Utilities pela consultoria norte-americana Energy Intelligence. Neste ranking foram reunidas as cem empresas do setor energético mundial com menores taxas de emissão de gases de efeito estufa (CO2) e maiores capacidades instaladas de geração de energia por fontes renováveis.

Os detalhes sobre as iniciativas da Cemig relativas a mudanças climáticas podem ser obtidos no site da Companhia.

Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável. A Cemig GT possui 77% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 23% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais. Já a Cemig D possui 68,66% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 31,34% em processo de licenciamento.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2017, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Troféu Transparência

A Cemig foi premiada pelo 13º ano com o Troféu Transparência. A premiação é realizada anualmente pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), a Fipecafi e a Serasa Experian, que escolhem as empresas com as demonstrações financeiras mais transparentes do Brasil. Visto como um selo tradicional, oferecido por três instituições respeitadas do mercado, o Troféu acompanha o desenvolvimento das demonstrações adotadas ao longo de sua história, incentivando a excelência na prestação de contas do empresariado brasileiro.

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Foi lançado em 1999 como o primeiro indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global. As empresas que constam deste Índice, indexado à bolsa de Nova York, são classificadas como as mais capazes de criar valor para os acionistas, a longo prazo, através de uma gestão dos riscos associados tanto a fatores econômicos, como ambientais e sociais. A Cemig está presente pela 18ª vez consecutiva e é a única empresa do setor elétrico das Américas a compor o índice.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa – ISE

Promoção de uma lista de empresas que amplia o entendimento sobre as mesmas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas – 13º ano consecutivo.

Carbon Disclosure Project – CDP

A Cemig foi selecionada pelo Carbon Disclosure Project (CDP) pela qualidade da informação divulgada aos investidores e ao mercado global. O CDP Latin America é uma organização internacional sem fins lucrativos que incentiva as economias sustentáveis. Anualmente, milhares de empresas apresentam informações climáticas à organização e os melhores resultados indicam um alto nível de transparência na divulgação da informação relacionada ao tema, proporcionando aos investidores conteúdo consistente sobre a gestão em mudanças climáticas.

CDP Water

A Cemig conquistou pela primeira vez a posição de liderança mundial com nível (A-) no Programa CDP Water 2017, por suas práticas relacionadas à gestão dos recursos hídricos. No setor elétrico brasileiro, a Cemig foi a empresa que obteve a melhor classificação. O CDP Latin America é uma organização internacional sem fins lucrativos que provê um sistema global único para que empresas e cidades gerenciem e compartilhem informações vitais sobre o meio ambiente.

Top 100 Green Utilities

A Cemig se manteve no ranking Top 100 Green Utilities, divulgado pela consultoria norte-americana Energy Intelligence e que reúne as cem empresas do setor energético mundial com menores taxas de emissão de gases de efeito estufa (CO2) e maiores capacidades instaladas de geração de energia por fontes renováveis. Segundo o levantamento, 98% da capacidade de geração da Cemig corresponde a fontes de energia limpa, preservando a 8ª posição em capacidade de geração de matrizes renováveis. Quanto a emissão de gases de efeito estufa por MWh gerado, a Cemig conseguiu ficar em 5º lugar, três posições acima em relação ao ano anterior e a melhor colocação entre as empresas de geração de energia elétrica do Brasil.

Índice Carbono Eficiente da BM&FBovespa e BNDES

A Empresa foi selecionada pela sétima vez consecutiva para compor a carteira do Índice Carbono Eficiente – ICO2, que agrupa empresas que atuam de forma eficiente em relação às emissões de gases de efeito estufa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

Relatório da Administração

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2017			2016		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			21.711.690			18.772.656
Resultado Operacional (RO)			2.642.407			1.805.118
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.627.026			1.643.253
2) Indicadores Sociais Internos	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre FPB**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre FPB**	**%Sobre RL**
Alimentação	90.990	5,59	0,42	97.341	5,92	0,52
Encargos sociais compulsórios	318.975	19,60	1,47	342.269	20,83	1,82
Previdência privada	85.178	5,24	0,39	96.994	5,90	0,52
Saúde	52.590	3,23	0,24	56.615	3,45	0,30
Segurança e medicina no trabalho	24.870	1,53	0,11	26.119	1,59	0,14
Educação	87	0,01	0,00	187	0,01	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	21.847	1,34	0,10	23.589	1,44	0,13
Creches ou auxílio-creche	3.272	0,20	0,02	3.034	0,18	0,02
Participação nos lucros ou resultados	8.281	0,51	0,04	26.480	1,61	0,14
Outros	15.270	0,94	0,07	14.541	0,88	0,08
Total - Indicadores Sociais Internos	621.360	38,19	2,86	687.170	41,82	3,66
3) Indicadores Sociais Externos	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**
Educação	1.176	0,04	0,01	2.300	0,10	0,01
Cultura	16.369	0,62	0,08	10.985	0,46	0,06
	416	0,02	0,00	-	-	-
Esporte	3.313	0,13	0,02	1.222	0,05	0,01
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN/ Esporte	2.063	0,08	0,01	2.131	0,09	0,01
Total das Contribuições para a Sociedade	**23.337**	**0,88**	**0,11**	**16.638**	**0,70**	**0,09**
Tributos (excluídos encargos sociais)	9.920.165	375,42	45,69	10.053.044	423,59	53,55
Total – Indicadores Sociais Externos	**9.943.502**	**376,30**	**45,80**	**10.069.682**	**424,29**	**53,64**
4) Indicadores Ambientais	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**
Relacionados com a operação da empresa	38.311	1,45	0,18	52.116	2,20	0,28
Em Programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	**2,20**	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**38.311**	**1,45**	**0,18**	**52.116**	2,20	**0,28**
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional	**2017**			**2016**		
Nº de empregados (as) ao final do período			5.864			7.119
Nº de admissões durante o período			27			77
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			333			269
Nº de estagiários (as)			227			277
Escolaridade dos empregados						-
- Superior e extensão universitária			1.352			1.553
- 2º Grau			4.371			5.513
- 1º Grau			141			53
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			3.027			3.779
Nº de mulheres que trabalham na empresa			752			939
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			39,66%			36,09
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			290			340
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			3,68%			1,17
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			74			192

Relatório da Administração

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			Metas 2017		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa	26,44			26,44		
Número total de acidentes de trabalho considerar com empregados	225			225		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são Exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	Em 2017: 15.049.884			Em 2016: 14.780.152		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	71,77% governo 6,65 % acionistas 8,40% colaboradores (as) 13,11% terceiros			68,02% governo 3,95% acionistas 9,00% colaboradores (as) 18,49% terceiros		

7) Outras Informações	2017	2016
Investimentos em questões ambientais	R$37,5 milhões	R$52,1 milhões
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	42 reservatórios e 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos	42 reservatórios e 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos
Resíduos e materiais inservíveis	39, 6 mil toneladas	45,8 mil toneladas
Óleo mineral regenerado pela empresa	36,1 toneladas	322,8 toneladas
Receita com as vendas dos resíduos	R$10,9 milhões	R$11,1 milhões

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Geber Soares de Oliveira
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Agostinho Faria Cardoso
Antônio Dirceu Araújo Xavier	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães Júnior	Wieland Silberschneider
Marco Antonio de Rezende Teixeira	Antonio Carlos de Andrada Tovar
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Otávio Silva Camargo
Marcelo Gasparino da Silva	Aloísio Macário Ferreira de Souza
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	Vago
Carlos Eduardo Lessa Brandão	Vago
Daniel Alves Ferreira	Manoel Eduardo Lima Lopes
Arlindo Magno de Oliveira	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Hermes Jorge Chipp	Alexandre Silva Macedo

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Arthur Maia Amaral	Marco Antônio Badaró Bianchini
Edson Moura Soares	Marcos Túlio de Melo
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino	Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve
Manuel Jeremias Leite Caldas	Ronaldo Dias
Vago	Rodrigo de Mesquita Pereira

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor-Presidente
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Vice-Presidente, interina e cumulativamente
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretoria sem denominação específica
Maurício Fernandes Leonardo Júnior	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor de Geração e Transmissão
José de Araújo Lins Neto	Diretor de Gestão Empresarial
Luciano de Araújo Ferraz	Diretor Jurídico
Thiago de Azevedo Camargo	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Daniel Faria Costa	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Maura Galuppo Botelho Martins	Diretora de Relações e Recursos Humanos
Dimas Costa	Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

Notas E[illegible]s

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS....2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS....4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES....5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO....6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA....8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO....10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS....11
1. CONTEXTO OPERACIONAL....11
2. BASE DE PREPARAÇÃO....18
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO....32
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES....34
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS....41
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA....44
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS....44
8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA....45
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS....47
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL....48
11. FUNDOS VINCULADOS....50
12. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS....51
13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS....51
14. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS....52
15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO....53
16. INVESTIMENTOS....61
17. IMOBILIZADO....78
18. INTANGÍVEIS....80
19. FORNECEDORES....82
20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL....82
21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES....85
22. ENCARGOS REGULATÓRIOS....91
23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO....91
24. PROVISÕES....97
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS....109
26. RECEITA....115
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS....119
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS....122
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS....123
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS....126
31. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO....143
32. SEGUROS....146
33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS....147
34. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL....147
35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA....148
36. EVENTOS SUBSEQUENTES....148

Notas Expli

A Melhor Energia do Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	1.030.257	995.132	38.672	69.352
Títulos e Valores Mobiliários	7	1.058.384	1.014.188	63.960	133.359
Consumidores e Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	8	3.885.392	3.425.018	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	15	847.877	730.488	-	-
Tributos Compensáveis	9	173.790	236.284	43	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	339.574	589.519	19.722	78.174
Dividendos a Receber		76.893	11.386	603.049	673.239
Fundos Vinculados	11	106.227	367.474	87.872	366.568
Estoques		38.134	49.473	10	12
Adiantamento a Fornecedores	29	116.050	1.059	-	-
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	12	235.018	-	235.018	-
Reembolso subsídios tarifários	14	73.345	63.751	-	-
Subvenção Baixa Renda		26.660	36.261	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - RGR	22	-	48.379	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - CDE		4.216	90.065	-	-
Subsídios Tarifários		103.746	102.262	-	-
Outros Créditos		421.740	524.731	10.473	20.435
TOTAL DO CIRCULANTE		**8.537.303**	**8.285.470**	**1.058.819**	**1.341.139**
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	7	29.753	31.040	1.737	5.959
Adiantamento a Fornecedores	29	6.870	229.053	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	8	255.328	146.367	-	-
Tributos Compensáveis	9	230.678	178.288	1.810	1.816
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10a	20.617	112.060	20.617	112.060
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	1.871.228	1.797.453	756.739	789.318
Depósitos Vinculados a Litígios	13	2.335.632	1.886.879	277.791	499.868
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	30	8.649	-		-
Outros Créditos		628.444	1.050.155	34.978	37.743
Ativo Financeiro da Concessão	15	6.604.624	4.971.244	-	-
Investimentos	16	7.792.225	8.753.088	13.692.183	12.627.857
Imobilizado	17	2.762.310	3.775.076	1.810	2.201
Intangível	18	11.155.928	10.819.680	2.458	1.852
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**33.702.286**	**33.750.383**	**14.790.123**	**14.078.674**
TOTAL DO ATIVO		**42.239.589**	**42.035.853**	**15.848.942**	**15.419.813**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Fornecedores	19	2.342.757	1.939.593	4.667	20.936
Encargos Regulatórios	22	512.673	380.586	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		9.089	17.814	348	899
Impostos, Taxas e Contribuições	20a	704.572	793.587	5.841	83.634
Imposto de Renda e Contribuição Social	20b	115.296	26.866	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	25	427.832	466.987	425.838	466.689
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	21	2.370.551	4.836.923	-	-
Salários e Contribuições Sociais		207.091	224.741	11.072	9.970
Obrigações Pós-emprego	23	231.894	198.867	12.974	11.143
Concessões a Pagar		2.987	2.977	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	15	414.800	481.835	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções	30	507.232	1.149.881	507.232	1.149.881
Adiantamento de Clientes	8	232.762	181.200	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	30	12.595	-	-	-
Outras Obrigações		570.153	745.603	6.218	6.293
TOTAL DO CIRCULANTE		**8.662.284**	**11.447.460**	**974.190**	**1.749.445**
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	22	249.817	454.625	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	21	12.027.146	10.342.357	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	20a	28.199	723.922	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	734.689	582.206	-	-
Provisões	24	678.113	815.017	63.194	309.995
Obrigações Pós-emprego	23	3.954.287	4.042.544	446.523	386.321
Concessões a Pagar		18.240	19.026	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	15	-	323.140	-	-
PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores		1.087.230	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções	30	307.792	191.587	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	30	28.515	-	-	-
Outras Obrigações		133.141	159.598	39.049	43.771
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**19.247.169**	**17.654.022**	**548.766**	**740.087**
TOTAL DO PASSIVO		**27.909.453**	**29.101.482**	**1.522.956**	**2.489.532**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		5.728.574	5.199.855	5.728.574	5.199.855
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(836.522)	(488.285)	(836.522)	(488.285)
Subscrição de Ações a Capitalizar		1.215.223	-	1.215.223	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		**14.325.986**	**12.930.281**	**14.325.986**	**12.930.281**
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		**4.150**	**4.090**	**-**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**14.330.136**	**12.934.371**	**14.325.986**	**12.930.281**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**42.239.589**	**42.035.853**	**15.848.942**	**15.419.813**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Ex

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	**26**	**21.711.690**	**18.772.656**	**325**	**665**
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	**27**				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(10.919.476)	(8.272.911)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(1.173.923)	(947.479)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(1.070.623)	(877.118)	-	-
		(13.164.022)	(10.097.508)	-	-
OUTROS CUSTOS	**27**				
Pessoal e Administradores		(1.270.188)	(1.348.203)	-	-
Materiais		(72.815)	(41.308)	-	-
Serviços de Terceiros		(759.036)	(719.947)	-	-
Depreciação e Amortização		(787.129)	(802.049)	-	-
Provisões Operacionais, líquidas		(225.504)	(171.225)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(1.118.749)	(1.193.140)	-	-
Outras		(89.677)	(55.450)	-	-
		(4.323.098)	(4.331.322)	-	-
CUSTO TOTAL		**(17.487.120)**	**(14.428.830)**	**-**	**-**
LUCRO BRUTO		**4.224.570**	**4.343.826**	**325**	**665**
DESPESAS OPERACIONAIS	**27**				
Despesas com Vendas		(248.280)	(382.368)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(763.121)	(666.577)	(51.544)	(67.447)
Despesas com Provisões Operacionais		(353.282)	(5.212)	(238.791)	83.190
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		34.760	(420.016)	185.367	131.989
		(1.329.923)	(1.474.173)	(104.968)	147.732
Resultado de Equivalência Patrimonial	**16**	(252.240)	(301.844)	896.002	218.347
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	**16**	-	(762.691)	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		**2.642.407**	**1.805.118**	**791.359**	**366.744**
Receitas Financeiras	**28**	803.713	1.041.304	114.375	72.930
Despesas Financeiras	**28**	(1.800.264)	(2.478.495)	235.541	(18.184)
Resultado antes dos Impostos		**1.645.856**	**367.927**	**1.141.275**	**421.490**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**10c**	(446.348)	(173.833)	(85.710)	(76.103)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	**10c**	(197.912)	140.660	(54.611)	(11.053)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.001.596**	**334.754**	**1.000.954**	**334.334**
Total do resultado do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		1.000.954	334.334	1.000.954	334.334
Participação de acionista não-controlador		642	420	-	-
		1.001.596	**334.754**	1.000.954	**334.334**
Lucro Líquido Básico por ação preferencial	**25**	**0,84**	**0,35**	**0,84**	**0,35**
Lucro Líquido Básico por ação ordinária	**25**	**0,37**	**0,10**	**0,37**	**0,10**
Lucro Líquido Diluído por ação preferencial	**25**	**0,84**	**0,32**	**0,84**	**0,32**
Lucro Líquido Diluído por ação ordinária	**25**	**0,37**	**0,07**	**0,37**	**0,07**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.001.596**	**334.754**	**1.000.954**	**334.334**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(260.480)	(514.998)	(42.769)	(43.192)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto, líquida de impostos	(2.802)	3.966	(220.513)	(467.840)
	(263.282)	(511.032)	(263.282)	(511.032)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro disponível para venda, líquida de impostos	(38.134)	(2.802)	(38.134)	(2.812)
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	(10)	-	-
Reclassificação dos ajustes de conversão para o resultado decorrente da alienação da Transchile	-	(39.447)	-	(39.447)
	(38.134)	(42.259)	(38.134)	(42.259)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**700.180**	**(218.537)**	**699.538**	**(218.957)**
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	699.538	(218.957)	699.538	(218.957)
Participação de acionista não-controlador	642	420	-	-
	700.180	**(218.537)**	**699.538**	**(218.957)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Expli

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**6.294.208**	**-**	**1.924.503**	**5.199.855**	**(488.285)**	**-**	**12.930.281**	**4.090**	**12.934.371**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.000.954	1.000.954	642	1.001.596
Outros resultados abrangentes									
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	(260.480)	-	(260.480)	-	(260.480)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	-	(40.936)	-	(40.936)	-	(40.936)
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	-	-	-	**(301.416)**	**1.000.954**	**699.538**	**642**	**700.180**
Subscrição de ações a capitalizar	-	1.215.223	-	-	-	-	1.215.223	-	1.215.223
Outras mutações no Patrimônio Líquido:									
Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	-	-	-	-	-	-	-	(582)	(582)
Dividendos Estatutários (R$0,51 por ação)	-	-	-	-	-	(500.477)	(500.477)	-	(500.477)
Constituição de Reservas									
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	712	-	(712)	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	528.007	-	(528.007)	-	-	-
Realização de Reservas									
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	-	(46.821)	28.242	(18.579)	-	(18.579)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**6.294.208**	**1.215.223**	**1.924.503**	**5.728.574**	**(836.522)**	**-**	**14.325.986**	**4.150**	**14.330.136**
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	**6.294.208**	**1.215.223**	**1.924.503**	**5.728.574**	**(836.522)**	**-**	**14.325.986**	**4.150**	**14.330.136**
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	**6.294.208**	**1.215.223**	**1.924.503**	**5.728.574**	**(836.522)**	**-**	**14.325.986**	**4.150**	**14.330.136**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**6.294.208**	**1.924.503**	**4.662.723**	**102.264**	**-**	**12.983.698**	**3.978**	**12.987.676**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	334.334	334.334	420	334.754
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(514.998)	-	(514.998)	-	(514.998)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(38.283)	-	(38.283)	-	(38.283)
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
Total do resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**(553.291)**	**334.334**	**(218.957)**	**420**	**(218.537)**
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	-	-	622.530	-	-	622.530	-	622.530
Dividendos Estatutários (R$0,16 por ação)	-	-	126.996	-	(203.986)	(76.990)	(298)	(77.288)
Juros sobre capital próprio (R$0,30 por ação)	-	-	(380.000)	-	-	(380.000)	-	(380.000)
Constituição de Reservas								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	7.068	-	(7.068)	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	160.538	-	(160.538)	-	-	-
Realização de Reservas								
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(37.258)	37.258	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**6.294.208**	**1.924.503**	**5.199.855**	**(488.285)**	**-**	**12.930.281**	**4.090**	**12.934.371**
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.090**	**4.090**
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	**6.294.208**	**1.924.503**	**5.199.855**	**(488.285)**	**-**	**12.930.281**	**-**	**12.934.371**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Ex s

A Melhor Energia do Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro Líquido do Exercício		1.001.596	334.754	1.000.954	334.334
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de Renda e Contribuição Social		644.260	33.173	140.321	87.156
Depreciação e Amortização	27	849.768	834.291	488	520
Valor Residual Líquido de Ativos Financeiros da Concessão , Imobilizado e Intangível		48.299	109.199	2	10.698
Ganho na Venda de Investimentos		(197.233)	(314.659)	(197.233)	(314.659)
Ajuste para Perdas em Investimentos	16	-	762.691	-	-
Receita de Indenização da Geração	15	(271.607)	-	-	-
Ajuste da BRR dos ativos de transmissão	15	(74.627)	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	16	252.240	301.844	(896.002)	(218.347)
Juros e Variações Monetárias		801.883	741.314	(47.971)	(37.385)
Apropriação de Custo de Transação	21	66.856	68.401	-	-
Contas a Receber do Governo de MG - AFAC	12	(239.445)	-	(239.445)	-
Provisões Operacionais	27	853.668	703.979	238.791	66.570
Instrumentos Financeiros Derivativos - swap		32.462	-	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	26	(988.260)	1.455.057	-	-
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	20	282.876	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	23	(163.273)	447.155	12.697	41.944
		2.899.463	5.477.199	12.602	(29.169)
(Aumento) Redução de Ativos					
Consumidores e Revendedores		(817.615)	(55.585)	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	12	46.291	-	46.291	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	15	585.527	341.244	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		(9.594)	7.944	-	-
Tributos Compensáveis		10.104	18.609	(37)	9.575
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		(62.470)	(61.524)	(24.651)	37.063
Depósitos Vinculados a Litígio		(4.061)	(27.814)	(13.338)	(8.727)
Dividendos recebidos de Participações		354.388	682.549	834.984	1.055.007
Ativo Financeiro da Concessão		398.220	(1.940.907)	-	-
Adiantamento a Fornecedores		(116.045)	(119.583)	-	-
Direito de Retirada de Gás		537.113	(192.682)	-	-
Outros		120.820	103.589	12.725	4.303
		1.042.678	(1.244.160)	855.974	1.097.221
Aumento (Redução) de Passivos					
Fornecedores		403.164	38.440	(16.269)	12.171
Impostos, Taxas e Contribuições		(248.478)	37.685	13.124	30.511
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar		13.623	24.466	-	(19.939)
Salários e Contribuições Sociais		(17.650)	4.168	1.102	(412)
Encargos Regulatórios		(72.721)	91.815	-	-
Adiantamento de Clientes		51.562	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	23	(282.492)	(239.241)	(15.465)	(13.115)
Instrumentos Financeiros Derivativos – Opções de Venda	30	(830.217)	(149.760)	(830.217)	(149.760)
Outros		(356.186)	(168.865)	(6.930)	(29.857)
		(1.339.395)	(361.292)	(854.655)	(170.401)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		**2.602.746**	**3.871.747**	**13.921**	**897.651**
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos		(1.796.874)	(2.369.244)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(226.297)	(289.120)	-	(56.164)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**579.575**	**1.213.383**	**13.921**	**841.487**

Notas Explicati

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira		(3.876)	1.400.556	73.621	(9.653)
Fundos Vinculados		261.247	(367.312)	278.696	(366.435)
Em Investimentos					
Investimentos – aquisição de participação	15b	(38.195)	-	(185.358)	-
Alienação de Investimentos		766.045	948.880	766.045	948.880
Aporte em Investidas		(254.307)	(1.454.949)	(1.650.795)	(926.578)
Em Imobilizado	17	(83.066)	(119.843)	-	(444)
Em Intangível		(1.033.935)	(1.020.864)	(705)	(34)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(386.087)	(613.532)	(718.496)	(354.264)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Subscrição de ações a capitalizar	25	1.215.223	-	1.215.223	-
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		3.308.428	5.736.776	-	-
Custo de transação rolagem de dívida	21	(10.971)	-	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	21	(4.131.411)	(5.591.531)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos		(539.632)	(674.596)	(541.328)	(674.355)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(158.363)	(529.351)	673.895	(674.355)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**35.125**	**70.500**	**(30.680)**	**(187.132)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	995.132	924.632	69.352	256.484
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	1.030.257	995.132	38.672	69.352

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2017		2016		2017		2016	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	30.779.384		27.017.968		358		733	
Receita de Construção de Distribuição	1.093.921		1.139.316		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	24.827		53.824		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	316.880		299.537		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	2.659		7.582		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	373.217		751.101		-		-	
Receita de Indenização de Geração	271.607		-		-			
Investimento em Imobilizado	36.334		79.358		-		-	
Outras Receitas	17.106		21.574		-		-	
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(248.280)		(382.368)		-		-	
	32.667.655		**28.987.892**		**358**		**733**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(11.972.360)		(9.094.921)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(1.308.928)		(1.054.333)		-		-	
Serviços de Terceiros	(1.386.258)		(1.309.061)		(18.221)		(31.263)	
Gás Comprado para Revenda	(1.070.623)		(877.118)		-		-	
Materiais	(665.700)		(669.278)		(365)		(89)	
Outros Custos Operacionais	(915.607)		(411.292)		(37.864)		211.319	
	(17.319.476)		**(13.416.003)**		**(56.450)**		**179.967**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**15.348.179**		**15.571.889**		**(56.092)**		**180.700**	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(849.768)		(834.291)		(488)		(520)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**14.498.411**		**14.737.598**		**(56.580)**		**180.180**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(252.240)		(301.844)		896.002		218.347	
Receitas Financeiras	803.713		1.080.751		114.375		112.377	
Ajuste Referente a Desvalorização em Investimentos	-		(762.691)		-		-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**15.049.884**		**14.753.814**		**953.797**		**510.904**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	**1.274.097**	**8,47**	**1.872.310**	**12,69**	**40.134**	**4,21**	**65.130**	**12,75**
Remuneração direta	1.068.094	7,10	1.177.430	7,98	20.420	2,14	18.951	3,71
Obrigações Pós-emprego e Outros Benefícios	(73.500)	(0,49)	512.272	3,47	11.475	1,20	38.892	7,61
FGTS	65.932	0,44	89.689	0,61	1.679	0,18	1.964	0,38
Programa de Desligamento de Empregados	213.571	1,42	92.919	0,63	6.560	0,69	5.323	1,05
Impostos, Taxas e Contribuições	**10.800.655**	**71,77**	**9.813.465**	**66,51**	**143.704**	**15,07**	**90.873**	**17,79**
Federais	4.938.320	32,81	4.587.671	31,09	142.798	14,97	90.555	17,72
Estaduais	5.849.795	38,87	5.214.089	35,34	752	0,08	95	0,02
Municipais	12.540	0,08	11.705	0,08	154	0,02	223	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.973.536**	**13,11**	**2.733.285**	**18,53**	**(230.995)**	**(24,22)**	**20.567**	**4,03**
Juros	1.864.489	12,39	2.616.066	17,74	(235.541)	(24,70)	18.184	3,56
Aluguéis	109.047	0,72	117.219	0,79	4.546	0,48	2.383	0,47
Remuneração de Capitais Próprios	**1.001.596**	**6,65**	**334.754**	**2,27**	**1.000.954**	**104,94**	**334.334**	**65,44**
Dividendos	500.477	3,33	203.986	1,38	**500.477**	52,47	203.986	39,93
Lucros Retidos	500.477	3,33	130.348	0,89	500.477	52,47	130.348	25,51
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	642	-	420	-	-	-	-	-
	15.049.884	**100,00**	**14.753.814**	**100,00**	**953.797**	**100,00**	**510.904**	**100,00**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig", "Controladora" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa ("Bovespa") e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América ("NYSE") e da Espanha ("LATIBEX"). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte/MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 31 de dezembro de 2017, o Passivo Circulante consolidado da Cemig excedeu o ativo circulante consolidado em R$124.981. Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig totalizaram R$2.370.551 e R$12.027.146. A Companhia apresentou fluxos de caixa operacionais consolidados positivos nos valores de R$579.575 e R$1.213.383 em 2017 e 2016.

O Ativo Circulante da controladora excedeu o Passivo Circulante em R$84.629. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. A Controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo nas suas operações de R$13.921 em 2017 e R$841.487 em 2016.

Com relação à gestão da dívida, em 2017 a controlada Cemig GT realizou captação de recursos no exterior de US$1 bilhão (R$3,2 bilhões) em Eurobonds, com vencimento em 2024. Além disso, foram feitos reperfilamentos da dívida no montante de R$3,4 bilhões, sendo R$2,7 bilhões da controlada Cemig D e R$0,7 bilhão da controlada Cemig GT. Essas duas iniciativas, em conjunto, equilibraram o fluxo de caixa da Companhia, com alongamento do prazo médio das dívidas, além de aprimorar a qualidade de crédito.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (Controlada) subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 60 usinas, sendo 56 usinas hidrelétricas, 3 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig Geração e Transmissão possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada:

Controladas, controladas conjunto e coligada em operação da Cemig GT:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.

- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais;

- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará;

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias de Morgado”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará;

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais;

- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (coligada) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia;

- Lightger S.A. ("Light Ger") (controlada em conjunto) – Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro;

- Renova Energia S.A. ("Renova") (Controlada em conjunto) – Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas;

- Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE") (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais.

- Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte") (Controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49,9% de participação, e a Vale S.A., que detém os 50,1% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.

- Amazônia Energia Participações S.A ("Amazônia Energia") (Controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig GT, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.

- Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança") (Controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Com esses ativos a controlada em conjunto tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.158 MW (652 MW médios), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente;

Notas Explicativas

- Cemig Geração Três Marias S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de Garantia Física.

- Cemig Geração Salto Grande S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de Garantia Física.

- Cemig Geração Camargos S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de Garantia Física.

- Cemig Geração Itutinga S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de Garantia Física.

- Cemig Geração Leste S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de Garantia Física.

- Cemig Geração Oeste S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de Garantia Física.

- Cemig Geração Sul S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de Garantia Física.

- Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara") – sociedade anônima, (controlada em conjunto) o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).

Controladas e controladas em conjunto em fase pré-operacional da Cemig GT:

- Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. A previsão para o início da geração comercial é maio de 2018;

- Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição") (controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA") (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 17 Estados do País de forma direta e através de participação em investidas.

- Light S.A. ("Light") (controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);

- Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (controlada em conjunto) – Conforme já descrito nas participações da Cemig GT;

- Renova Energia S.A. ("Renova Energia") (controlada em conjunto) - Conforme já descrito nas participações da Cemig GT.

- Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;

- Usina Térmica Ipatinga S.A. ("Ipatinga") (controlada) - Sem atividades operacionais atualmente;

- Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig") (controlada) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;

- Cemig Telecomunicações S.A. ("Cemig Telecom") (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multisserviços). A Cemig Telecom participa em 19,6% no capital da Ativas Data Center ("Ativas") (controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação e comunicação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;

- Efficientia S.A. ("Efficientia") (controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. ("Horizontes") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;

- Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (anteriormente denominada Central Termelétrica de Cogeração S.A.) (controlada) - Produção e comercialização de

energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Rosal Energia S.A. ("Rosal") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Cemig PCH S.A. ("PCH") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;

- UTE Barreiro S.A. ("Barreiro") (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading") (controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta;

- Rio Minas Energia Participações – ("RME") (controlada em conjunto) - é uma Holding não-operacional e tem como finalidade primária a gestão de sua participação direta na Light.

- Luce Empreendimentos e Participações ("LEPSA") (controlada) - é uma Holding não-operacional e tem como finalidade primária a gestão de sua participação direta na Light.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia optou por apresentar as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de março de 2018, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 31.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
- Nota 15 – Ativos e Passivos Financeiros da Concessão;
- Nota 16 - Investimentos
- Nota 17 – Imobilizado;
- Nota 18 – Intangíveis;
- Nota 17 – Depreciação;
- Nota 18 – Vidas úteis de ativos;
- Nota 23 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 24 – Provisões;
- Nota 26 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 30 – Instrumentos financeiros, e
- Nota 31 – Mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Revisão de Normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício de 2017:

- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas;
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.6 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2)

  Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture – tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

  A Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em função da adoção desse pronunciamento.

- IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

  Estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

  A Companhia e suas controladas avaliaram os potenciais efeitos da adoção dos novos critérios previstos na IFRS 9/CPC 48 e não esperam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, exceto quanto à redução ao valor recuperável dos seus contas a receber de clientes.

Classificação e mensuração

A Companhia e suas controladas têm a expectativa de continuarem avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mensurados ao valor justo. Para os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38/IAS 39 como empréstimos e recebíveis, cujo objetivo do modelo de negócios de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é captar os fluxos de caixa contratuais, representando somente pagamentos de principal e juros, a Companhia e suas controladas concluiram que tais instrumentos financeiros atendem aos critérios de mensuração e classificação de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a mudança do método de mensuração desses instrumentos.

Redução ao valor recuperável

O novo pronunciamento também estabelece que em relação às perdas para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o modelo de expectativa de perda no crédito não seja mais de perdas incorridas, mas um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas, com base em probabilidades.

Com base no novo pronunciamento, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas com base nas perdas esperadas para 12 meses, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas adotaram, em suas análises, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos, e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base os últimos 12 meses de faturamento), segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer. A perda estimada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida foi calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

A Companhia e suas controladas estimam que a adoção do pronunciamento terá impacto, principalmente, nas perdas esperadas por créditos de liquidação duvidosa dos seus contas a receber de clientes, sendo que os efeitos estimados em 1º de janeiro de 2018 decorrentes da adoção do pronunciamento, representando uma perda adicional a ser registrada no patrimônio líquido, são como segue:

	01/01/2018
Consumidores e Revendedores e Transporte de energia	195.396
	195.396

- IFRS 15/ CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o CPC 47/IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas planejam adotar a nova norma na data de vigência requerida com base na aplicação retrospectiva modificada, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A expectativa da Companhia e de suas controladas é de que não haverá impacto material na adoção deste pronunciamento, exceto pela reclassificação das penalidades de indicadores de desempenho de despesa operacional para uma conta redutora da receita pela disponibilidade da rede elétrica. A seguir serão detalhadas as análises das linhas de receita de contratos com clientes:

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a Companhia e suas controladas devem reconhecer a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia e suas controladas devem avaliar se a respectiva receita será apresentada líquida de perdas estimadas.

A Cemig D está sujeita a penalidade caso alguns indicadores de continuidade no fornecimento de energia não sejam atendidos. Entre essas penalidades, encontra-se a obrigação de ressarcimento de valores aos clientes através do desconto em conta de energia.

Considerando o disposto na nova norma, que determina que a receita deve ser registrada líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, as penalidades citadas serão apresentadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional.

Atualmente, esses ressarcimentos são contabilizados como despesa operacional e, de acordo com o novo pronunciamento, passarão a ser contabilizados como redutor da receita pela disponibilidade da rede elétrica. A Companhia e suas controladas avaliaram que o montante a ser reclassificado é de R$41.425 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R$48.458 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD – Clientes Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica. O encargo ocorre em função da demanda de potência do cliente, a qual está vinculada ao consumo e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pela ANEEL.

c) Fornecimento de gás

As receitas de fornecimento de gás são registradas com base nos volumes comercializados e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado, sendo que o faturamento é feito em bases mensais.

d) Outras Receitas Operacionais

Prestação de serviço:

Entendemos que a prestação de serviços está ligada ao fornecimento de energia estipulado no contrato e a obrigação de desempenho é a energia fornecida.

Compartilhamento de infraestrutura:

O compartilhamento de infraestrutura refere-se ao uso conjunto, por agentes dos setores de energia elétrica, de telecomunicações ou de petróleo, de instalações construídas para servir de base à prestação de serviços públicos, gerando o emprego compartilhado de postes, torres, dutos, subsolo urbano, condutos e servidões administrativas.

A fixação no ponto de utilização é a obrigação de desempenho, que é cobrado mensalmente de acordo com a utilização.

e) Demais receitas

Para as demais receitas da Companhia e de suas controladas, relacionadas principalmente à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), Transações com energia na CCEE, receita de transmissão, receita de construção, receita de indenização e receita de telecomunicações. A Companhia e suas controladas avaliaram os principais efeitos da aplicação da nova norma e a conclusão é que não há impactos nas suas demonstrações financeiras.

g) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação representam uma mudança com relação à prática em vigor e aumentam o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15/CPC 47 são novas e a Companhia e suas controladas avaliaram que o impacto de algumas delas será significativo. Em particular, a Companhia e suas controladas esperam que as notas às suas demonstrações financeiras sejam expandidas, mesmo que as diferenças da norma não sejam significativas.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais;

A Companhia e suas controladas ainda estão avaliando os efeitos da aplicação dessa nova norma sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, em conformidade às normas e regulamentos descritos no ítem 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) – as opções de venda de cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec ("PUT SAAG") e as opções de venda de ações da RME ("PUT Parati") foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). A Companhia e sua controlada Cemig GT efetuaram o cálculo do valor justo dessas opções tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM, avaliadas, na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Instrumentos financeiros derivativos (Operações de Swap) – A Cemig GT mantém instrumentos derivativos de hedge para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Capital Social – Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Desde 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. A Companhia e suas controladas reconhecem um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – Os empréstimos e recebíveis abrangem equivalentes de caixa, dréditos com consumidores e revendedores, concessionários – transporte de energia, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, ativos financeiros da concessão, valores a receber de partes relacionadas e conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Caixa e Equivalentes de Caixa - abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado.

O ajuste para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrado com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (nesta última com excessão das controladas) e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo.

Os investimentos da Companhia incluem o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada identificado no processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

d) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição de energia – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A Cemig D determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Cemig D mensurou a parcela dos ativos que será integralmente amortizada até o final da concessão considerando a prorrogação por mais 30 anos do seu Contrato de Concessão, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 4.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício e levado em consideração pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

Atividade de transmissão – Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a Cemig GT registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida ("RAP"), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao Lucro líquido do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida no período de 8 anos. A parcela remanescente será recebida através da RAP.

Atividade de distribuição de gás – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A Gasmig determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício e levado em consideração pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

e) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

f) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica. limitadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2017 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

h) Benefícios a Empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados – A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.
A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para maiores detalhes, ver nota explicativa 15.

A Receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade fim da Cemig D.

k) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização dos ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

l) Informação por Segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível e Imobilizado.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, respectivamente, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As seguintes sociedades são consideradas controladas e estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/12/2017	31/12/2016
		Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00	100,00

a) Controladas e controladas em conjunto

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados "*joint operations*", de acordo com os requerimentos do IFRS 11.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões ou autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1) Salto Voltão (1) Salto Paraopeba (1) Salto do Passo Velho (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	07/2025 10/2030 10/2030 10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (3)	Cemig GT	006/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá (3)	Cemig GT	79/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (4)	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇAO DE GÁS (4)	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado pelo fato de que o poder concedente não controla para quem e o preço dos serviços prestados, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através dos gastos incorridos. O ativo financeiro indenizável é identificado quando a implementação da infraestrutura é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de implementação da infraestrutura.

(4) Referem-se a contratos de concessão que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura da concessão encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado entre ativo intangível e ativo financeiro.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia e suas controladas, vendem energia através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH"), auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha sido iniciado após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao mercado regulado após o período de cinco anos da comunicação desta intenção ao distribuidor de sua região. Esta comunicação prévia procura assegurar à distribuidora um período necessário para comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas, diferentemente do que ocorre com geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande

Conforme o Contrato de Concessão 007/1997, as concessões das usinas hidrelétricas Jaguara ("Usina Jaguara"), São Simão ("Usina São Simão"), Miranda ("Usina Miranda") e Volta Grande ("Usina Volta Grande"), da controlada Cemig GT, venceram em agosto de 2013, janeiro de 2015, dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, respectivamente.

Por entender que tinha direito à renovação das concessões de Jaguara, São Simão e Miranda, com base nos termos originais do Contrato de Concessão, a Cemig GT ingressou com medidas administrativas e judicias requerendo a renovação/prorrogação das mesmas. Entretanto, estes requerimentos foram indeferidos pelo Ministério das Minas e Energia ("MME") que entendeu que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos e/ou regras definidas na Lei nº 12.783/13.

Como parte da discussão judicial, em março de 2017 foram revogadas as liminares que mantinham a Cemig GT na titularidade da concessão das usinas Jaguara e Miranda sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/1997. A Cemig GT permaneceu com o controle do ativo e reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais dessas usinas até a data de revogação das liminares. A partir desta data, a Controlada cessou o reconhecimento das despesas de depreciação dessas usinas e passou a reconhecer as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção das referidas usinas, de acordo com o regime de cotas previsto na Lei nº 12.783/13. Conforme determinado pela Portaria nº 432/2015 do MME, a Usina São Simão estava sendo operada sob regime de cotas desde setembro de 2015.

Apesar da existência de discussões judiciais pendentes envolvendo as usinas São Simão, Jaguara e Miranda, em 27 de setembro de 2017, o Governo Federal leiloou as concessões das usinas hidrelétricas São Simão, Jaguara, Miranda e Volta Grande, esta última cujo contrato de concessão também venceu em fevereiro de 2017, anteriormente pertencentes à Cemig GT, com uma capacidade total de 2.922 MW, por um valor total de R$12.130.784. Os licitantes vencedores das concessões são terceiros não relacionados à CEMIG.

Os novos Contratos de Concessão foram firmados em 10 de novembro de 2017, ocasião em que também foi formalizada a extensão dos períodos de Operação Assistida, mantendo a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica das usinas até as seguintes datas:

- Usina Volta Grande: até 30 de novembro de 2017;
- Usina Jaguara e Usina Miranda: até 28 de dezembro de 2017;
- Usina São Simão: até 09 de maio de 2018.

A Receita Anual de Geração (RAG) dessas usinas foi reconhecida no montante de R$461.638 no ano de 2017 (R$319.265 em 2016).

Em 03 de agosto de 2017, através da Portaria nº 291/17, o Ministério de Minas e Energia – MME estabeleceu os valores de indenização, à Cemig GT, pelos investimentos feitos nas usinas São Simão e Miranda e não amortizados até o fim do contrato. O valor original total da indenização era de R$1.027.751, sendo R$243.599 destinados à indenização da usina São Simão e R$784.152 destinados à indenização da usina Miranda, valores referentes a setembro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Os valores estão sendo atualizados, pro rata die, pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, sendo reconhecidas receitas de atualização no exercício, no montante de R$271.607 (mais detalhes nas notas explicativas nº 15 e 26). Em 31 de dezembro de 2017, essas indenizações atualizadas correspondem ao montante de R$1.084.346 e estão registradas no Ativo Financeiro da Concessão.

A Cemig GT está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, bem como a data de pagamento, tendo em vista que a citada portaria estabele que o pagamento da indenização deverá ser realizado pela União até 31 de dezembro de 2018, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

Em 31 de dezembro de 2017, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R$174.203, R$2.920 e R$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Cemig GT não espera perdas na realização desses valores.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza, ou consuma energia elétrica, tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.
O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as concessões de transmissão, a parcela dos ativos que não será amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Valor Nominal em 2017	Valor Presente em 2017	Período de Amortização	Índice de Atualização
Irapé	100,00	32.574	13.966	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	82,50	8.198	3.844	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais	100,00	77	73	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	100,00	588	499	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*)	100,00	3.237	2.692	06/2013 a 08/2025	IPCA

(*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2017, o valor presente e o valor nominal das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Parcelas Pagas em 2017	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses
Irapé	100,00	1.905	1.792	1.901
Queimado (Consórcio)	82,50	544	515	547
PCH Salto Morais	100,00	30	29	30
PCH Rio de Pedras	100,00	87	85	87
Diversas PCH's (*)	100,00	422	412	422

(*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

As taxas utilizadas para desconto a valor presente pela CEMIG de seus passivos, de 12,50% e 5,10% (UHE's e PCH's), representam as taxa médias de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

Concessões de Distribuição de Energia

A Cemig D detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.

A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Cemig D solicita um reajuste tarifário anual, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Renovação das Concessões de Distribuição

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário foram aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;

- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DECi e FECi) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;

- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;

- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contratório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR[1] (-) juros da dívida[2] ≥ 0;
- LAJIDA[3] ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0 (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida[4] / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (80% da SELIC) (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da SELIC) (até o término de 2020).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;
2. Dívida líquida x 111% da SELIC;
3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;
4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira da Cemig D foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Concessões para Distribuição de Gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais, as tarifas de gás natural são fixadas, pelo órgão regulador – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, de acordo com o segmento de mercado. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e uma vez ao ano para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Concessionária.

Além destes reajustes, em abril de 2015 a Secretaria de Desenvolvimento Econômico encaminhou à controlada GASMIG o Ofício SEDE/GAB/Nº303/2014 informando o cronograma previsto para o 1º ciclo de Revisão Tarifária. O processo de definição ainda está em andamento, com a última previsão de encerramento estimada para o início do segundo semestre de 2017. Estas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Companhia e adequar às tarifas. No Contrato de Concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o "Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão", entre a GASMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais, prorrogando por mais 30 anos o prazo de concessão para a GASMIG explorar os serviços de gás canalizado industrial, comercial, institucional e residencial no Estado de Minas Gerais, passando seu vencimento de 10 de janeiro de 2023 para 10 de janeiro de 2053.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás e telecomunicações através de suas controladas Gasmig e Cemig Telecom (vide nota explicativa nº 1), e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2017 e 2016 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

Notas Ex[illegible]s

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	**14.365.635**	**3.954.921**	**20.021.054**	**347.344**	**2.000.287**	**1.582.372**	**(32.024)**	**42.239.589**
INVESTIMENTO SEM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.723.336	1.122.046	1.917.527	-	-	29.316	-	7.792.225
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**307.794**	**-**	**1.082.877**	**46.687**	**56.619**	**778**	**-**	**1.494.755**
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	**174.082**	**145.283**	-	-	-	-	**319.365**
RECEITA LÍQUIDA	**7.190.105**	**776.960**	**12.312.331**	**127.291**	**1.481.990**	**111.272**	**(288.259)**	**21.711.690**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.209.271)	-	(6.782.988)	-	-	(8)	72.791	(10.919.476)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(352.455)	-	(1.002.452)	-	-	-	180.984	(1.173.923)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(1.070.623)	-	-	(1.070.623)
Total dos Custos Operacionais	**(4.561.726)**	**-**	**(7.785.440)**	**-**	**(1.070.623)**	**(8)**	**253.775**	**(13.164.022)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(281.120)	(106.285)	(1.123.026)	(20.249)	(55.434)	(40.912)	-	(1.627.026)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(1.278)	(59)	(2.657)	(380)	-	(266)	-	(4.640)
Obrigações Pós-Emprego	39.235	19.316	179.589	-	-	(9.480)	-	228.660
Materiais	(11.097)	(3.595)	(43.267)	(255)	(1.962)	(400)	20	(60.556)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(10.371)	-	-	-	-	-	-	(10.371)
Serviços de Terceiros	(126.805)	(31.471)	(784.654)	(28.146)	(16.640)	(16.815)	30.574	(973.957)
Depreciação e Amortização	(176.177)	-	(566.578)	(35.136)	(71.348)	(529)	-	(849.768)
Provisões (Reversões) Operacionais	(139.285)	(10.076)	(468.857)	(1.105)	(1.975)	(232.370)	-	(853.668)
Custos de Construção	-	(24.827)	(1.044.682)	-	(49.240)	-	-	(1.118.749)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(117.052)	(10.712)	(408.392)	(23.201)	(14.963)	187.484	3.890	(382.946)
Total do Custo de Operação	**(823.950)**	**(167.709)**	**(4.262.524)**	**(108.472)**	**(211.562)**	**(113.288)**	**34.484**	**(5.653.021)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(5.385.676)**	**(167.709)**	**(12.047.964)**	**(108.472)**	**(1.282.185)**	**(113.296)**	**288.259**	**(18.817.043)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	**1.804.429**	**609.251**	**264.367**	**18.819**	**199.805**	**(2.024)**	**-**	**2.894.647**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(519.024)	234.533	41.648	(2.295)	-	(7.102)	-	(252.240)
Receitas Financeiras	225.856	8.968	397.277	3.059	48.400	120.153	-	803.713
Despesas Financeiras	(1.161.112)	(3.443)	(815.025)	(13.635)	(42.657)	235.608	-	(1.800.264)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**350.149**	**849.309**	**(111.733)**	**5.948**	**205.548**	**346.635**	**-**	**1.645.856**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(256.648)	(188.831)	30.711	(3.274)	(71.533)	(154.685)	-	(644.260)
RESULTADO	**93.501**	**660.478**	**(81.022)**	**2.674**	**134.015**	**191.950**	**-**	**1.001.596**
Participação dos acionistas controladores	**93.501**	**660.478**	**(81.022)**	**2.674**	**133.373**	**191.950**	**-**	**1.000.954**
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	**642**	-	-	**642**
	93.501	**660.478**	**(81.022)**	**2.674**	**134.015**	**191.950**	**-**	**1.001.596**

Notas Explicati

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMU-NICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	**14.414.449**	**4.267.418**	**18.165.610**	**337.745**	**2.737.182**	**2.388.972**	**(275.523)**	**42.035.853**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**909.459**	**-**	**1.464.313**	**162.014**	**51.806**	**-**	**-**	**2.587.592**
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	**2.216.888**	**53.823**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.270.711**
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	**5.291.892**	**1.669.849**	**1.754.342**	**17.741**	**-**	**19.264**	**-**	**8.753.088**
RECEITA LÍQUIDA	**5.874.926**	**1.112.853**	**10.596.503**	**125.170**	**1.180.537**	**116.210**	**(233.543)**	**18.772.656**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.071.153)	-	(5.260.411)	-	-	(3)	58.656	(8.272.911)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(320.917)	(336)	(759.929)	-	-	-	133.703	(947.479)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(877.118)	-	-	(877.118)
Total dos Custos Operacionais	**(3.392.070)**	**(336)**	**(6.020.340)**	**-**	**(877.118)**	**(3)**	**192.359**	**(10.097.508)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(271.462)	(111.070)	(1.146.685)	(22.811)	(46.666)	(44.559)	-	(1.643.253)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(585)	(208)	(9.790)	(640)	-	3.896	-	(7.327)
Obrigações Pós-Emprego	(54.387)	(22.647)	(230.630)	-	-	(36.895)	-	(344.559)
Materiais	(11.248)	(2.845)	(41.820)	(94)	(1.858)	(122)	32	(57.955)
Serviços de Terceiros	(129.250)	(30.354)	(673.823)	(22.997)	(15.987)	(31.881)	36.922	(867.370)
Depreciação e Amortização	(201.871)	-	(524.584)	(37.742)	(54.308)	(15.786)	-	(834.291)
Provisões (Reversões) Operacionais	(88.144)	(9.973)	(544.090)	(4.373)	-	(66.571)	-	(713.151)
Custos de Construção	-	(53.824)	(1.101.966)	-	(37.350)	-	-	(1.193.140)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(57.492)	(12.950)	(394.628)	10.740	(7.755)	313.406	4.230	(144.449)
Total do Custo de Operação	**(814.439)**	**(243.871)**	**(4.668.016)**	**(77.917)**	**(163.924)**	**121.488**	**41.184**	**(5.805.495)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.206.509)**	**(244.207)**	**(10.688.356)**	**(77.917)**	**(1.041.042)**	**121.485**	**233.543**	**(15.903.003)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E FINANCEIRO	**1.668.417**	**868.646**	**(91.853)**	**47.253**	**139.495**	**237.695**	**-**	**2.869.653**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(447.714)	362.286	(180.464)	(31.424)	-	(4.528)	-	(301.844)
Ajuste referente desvalorização em Investimentos	(762.691)	-	-	-	-	-	-	(762.691)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	190.338	6.659	742.972	3.999	14.987	82.349	-	1.041.304
Despesas Financeiras	(1.320.422)	(3.773)	(1.077.899)	(9.066)	(49.112)	(18.223)	-	(2.478.495)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**(672.072)**	**1.233.818**	**(607.244)**	**10.762**	**105.370**	**297.293**	**-**	**367.927**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.269)	4.760	102.829	(5.929)	(7.680)	(102.884)	-	(33.173)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(696.341)**	**1.238.578**	**(504.415)**	**4.833**	**97.690**	**194.409**	**-**	**334.754**
Participação dos acionistas controladores	(696.341)	1.238.578	(504.415)	4.833	97.270	194.409	-	334.334
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	420	-	-	420
	(696.341)	**1.238.578**	**(504.415)**	**4.833**	**97.690**	**194.409**	**-**	**334.754**

A Melhor Energia do Brasil.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Contas Bancárias	113.495	101.419	4.645	4.414
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	685.826	523.673	20.799	17.098
Overnight (2)	226.629	370.040	13.228	47.840
Outros	4.307	-	-	-
	916.762	893.713	34.027	64.938
	1.030.257	**995.132**	**38.672**	**69.352**

(1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 50% a 106% conforme operação (75% a 106,5% em 2016). Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

(2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,89% em 2017 (13,64% em 2016) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	2.652	46.011	144	4.238
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	303.355	728.293	17.706	94.156
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	739.945	192.995	43.189	24.951
Debêntures (4)	10.663	45.289	2.142	9.403
Outros	1.769	1.600	779	611
	1.058.384	**1.014.188**	**63.960**	**133.359**
Não Circulante				
Letras Financeiras - Bancos	-	14.134	-	1.820
Debêntures	29.753	16.906	1.737	4.139
	29.753	**31.040**	**1.737**	**5.959**
	1.088.137	**1.045.228**	**65.697**	**139.318**

(1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,25% a 105,25%, em 2017 (98,5% a 111% em 2016), conforme operação.

(2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102,01% a 112% do CDI em 31 de dezembro de 2017 (104,25% a 112,7% em 31 de dezembro de 2016).

(3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

(4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 161,54% do CDI em 2017 (104,25% a 113% em 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 30. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 29.

8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2017	31/12/2016
Fornecimento Faturado	1.309.536	698.220	680.866	2.688.622	2.568.823
Fornecimento não Faturado	993.699	-	-	993.699	919.531
Suprimento a Outras Concessionárias	8.740	20.879	(3.977)	25.642	80.397
Suprimento a Outras Concessionárias não Faturado	283.061	-	-	283.061	342.584
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	254.603	118.702	7.845	381.150	1.432
Concessionários – Transporte de Energia Faturado	75.430	4.846	78.918	159.194	124.213
Concessionários – Transporte de Energia não Faturado	177.308	-	-	177.308	194.510
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(567.956)	(567.956)	(660.105)
	3.102.377	**842.647**	**195.696**	**4.140.720**	**3.571.385**
Ativo Circulante				**3.885.392**	**3.425.018**
Ativo não Circulante				**255.328**	**146.367**

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

O ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Residencial	160.482	244.964
Industrial	178.058	132.586
Comércio, Serviços e Outras	117.438	152.297
Rural	17.334	23.764
Poder Público	11.984	9.672
Iluminação Pública	4.740	5.392
Serviço Público	10.187	15.408
Encargos de Uso de Rede - TUSD	67.733	67.733
Outros	-	8.289
	567.956	**660.105**

A movimentação do ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2017 e 2016 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**625.445**
Constituições líquidas	382.368
Baixas	(347.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**660.105**
Constituições líquidas	248.280
Baixas	(340.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**567.956**

Adiantamento de clientes

A Cemig GT recebeu de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**181.200**
Adição	324.606
Realização	(317.557)
Atualização Financeira	44.513
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**232.762**

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Cmeig GT nas condições a seguir:

31/12/2017				Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Contraparte	Período previsto para faturamento	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MwH a entregar		
BTG Pactual	jan/2018	1,57% a.m.	137.461	17.287	181.200
BTG Pactual	jan/2018	1,2%a.m.	171.864	25.633	-
Deal Comercializadora	jan/2018	1,2% a.m.	5.208	772	-
White Martins Gases Industriais Ltda	fev/2018 a mar/2019	124% do CDI	333.887	147.066	-
White Martins Gases Industriais Ltda (1)	fev/2018 a jul/2019	124% do CDI	-	42.004	-
				232.762	**181.200**

(1) Refere-se a contrato firmado com a Cemig D, cujo objeto é o faturamento de Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD, englobando as componentes de transporte, perdas e encargos.

A receita de venda de energia antecipada somente será reconhecida no resultado quando ocorrer a sua efetiva entrega.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
ICMS a Recuperar	71.430	155.306	-	-
PIS-PASEP	12.130	12.480	6	-
COFINS	56.023	57.634	37	-
Outros	34.207	10.864	-	-
	173.790	**236.284**	**43**	**-**
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	224.752	170.551	-	-
PIS-PASEP	569	914	2	4
COFINS	3.131	4.597	12	16
Outros	2.226	2.226	1.796	1.796
	230.678	**178.288**	**1.810**	**1.816**
	404.468	**414.572**	**1.853**	**1.816**

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 31 de dezembro de 2018.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Imposto de Renda	223.539	436.167	19.124	78.174
Contribuição Social	116.035	153.352	598	-
	339.574	**589.519**	**19.722**	**78.174**
Não Circulante				
Imposto de Renda	6.685	98.132	6.685	98.132
Contribuição Social	13.932	13.928	13.932	13.928
	20.617	**112.060**	**20.617**	**112.060**
	360.191	**701.579**	**43.339**	**190.234**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	523.595	290.272	165.235	202.797
Provisões	1.092.557	1.027.279	527.166	547.277
Obrigações Pós-Emprego	1.179.257	1.175.074	144.176	121.973
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	207.415	228.801	7.775	7.192
Tributos com exigibilidade suspensa	14.093	201.711	-	-
Concessão Onerosa	8.227	8.262	-	-
Ajuste a Valor Justo Swap - Perda	12.923	-	-	-
Outros	14.212	22.096	-	190
Total	**3.052.279**	**2.953.495**	**844.352**	**879.429**
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de Captação	(31.115)	(44.835)	-	-
Custo atribuído	(275.543)	(268.009)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(463.573)	(481.488)	(87.613)	(90.111)
Encargos Financeiros Capitalizados	(165.582)	(148.559)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(785)	(1.549)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(937.485)	(516.985)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	(270.553)	-	-
Outros	(41.657)	(6.270)	-	-
Total	**(1.915.740)**	**(1.738.248)**	**(87.613)**	**(90.111)**
Total Líquido	**1.136.539**	**1.215.247**	**756.739**	**789.318**
Total do Ativo	**1.871.228**	**1.797.453**	**756.739**	**789.318**
Total do Passivo	**(734.689)**	**(582.206)**	**-**	**-**

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**809.232**	**778.120**
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	140.660	(11.053)
Efeito alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	265.283	22.251
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	72	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.215.247**	**789.318**
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(197.912)	(54.611)
Efeito alocado às Demonstrações de Resultados Abrangentes	132.781	22.032
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	(13.577)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.136.539**	**756.739**

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2018, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 28 de março de 2018.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. A utilizacao dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que o mesmo será utilizado.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2017, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2018	420.670	121.429
2019	477.281	134.576
2020	476.326	139.320
2021	452.182	123.948
2022	465.267	141.602
2023 a 2025	493.027	143.682
2026 a 2027	267.526	39.795
	3.052.279	**844.352**

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.645.856**	**367.927**	**1.141.275**	**421.490**
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(559.591)	(125.095)	(388.034)	(143.307)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	(128.769)	(132.192)	279.329	(88.332)
Juros sobre Capital Próprio	-	129.200	-	129.200
Ganho Diluição Participação Societária	7.686	-	-	-
Dedução ativo intangível de concessão amortizado - Ganho de Capital TAESA	-	20.233	-	20.233
Contribuições e Doações Indedutíveis	(6.118)	(3.867)	(592)	(684)
Incentivo Fiscal	10.534	2.831	2.028	2.345
Provisão desligamento voluntário	242	-	242	
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	4.523	-	-
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	80.750	126.304	-	-
Multas Indedutíveis	(13.559)	(15.775)	(11)	(19)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.030)	(12.369)	-	-
Baixa de parcela de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	-	(21.581)	-	-
Outros	(33.405)	(5.385)	(33.283)	(6.592)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	**(644.260)**	**(33.173)**	**(140.321)**	**(87.156)**
Imposto Corrente	(446.348)	(173.833)	(85.710)	(76.103)
Imposto Diferido	(197.912)	140.660	(54.611)	(11.053)
	(644.260)	**(33.173)**	**(140.321)**	**(87.156)**
Alíquota Efetiva	**(37,80%)**	**(9,02%)**	**(12,12%)**	**(20,68%)**

11. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R$106.227 no consolidado e R$87.872 na controladora, refere-se principalmente a valor depositado em instituição financeira, em conformidade com o acordo de acionistas da RME, como garantia para liquidação das opções de venda de participação nessa empresa.

12. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Conforme divulgado na nota explicativa nº 24, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia desenvolveu tratativas com o Governo do Estado de Minas Gerais e obteve as aprovações requeridas por seus órgãos de governança para, em 25 de outubro de 2017, assinar Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, referente a discussão administrativa quanto ao critério de atualização dos montantes repassados pelo Governo do Estado como adiantamento para futuro aumento de capital em anos anteriores.

O Termo de Reconhecimento de Débitos assinado entre as partes prevê a devolução por parte do Estado do montante de R$281.309, sendo R$239.445 relativo ao valor original do depósito e R$41.864 relativo a sua atualização até 31 de dezembro de 2017. Este valor será devolvido à Companhia pelo Estado em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplemento por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Até 31 de dezembro de 2017 foram recebidos R$46.291, permanecendo um saldo a receber de R$235.018.

13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhista	**303.699**	**259.415**	**35.270**	**31.231**
Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	26.861	24.130	244	510
PASEP/COFINS (1)	1.337.086	746.340	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	-	36.657	-	-
ITCD	48.981	45.620	48.541	45.181
IPTU	79.505	80.345	68.675	65.694
FINSOCIAL	37.170	37.399	37.170	37.399
IR/CS - Indenização do Anuênio (2)	267.432	255.127	12.853	12.262
Outros	116.585	59.247	31.252	28.702
	1.913.620	**1.284.865**	**198.735**	**189.748**
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (3)	-	239.445	-	239.445
Regulatório	60.243	60.227	29.589	27.374
Responsabilidade Civil	16.094	13.484	5.811	6.015
Relações de Consumo	6.204	5.598	1.561	1.548
Bloqueio Judicial	14.358	7.877	5.515	3.118
Outros	21.414	15.968	1.310	1.389
	118.313	**342.599**	**43.786**	**278.889**
	2.335.632	**1.886.879**	**277.791**	**499.868**

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS. Vide detalhes na nota explicativa nº 20;
(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões (Indenização do Anuênio);
(3) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Ver mais detalhes nas notas explicativas nºs 12 e 24.

14. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 2017, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R$841.767 (R$791.609 em 2016). Dos valores provisionados, a Cemig D tem a receber R$73.345 (R$63.751 em 2016), reconhecidos no ativo circulante.

15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	2017	2016
Ativos Relacionados à Infraestrutura (1)		
Concessões de Distribuição	369.762	216.107
Concessões de Transmissão (1.2)	547.800	482.281
Indenização a Receber – transmissão (1.1)	1.928.038	1.805.230
Indenizações a Receber – geração (1.3)	1.900.757	546.624
Bonificação pela Outorga – Concessões de geração (1.4)	2.337.135	2.253.765
	7.083.492	**5.304.007**
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	369.010	397.725
Total	**7.452.502**	**5.701.732**
Ativo Circulante	**847.877**	**730.488**
Ativo Não Circulante	**6.604.625**	**4.971.244**

Passivos Financeiros da Concessão - consolidado	2017	2016
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" CVA e Outros Componentes Financeiros (2)	414.800	804.975
Passivo Circulante	**414.800**	**481.835**
Passivo Não Circulante	**-**	**323.140**

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.501.441**	**546.424**	**135.983**	**2.183.848**
Adições	53.823	534	-	54.357
Adição - Bonificação pela Outorga - Usinas	-	2.216.353	-	2.216.353
Baixas	(2.943)	(334)	(349)	(3.626)
Recebimentos	(15.482)	(314.321)	-	(329.803)
Transferências entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	(429)	-	72.891	72.462
Atualização Bonificação Outorga	-	351.733	-	351.733
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	-	7.582	7.582
Atualização Financeira	751.101	-	-	751.101
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.287.511**	**2.800.389**	**216.107**	**5.304.007**
Adições	24.827	-	-	24.827
Transferências Indenização Usinas não renovadas	-	1.082.526	-	1.082.526
Recebimentos	(264.164)	(233.511)	-	(497.675)
Transferências entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	1.830	-	145.283	147.113
Atualização Financeira	223.962	316.881	-	540.843
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	54.358	-	8.587	62.945
Baixas	(1.741)	-	(215)	(1.956)
Ajuste da BRR dos ativos de transmissão (Nota 26)	149.255	-	-	149.255
Ajuste Indenização Usinas não renovadas (Portaria 291) – incluindo atualização financeira	-	271.607	-	271.607
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.475.838**	**4.237.892**	**369.762**	**7.083.492**

1) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e distribuição de gás das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

1.1) Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Cemig GT estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização. A Portaria determinou, ainda, que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 31 de dezembro de 2017, no montante de R$1.928.038, corresponde aos créditos abaixo:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017, no valor de R$992.802 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP (mais detalhes na nota explicativa nº 26 (g)).

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silicio Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R$316.138 em 31 de dezembro de 2017.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de dezembro de 2017 .

Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017

Nos processos de revisão tarifária da Cemig GT, homologados em 23 de junho de 2009 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2005) e em 08 de junho de 2010 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2009), alguns cabos condutores, objeto de pleito da Cemig GT, não estavam incluídos no cálculo tarifário, sendo que a mesma pleiteava a inclusão desses ativos na Base de Remuneração de Ativos e, por consequência, o cálculo retroativo dos valores não considerados nas revisões tarifárias anteriores.

A Aneel julgou devido o pleito da Cemig GT e calculou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias acima mencionados e os novos valores calculados pela inclusão dos referidos condutores na Base de Remuneração de Ativos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 e foram atualizadas, tendo sido apurado o valor total de R$149.255, a preços de julho de 2017, a ser recebido pela Cemig GT em doze meses via RAP. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber é de R$74.627.

Saldos remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente, no valor de R$544.471, foi incorporado à Base de remuneração de ativos e está sendo recuperado via RAP.

A Cemig GT tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referentes à indenização dos ativos de transmissão cuja movimentação é apresentada a seguir:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº 2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	**892.050**
Atualização Portaria MME nº 120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 12/2016	913.180
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.805.230**
Ajuste da BRR dos Ativos de Transmissão - Nota Técnica Aneel nº 183/2017	149.255
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2017 a 06/2017	120.600
Atualização Financeira	103.362
Recebimentos	(250.409)
Total em 31 de dezembro de 2017	**1.928.038**

1.2) Transmissão – Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo a receber pela controlada Cemig GT é de R$547.800.

1.3) Geração - Indenização a Receber

Usinas operadas em regime de cotas a partir de 1º de janeiro de 2016

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997. A partir do término da concessão, a Cemig GT passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído ("*Deemed Cost*"), estão reconhecidos no Ativo Financeiro e montam R$816.411 em 31 de dezembro de 2017 (R$546.624 em 31 de dezembro de 2016).

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D:				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras:				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguara	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	2.258	2.920
		3.601,70	**204.041**	**816.411**

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2017, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R$174.203, R$2.920 e R$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia e de sua controlada não espera perdas na realização desses valores.

Usinas Miranda e São Simão

Os valores do projeto básico das usinas foram transferidos para a conta de indenização a receber e atualizados monetariamente, em conformidade aos termos da Portaria nº 291, de 03 de agosto de 2017, do Ministério das Minas e Energia, conforme demonstrado a seguir.

Usinas	Término das concessões	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 31/12/17	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 31/12/17	Saldo líquido dos ativos do projeto básico com base no Custo Atribuído em 31/12/17 (A)	Ajuste (1) (B)	Valores com base na Portaria MME nº 291 (A)+(B)	Atualização (C)	Saldo líquido dos ativos do projeto básico em 31/12/17 (A)+(B)+(C)
Miranda	dez/16	750.844	632.541	609.995	174.157	784.152	25.373	809.525
São Simão	jan/15	62.746	205.664	202.744	40.855	243.599	31.222	274.821
		813.590	**838.205**	**812.739**	**215.012**	**1.027.751**	**56.595**	**1.084.346**

(1) Ajuste do saldo não amortizado das concessões das usinas São Simão e Miranda, conforme Portaria MME nº 291/17, que somado à atualização de R$56.595, corresponde ao ajuste total de R$271.607.

Mais detalhes na nota explicativa nº 04.

1.3) Bonificação pela outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes a 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015 vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	172.402	(125.465)	1.330.134
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	54.322	(39.568)	417.393
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	22.512	(16.822)	155.594
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	16.786	(12.523)	116.710
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	23.237	(17.620)	152.170
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	17.198	(13.380)	103.133
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	10.424	(8.133)	62.001
Total		**2.253.765**	**316.881**	**(233.511)**	**2.337.135**

SPE	Usinas	Saldos Transferidos em 31/05/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2016
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.260.400	191.681	(168.884)	1.283.197
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	395.523	60.377	(53.261)	402.639
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	147.662	24.886	(22.644)	149.904
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	110.746	18.558	(16.857)	112.447
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	144.603	25.668	(23.718)	146.553
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	98.301	19.024	(18.010)	99.315
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.118	11.539	(10.947)	59.710
Total		**2.216.353**	**351.733**	**(314.321)**	**2.253.765**

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Em 2016, toda a energia das usinas foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física. A partir de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

2) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos.
As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Demonstrações Financeiras os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	**381.588**	**2.330.978**	**2.712.566**	**1.443.964**	**924.914**	**2.368.878**
Ativo circulante	381.588	1.379.162	1.760.750	1.443.964	547.241	1.991.205
Ativo não circulante	-	951.816	951.816	-	377.673	377.673
Passivo	**(796.388)**	**(1.961.968)**	**(2.758.356)**	**(1.046.239)**	**(1.729.889)**	**(2.776.128)**
Passivo circulante	(796.388)	(1.220.637)	(2.017.025)	(1.046.239)	(1.029.076)	(2.075.315)
Passivo não circulante	-	(741.331)	(741.331)	-	(700.813)	(700.813)
Total circulante líquido	(414.800)	158.525	(256.275)	397.725	(481.835)	(84.110)
Total não circulante líquido	-	210.485	210.485	-	(323.140)	(323.140)
Total líquido	**(414.800)**	**369.010**	**(45.790)**	**397.725**	**(804.975)**	**(407.250)**

Componentes Financeiros	31/12/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	(154.234)	(89.414)	(243.648)	202.801	(244.840)	(42.039)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	9.058	23.448	32.506	1.923	8.103	10.026
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de itaipu	2.332	1.306	3.638	5.254	3.926	9.180
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	(5.148)	1.513	(3.635)	13.080	4.247	17.327
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER (1)	(40.105)	(586.413)	(626.518)	(54.989)	(189.063)	(244.052)
Energia elétrica comprada para revenda (2)	(90.616)	1.326.263	1.235.647	422.852	(78.922)	343.930
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	8.357	(211.337)	(202.980)	(104.671)	(55.834)	(160.505)
Neutralidade da parcela A	(30.581)	74.076	43.495	78.254	(76.367)	1.887
Outros itens financeiros	(111.825)	-	(111.825)	(166.779)	(162.614)	(329.393)
Bandeiras tarifárias (3)	-	(134.008)	(134.008)	-	(13.611)	(13.611)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos (4)	(2.038)	(36.424)	(38.462)	-	-	-
TOTAL	**(414.800)**	**369.010**	**(45.790)**	**397.725**	**(804.975)**	**(407.250)**

(1) Devido ao grande aumento dos custos de risco hidrológico, ocorrido a partir de julho de 2017, a Aneel alterou as regras de repasse do excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER para aliviar a pressão sobre o caixa das distribuidoras. A Cemig D recebeu da CONER cerca de R$ 254 milhões, não incluídos na cobertura tarifária, impactando diretamente o montante de CVA do ESS/EER a devolver ao consumidor.
(2) Diante de uma condição hidrológica desfavorável desde julho de 2017, houve menor geração hídrica e com isso o maior despacho de usinas térmicas, aumentando o PLD (preço de liquidação de diferenças) e impactando no nível de rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas. Para as distribuidoras, isso acarreta em maiores custos de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEARs de térmicas e maiores custos de risco hidrológico para as usinas de Itaipu, para aquelas que comercializam energia sob cotas de garantia física e para aquelas que venderam CCEARs e repactuaram o risco hidrológico. Diante destes fatos, a diferença para o custo contemplado na tarifa é maior, ocasionando um aumento no diferimento ativo com compra de energia em 31 de dezembro de 2017.
(3) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.
(4) Valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5° ciclo de revisão tarifária periódica.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.349.656**
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(858.003)
(-) Realização	(597.054)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(341.244)
(-) Transferência (1)	(164.957)
(+) Atualização Selic (2)	204.352
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(407.250)**
(-) Constituição líquida de ativos financeiros	810.634
(-) Realização	177.626
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(585.527)
(+) Atualização Selic (2)	(41.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(45.790)**

(2) O componente financeiro constituído para ser repassado à tarifa no próximo reajuste tarifário, decorrente de decisões judiciais (liminares) que contestam parte do valor do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), foi reclassificado para Créditos junto à Eletrobras, e será amortizado em contrapartida às deduções das cotas mensais da CDE a serem pagas à Eletrobras, conforme Despacho emitido pela ANEEL em 2016.
(3) Inclui complemento relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias ("CCRBT" ou "Conta Bandeira") destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela câmara de comercialização de energia elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No exercício de 2017, os repasses da conta bandeira totalizaram R$585.527 (R$341.244 em 2016) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

O montante acima contempla o recebimento das bandeiras tarifárias da competência de dezembro de 2016, no valor de R$ 2.406, que foi registrado no passivo financeiro setorial somente em janeiro de 2017 quando da homologação da ANEEL. O saldo remanescente de R$ 583.121 refere-se às competências de janeiro a novembro de 2017.

16. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	4.793.832	4.583.195
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	57.957	50.411	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	25.018	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	26.023	31.809	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	157.773	161.848	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	576.704	527.498	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	534.761	643.890	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	582.504	677.182	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	40.832	41.543	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	148.422	162.106	-	-
Renova	Controlada em conjunto	282.524	688.625	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.242.170	1.319.055	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	Controlada em conjunto	60.101	63.307	-	-
Central Eólica Volta do Rio	Controlada em conjunto	67.725	81.228	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	Controlada em conjunto	50.569	59.586	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	866.554	781.022	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Controlada em conjunto	3.699	2.782	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	3.737.310	2.499.867
Light	Controlada em conjunto	1.534.294	1.070.477	1.083.140	1.070.477
TAESA	Controlada em conjunto	1.101.462	1.582.633	1.101.462	1.582.633
Cemig Telecom	Controlada	-	-	247.313	191.515
Ativas Data Center	Coligada	17.450	17.741	-	-
Gasmig	Controlada	-	-	1.418.271	1.419.492
Rosal Energia	Controlada	-	-	106.897	141.038
Sá Carvalho	Controlada	-	-	102.536	106.111
Horizontes Energia	Controlada	-	-	53.165	52.396
Usina Térmica Ipatinga	Controlada	-	-	4.932	4.009
Cemig PCH	Controlada	-	-	96.944	91.969
LEPSA (1)	Controlada	-	343.802	455.861	343.802
RME	Controlada em conjunto	383.233	340.063	383.233	340.063
Companhia Transleste de Transmissão	Controlada em conjunto	-	21.588	-	21.588
UTE Barreiro	Controlada	-	-	17.982	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	Controlada em conjunto	-	20.505	-	20.505
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	Controlada	-	-	18.403	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	Controlada em conjunto	-	23.952	-	23.952
Efficientia	Controlada	-	-	7.084	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Controlada	-	-	2.004	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	20.584	21.171	20.584	21.171
Cemig Trading	Controlada	-	-	29.206	28.635
Axxiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	11.866	19.264	11.866	19.264
Cemig Overseas (2)	Controlada	-	-	158	20
Total do Investimento		**7.792.225**	**8.753.088**	**13.692.183**	**12.627.857**
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	Controlada em conjunto	-	(59.071)	-	-
Total		**7.792.225**	**8.694.017**	**13.692.183**	**12.627.857**

(1) Em 30 de novembro de 2017, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da LEPSA, passando, então, a consolidar as informações financeiras desta controlada, cujo único ativo são as ações ordinárias e preferenciais da Light. Desta forma, a Companhia deixa de apresentar em suas demonstrações financeiras consolidadas o investimento anteriormente detido na LEPSA, passanto a apresentar somente a participação detida na Light.
(2) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior. Em 31 de dezembro de 2017, a empresa não possui operações.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center, que referem-se a coligadas com influência significativa, das controladas Cemig GT e Cemig Telecom, respectivamente. A Ativas Data Center passou a ser investida com influência significativa a partir do 4º trimestre de 2016.

A Melhor Energia do Brasil.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Controladora	31/12/2015	Adição	Amortização	Baixa	31/12/2016	Adição	Amortização	Baixa	31/12/2017
Cemig Geração e Transmissão	1.123.096	-	(56.468)	(762.691)	303.937	-	(13.701)	(4.468)	285.768
Renova (1)	805.458	-	(42.767)	(762.691)	-		-	-	-
Retiro Baixo	30.706	-	(1.181)	-	29.525	-	(1.181)	-	28.344
Central Eólica Praias de Parajuru	20.868	-	(1.527)	-	19.341	-	(1.527)	(1.311)	16.503
Central Eólica Volta do Rio	14.818	-	(1.011)	-	13.807	-	(1.010)	(1.762)	11.035
Central Eólica Praias de Morgado	29.461	-	(2.055)	-	27.406	-	(2.055)	(1.395)	23.956
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	163.296	-	(5.956)	-	157.340	-	(5.956)	-	151.384
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	58.489	-	(1.971)	-	56.518	-	(1.972)	-	54.546
TAESA	414.774	-	(17.371)	(109.257)	288.146	-	(13.207)	(86.194)	188.745
Light	231.163	-	(22.363)	-	208.800	-	(22.363)	-	186.437
Gasmig	215.410	-	(7.912)	-	207.498	-	(7.912)	-	199.586
LEPSA	-	49.695	(1.266)	-	48.429	-	(5.357)	(43.072)	-
RME	-	49.694	(1.265)	-	48.429	-	(5.064)	-	43.365
TOTAL GERAL	**1.984.443**	**99.389**	**(106.645)**	**(871.948)**	**1.105.239**	**-**	**(67.604)**	**(133.734)**	**903.901**

(1) Em 31 de dezembro de 2016, ocorreu um ajuste para baixa do ativo intangível de concessão da Renova o qual para fins de consolidado afetou o resultado de equivalência da Cemig GT.

Consolidado	31/12/2015	Adição	Amortização	Baixa	31/12/2016	Adição	Amortização	Baixa	31/12/2017
TAESA	414.774	-	(17.371)	(109.257)	288.146	-	(13.207)	(86.194)	188.745
Light	231.163	-	(22.363)	-	208.800	-	(22.363)	-	186.437
Gasmig	215.410	-	(7.912)	-	207.498	-	(7.912)	-	199.586
LEPSA	-	49.695	(1.266)	-	48.429	-	(5.357)	(43.072)	-
RME	-	49.694	(1.265)	-	48.429	-	(5.064)	-	43.365
TOTAL	**861.347**	**99.389**	**(50.177)**	**(109.257)**	**801.302**	**-**	**(53.903)**	**(129.266)**	**618.133**

b) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes/ Aquisição	Vendas	Perda	Outros	31/12/2017
Cemig Geração e Transmissão	4.583.195	428.458	(103.591)	(214.230)	100.000	-	-	-	4.793.832
Cemig Distribuição	2.499.867	(117.313)	(145.244)	-	1.500.000	-	-	-	3.737.310
Cemig Telecom	191.515	5.821	(680)	-	50.657	-	-	-	247.313
Rosal Energia	141.038	15.079	(18.252)	(30.968)	-	-	-	-	106.897
Sá Carvalho	106.111	25.056	-	(28.631)	-	-	-	-	102.536
Gasmig	1.419.492	133.374	-	(134.595)	-	-	-	-	1.418.271
Horizontes Energia	52.396	19.562	-	(18.793)	-	-	-	-	53.165
Usina Térmica Ipatinga	4.009	1.258	-	(335)	-	-	-	-	4.932
Cemig PCH	91.969	28.344	-	(23.369)	-	-	-	-	96.944
LEPSA	343.802	9.970	(2.002)	-	147.163	-	(43.072)	-	455.861
RME	340.063	6.841	(1.942)	-	38.195	-	-	76	383.233
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	4.985	-	(6.656)	-	(19.917)	-	-	-
UTE Barreiro	39.266	(1.749)	-	(5.535)	-	-	-	(14.000)	17.982
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	3.709	-	(11.849)	-	(12.365)	-	-	-
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	20.154	35.696	-	(37.447)	-	-	-	-	18.403
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	4.451	-	(6.687)	-	(21.716)	-	-	-
Efficientia	4.868	3.388	-	(1.171)	-	-	-	(1)	7.084
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.867	779	-	(642)	-	-	-	-	2.004
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	5.058	-	(5.644)	-	-	-	(1)	20.584
Light	1.070.477	18.176	(5.513)	-	-	-	-	-	1.083.140
Cemig Trading	28.635	56.127	-	(55.555)	-	-	-	(1)	29.206
Axxiom Soluções Tecnológicas	19.264	(7.398)	-	-	-	-	-	-	11.866
Taesa	1.582.633	216.330	-	(182.687)	-	(514.814)	-	-	1.101.462
Cemig Overseas	20	-	-	-	138	-	-	-	158
	12.627.857	**896.002**	**(277.224)**	**(764.794)**	**1.836.153**	**(568.812)**	**(43.072)**	**(13.927)**	**13.692.183**

Adiantamento para futuro aumento de capital na Cemig D

Em 11 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R$1.600.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em futura Assembleia Geral Extraordinária. Em dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, foram realizados o repasses de recursos nos montantes de R$1.500.000 e R$100.000, respectivamente.

Em 08 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a transferência adicional, à Cemig Distribuição, do montante de até R$600.000, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital.

Notas Explicativas

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes/ Aquisição	Vendas	Outros	31/12/2017
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	4.985	-	(6.656)	-	(19.917)	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	3.709	-	(11.849)	-	(12.365)	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	4.451	-	(6.687)	-	(21.716)	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	5.058	-	(5.644)	-	-	(1)	20.584
Light	1.070.477	34.807	(5.513)	-	-	-	434.523	1.534.294
Axxiom Soluções Tecnológicas	19.264	(7.398)	-	-	-	-	-	11.866
LEPSA	343.802	295	(2.002)	-	-	-	(342.095)	-
RME	340.063	6.841	(1.942)	-	38.195	-	76	383.233
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	10.187	-	(2.641)	-	-	-	57.957
Guanhães Energia (1)	-	(13.099)	-	-	97.188	-	(59.071)	25.018
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.292	-	(8.078)	-	-	-	26.023
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(109.129)	-	-	-	-	-	534.761
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(94.678)	-	-	-	-	-	582.504
Lightger	41.543	1.858	-	(2.569)	-	-	-	40.832
Baguari Energia	162.106	16.590	-	(30.274)	-	-	-	148.422
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	(1.489)	-	(406)	-	-	(1.311)	60.101
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(11.741)	-	-	-	-	(1.762)	67.725
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(7.622)	-	-	-	-	(1.395)	50.569
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	705	-	-	84.827	-	-	866.554
Ativas Data Center	17.741	(2.294)	-	-	-	-	2.003	17.450
Taesa	1.582.633	216.330	-	(182.687)	-	(514.814)	-	1.101.462
Renova	688.625	(390.249)	(33.852)	-	18.000	-	-	282.524
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	(1.741)	-	-	2.658	-	-	3.699
Aliança Geração	1.319.055	71.756	-	(148.641)	-	-	-	1.242.170
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	(2.352)	-	-	51.558	-	-	576.704
Retiro Baixo	161.848	9.688	-	(13.763)	-	-	-	157.773
Total do Investimento	**8.753.088**	**(252.240)**	**(43.309)**	**(419.895)**	**292.426**	**(568.812)**	**30.967**	**7.792.225**

(1) Passivo a descoberto revertido por meio de aportes;

Notas Exp

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	Vendas	Incorporação	Outros	31/12/2016
Cemig Geração e Transmissão	4.683.812	69.867	(72.526)	(97.958)	-	-	-	-	4.583.195
Cemig Distribuição	2.695.848	(323.950)	(379.834)	97.803	410.000	-	-	-	2.499.867
Cemig Telecom	169.006	5.965	(115)	-	16.660	-	-	(1)	191.515
Rosal Energia	121.822	43.669	-	(24.452)	-	-	-	(1)	141.038
Sá Carvalho	102.926	28.236	-	(25.051)	-	-	-	-	106.111
Gasmig	1.406.371	82.015	-	(68.894)	-	-	-	-	1.419.492
Horizontes Energia	70.539	11.033	-	(4.176)	-	-	-	(25.000)	52.396
Usina Térmica Ipatinga	3.898	447	-	(336)	-	-	-	-	4.009
Cemig PCH	84.956	13.779	-	(6.766)	-	-	-	-	91.969
LEPSA	-	(17.890)	513	(57.185)	251.977	-	166.387	-	343.802
RME	-	(17.757)	510	(58.763)	247.941	-	168.132	-	340.063
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	5.325	-	(2.044)	-	-	-	-	21.588
UTE Barreiro	29.703	12.167	-	(2.604)	-	-	-	-	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	3.783	-	(813)	-	-	-	(1)	20.505
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.120	37.997	-	(26.963)	-	-	-	-	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	4.654	-	-	-	-	-	-	23.952
Transchile	108.230	1.776	(22.988)	-	-	(87.018)	-	-	-
Efficientia	5.511	(643)	-	-	-	-	-	-	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.284	111	-	(528)	-	-	-	(4.000)	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.528	5.667	-	(2.024)	-	-	-	-	21.171
Light	1.187.722	(120.512)	2.948	320	-	-	-	(1)	1.070.477
Cemig Trading	29.840	60.374	-	(61.579)	-	-	-	-	28.635
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.840	(4.527)	-	(49)	-	-	-	-	19.264
Parati	357.753	(24.305)	850	221	-	-	(334.519)	-	-
Taesa	2.242.186	341.081	-	(381.609)	-	(619.025)	-	-	1.582.633
Cemig Overseas	45	(15)	(10)	-	-	-	-	-	20
	13.412.081	**218.347**	**(470.652)**	**(723.450)**	**926.578**	**(706.043)**	**-**	**(29.004)**	**12.627.857**

Notas Explicativas

Consolidado	31/12/2015	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Vendas	Incorporação	Outros	31/12/2016
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	5.325	-	(2.044)	-	-	-	-	21.588
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	3.783	-	(813)	-	-	-	(1)	20.505
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	4.654	-	-	-	-	-	-	23.952
Transchile	108.230	1.776	(22.988)	-	-	(87.018)	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.528	5.667	-	(2.024)	-	-	-	-	21.171
Light	1.187.722	(120.512)	2.948	320	-	-	-	(1)	1.070.477
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.840	(4.528)	-	(49)	-	-	-	1	19.264
LEPSA	-	(17.890)	513	(57.185)	251.977	-	166.387	-	343.802
RME	-	(17.757)	510	(58.763)	247.941	-	168.132	-	340.063
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	11.122	-	(1.555)	-	-	-	-	50.411
Guanhães Energia (1)	18.444	(102.108)		-	24.593	-	-	59.071	-
Hidrelétrica Pipoca	26.237	5.571	-	-	-	-	-	1	31.809
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(71.093)	-	-	39.000	-	-	-	643.890
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(63.755)	-	-	40.214	-	-	(2.680)	677.182
Lightger	37.454	4.088	-	-	-	-	-	1	41.543
Baguari Energia	187.227	41.037	-	(14.118)	-	-	-	(52.040)	162.106
Central Eólica Praias de Parajuru	63.045	287	-	(25)	-	-	-	-	63.307
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(3.838)	-	(35)	-	-	-	-	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(2.440)	-	(45)	-	-	-	-	59.586
Amazônia Energia(Usina de Belo Monte)	495.768	(6.659)	-	-	291.913	-	-	-	781.022
Ativas Data Center (2)	-	(31.424)	-	-	98.900	-	-	(49.735)	17.741
Parati	357.753	(24.305)	850	221	-	-	(334.519)	-	-
Taesa	2.242.186	341.081	-	(381.609)	-	(619.025)	-	-	1.582.633
Renova (3)	1.527.435	(373.313)	19.330	-	277.864	-	-	(762.691)	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	-	-	2.782	-	-	-	2.782
Aliança Geração	1.327.246	103.849	-	(112.040)	-	-	-	-	1.319.055
Aliança Norte(Usina de Belo Monte)	354.284	(6.551)	-	-	179.765	-	-	-	527.498
Retiro Baixo	147.905	16.089	-	(2.146)	-	-	-	-	161.848
Total do Investimento	**9.744.847**	**(301.844)**	**1.163**	**(631.910)**	**1.454.949**	**(706.043)**	**-**	**(808.074)**	**8.753.088**
Ativas Data Center – passivo a descoberto de controlada em conjunto	(27.769)	-	-	-	-	-	-	27.769	-
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	(59.071)	(59.071)
Total	**9.717.078**	**(301.844)**	**1.163**	**(631.910)**	**1.454.949**	**(706.043)**	**-**	**(839.376)**	**8.694.017**

(1) Transferência para passivo a descoberto;

(2) O montante de R$49.735 refere-se à diluição de participação acionária decorrente de aporte de capital de novo acionista;

(3) O montante de R$762.691 refere-se ao ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função, basicamente, de impairment nos ativos da Renova na operação com a Terraform.

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	31/12/2017			31/12/2016		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	4.793.832	100,00	1.837.710	4.583.195
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	118.280	49,00	35.000	102.880
Guanhães Energia	330.536.000	49,00	330.536	51.058	49,00	185.647	-
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	53.108	49,00	41.360	64.916
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	257.880	49,90	222.850	263.680
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	3.622.440.125	49,00	1.119.255	1.065.628	49,00	1.014.111	1.076.527
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	5.327.114	18,13	10.151.952	6.418.617
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	83.331	49,00	79.232	84.781
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	213.895	69,39	186.573	247.662
Renova (2)	417.197.244	36,23	2.919.019	779.808	34,15	2.856.255	1.955.598
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.857.905	45,00	1.291.488	1.972.519
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.976	49,00	70.560	88.897
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	115.694	49,00	117.230	136.886
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	54.312	49,00	52.960	65.128
Amazônia Energia (1) (Usina de Belo Monte)	1.229.600.123	74,50	1.229.600	1.163.160	74,50	1.115.739	1.048.351
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	11.102.420	49,00	11.102	7.549	49,00	5.677	5.677
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.771.998	3.737.310	100,00	2.361.998	2.499.867
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.461.971	26,06	2.225.822	3.353.796
Cemig Telecom	448.340.822	100,00	292.399	247.313	100,00	241.742	191.515
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	106.897	100,00	46.944	141.038
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	102.536	100,00	36.833	106.111
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.223.948	99,57	665.429	1.425.622
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	53.165	100,00	39.258	52.396
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	4.932	100,00	174	4.009
Cemig PCH	35.952.000	100,00	35.952	96.944	100,00	35.952	91.969
LEPSA	1.379.839.905	100,00	406.341	455.861	66,62	437.638	443.370
RME	1.365.421.406	75,00	403.040	453.157	66,27	433.770	440.069
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	-	49.569	-	25,00	49.569	81.293
UTE Barreiro		100,00	16.902	17.982	100,00	30.902	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	-	30.000	-	24,00	30.000	85.438
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	18.403	100,00	486	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	-	22.340	-	24,50	22.340	97.763
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	7.084	100,00	6.052	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.000.000	100,00	1.000	2.004	100,00	1.000	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	40.361	51,00	28.000	41.512
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	29.206	100,00	1.000	28.635
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	24.216	49,00	46.600	39.314
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.034	4.346.746	31,54	3.042.034	4.307.588

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos circulantes de algumas controladas em conjunto estavam superiores aos ativos circulantes, conforme segue:

Light: Em 31 de dezembro de 2017, a Light apresentava capital circulante negativo consolidado em R$1.355.157 (R$1.258.928 em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e está empenhada em alongar seu perfil de dívida em 2018 através de novas emissões de instrumentos de dívida e entende que o sucesso nesse alongamento das dívidas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo.

Madeira Energia ("MESA"): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R$1.473.596, decorre, principalmente, da conta "Fornecedores", "Outros Passivos", "Empréstimos e financiamentos". Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a readequação do fluxo de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores, liberação de recursos da conta reserva destinados a esses pagamentos, que serão substituídos por fiança bancária e com geração operacional de caixa.

Renova: Em 2017, a Renova apresentou prejuízos acumulados de R$2.194.590, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes em R$1.607.398 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa através de venda de ativos, com a utilização dos recursos para o pagamento de fornecedores e amortização de dívidas, além de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais.

A Administração da Renova entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova.

A Administração da Companhia efetuou a análise dos indicativos de impairment acima mencionados e, com base nas informações disponíveis, entende que não existe incerteza material quanto à continuidade operacional destas investidas.

Notas Exp

Os saldos integrais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

2017	Centroeste	RME	Light	Taesa	Axxiom	Aliança Norte	Itaocara	Lightger	Amazônia Energia	Aliança Geração
Ativo										
Circulante	56.176	2.042	4.250.667	1.970.698	46.288	516	4.954	50.552	97	621.660
Caixa e Equivalentes de caixa	16.793	959	342.276	2.495	3.428	455	4.895	1.201	70	467.542
Não Circulante	635	451.155	11.180.641	6.607.614	11.110	1.065.355	11.135	142.146	1.163.092	2.398.524
Total do Ativo	**56.811**	**453.197**	**15.431.308**	**8.578.312**	**57.398**	**1.065.871**	**16.089**	**192.698**	**1.163.189**	**3.020.184**
Passivo										
Circulante	3.917	40	5.575.770	737.012	29.370	243	1.182	30.340	29	448.128
Fornecedores	33	11	2.022.507	47.549	1.497	-	1.047	19.809	-	43.582
Empréstimos e financiamentos - Circulante	3.002	-	1.372.932	-	5.477	-	-	-	-	84.409
Não circulante	12.535	-	6.393.567	3.494.554	3.812	-	7.358	79.027	-	714.151
Patrimônio Líquido	40.359	453.157	3.461.971	4.346.746	24.216	1.065.628	7.549	83.331	1.163.160	1.857.905
Total do Passivo	**56.811**	453.197	**15.431.308**	**8.578.312**	**57.398**	**1.065.871**	**16.089**	**192.698**	**1.163.189**	**3.020.184**
Demonstração do Resultado										
Receita Líquida de Vendas	15.214	-	11.314.559	1.104.092	43.340	-	-	41.727	-	919.788
Custo das Vendas	(4.069)	-	-	(209.107)	(54.807)	-	(3.844)	(28.341)	-	(554.751)
Depreciação e Amortização	(1.421)	-	-	(708)	(1.584)	-	-	(10.564)	-	(126.553)
Lucro Bruto	**11.145**	-	**11.314.559**	**894.985**	**(11.467)**	-	(3.844)	13.386	-	365.037
Despesas Gerais e Administrativas		(1.181)	(9.940.607)	(124.447)	(7.094)	(855)	-	(1.665)	(642)	(10.530)
Receitas Financeiras	2.332	16.413	136.324	368.375	753	85	291	3.837	1.595	29.596
Despesas Financeiras	(2.294)	(2)	(1.211.798)	(433.843)	(1.089)	(6)	-	(9.121)	(5)	(64.844)
Resultado Operacional	**11.183**	**15.230**	**298.478**	**705.070**	**(18.897)**	**(776)**	**(3.553)**	6.437	947	319.259
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.266)	(52)	(174.257)	(57.590)	6.301	-	-	(2.614)	(1)	(103.559)
Resultado Líquido do Exercício	**9.917**	**15.178**	**124.221**	**647.480**	**(12.596)**	**(776)**	**(3.553)**	**3.823**	**947**	**215.700**
Resultado Abrangente do Exercício										
Resultado Líquido do Exercício	**9.917**	**15.178**	**124.221**	**648.480**	**(12.596)**	**(776)**	**(3.553)**	3.823	947	215.700
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho/perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-			-
Resultado Abrangente do Exercício	**9.917**	**15.178**	**124.221**	**648.480**	**(12.596)**	**(776)**	**(3.553)**	**3.823**	**947**	**215.700**

As empresas Transmineiras foram retiradas no quadro de 2017 devido à sua venda em Nov/2017.
A empresa Luce não está apresentada no quadro de 2017 devido ao fato de estar sobre o controle da Companhia desde Nov/2017.

Notas Exp s

2017	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio
Ativo										
Circulante	50.434	29.429	10.630	556.738	14.822	23.875	31.242	41.204	11.044	16.135
Caixa e Equivalentes de caixa	46.397	5.449	7.428	54.517	5.834	14.256	342	35.373	6.595	4.704
Não Circulante	87.278	208.511	42.442	23.593.860	94.764	365.562	1.679.389	120.747	135.773	232.818
Total do Ativo	**137.712**	**237.940**	**53.072**	**24.150.598**	**109.586**	**389.437**	**1.710.631**	**161.951**	**146.817**	**248.953**
Passivo										
Circulante	9.854	18.338	1.970	2.030.334	17.448	27.182	395.295	26.105	89.522	126.180
Fornecedores	1.423	9.705	252	202.503	5.668	2.898	25.220	573	2.173	873
Não circulante	9.578	5.707	44	16.793.149	39.030	104.375	535.528	46.870	2.983	7.079
Patrimônio Líquido	118.280	213.895	51.058	5.327.115	53.108	257.880	779.808	88.976	54.312	115.694
Total do Passivo	**137.712**	**237.940**	**53.072**	**24.150.598**	**109.586**	**389.437**	**1.710.631**	**161.951**	**146.817**	**248.953**
Demonstração do Resultado										
Receita Líquida de Vendas	39.156	63.778	-	2.971.019	28.903	67.204	-	20.582	14.331	22.482
Custo das Vendas	(17.796)	(36.151)	(637)	(1.857.730)	(18.564)	(33.369)	(4.484)	(15.609)	(17.372)	(29.139)
Depreciação e Amortização	(3.513)	(8.826)	-		(3.094)	(10.099)	(4.484)	(9.521)	(10.004)	(16.819)
Lucro Bruto	21.360	27.627	(637)	1.113.289	10.339	33.835	(4.484)	4.973	(3.041)	(6.657)
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	(817.254)	(983)	-		(1.975)	(967)	(3.356)
Provisão para Perda	-	-	(22.468)	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	4.135	6.179	929	114.973	1.836	2.816	3.817	3.471	1.857	3.116
Despesas Financeiras	(1.945)	(709)	(3.021)	(1.551.186)	(4.586)	(12.344)	(1.260.283)	(6.095)	(7.943)	(11.649)
Resultado Operacional	23.550	33.097	(25.197)	(1.140.178)	6.606	24.307	(1.260.950)	374	(10.094)	(18.546)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.759)	(10.758)	-	48.676	(1.590)	(2.526)	121.415	(274)	(723)	(2.644)
Resultado Líquido do Exercício	**20.791**	**22.339**	**(25.197)**	**(1.091.502)**	**5.016**	**21.781**	**(1.139.535)**	**100**	**(10.817)**	**(21.190)**
Resultado Abrangente do Exercício										
Resultado Líquido do Exercício	20.791	22.339	(25.197)	(1.091.502)	5.016	21.781	(1.139.535)	100	(10.817)	(21.190)
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**20.791**	**22.339**	**(25.197)**	**(1.091.502)**	**5.016**	**21.781**	**(1.139.535)**	**100**	**(10.817)**	**(21.190)**

Notas Exp

2016	Parati	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	LUCE	RME	Light	Taesa	Axxiom	Aliança Norte
Ativo											
Circulante	11.612	50.167	40.893	61.031	32.271	6.257	3.086	3.612.477	1.954.878	65.829	1.853
Caixa e Equivalentes de caixa	7.851	3.034	2.297	19.846	4.123	20	6	668.304	101.505	9.041	1.812
Não Circulante	1.327.798	122.568	122.559	634	78.107	437.188	437.110	10.717.752	6.455.739	13.480	1.075.009
Total do Ativo	**1.339.410**	**172.735**	**163.452**	**61.665**	**110.378**	**443.445**	**440.196**	**14.330.229**	**8.410.617**	**79.309**	**1.076.862**
Passivo											
Circulante	142	27.971	32.546	4.970	21.748	75	127	4.871.405	1.074.367	32.316	335
Fornecedores	79	190	395	88	122	18	85	1.341.800	36.991	908	96
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	18.196	19.467	3.040	19.067	-	-	1.5567.738	9.147	9.769	-
Não circulante	-	63.471	33.143	15.183	3.192	-	-	6.105.028	3.028.662	7.679	-
Patrimônio Líquido	1.339.268	81.293	97.763	41.512	85.438	443.370	440.069	3.353.796	4.307.588	39.314	1.076.527
Total do Passivo	1.339.410	172.735	163.452	61.665	110.378	443.445	440.196	14.330.229	8.410.617	79.309	1.076.862
Demonstração do Resultado											
Receita Líquida de Vendas	-	34.011	44.729	13.387	22.325	-	-	9.645.237	1.391.074	57.217	-
Custo das Vendas	-	(2.095)	(18.642)	(2.457)	(1.332)	-	-	(8.042.026)	(149.196)	(63.842)	-
Depreciação e Amortização	-	-	-	(1.422)		-	-	(452.260)	(706)	(1.783)	-
Lucro Bruto	-	31.916	26.087	**10.930**	20.993	-	-	**1.603.211**	**1.241.878**	**(6.625)**	-
Despesas Gerais e Administrativas	(5.511)	(329)	(1.090)	-	(808)	(741)	(1.170)	(752.243)	(106.492)	(7.853)	(2.554)
Receitas Financeiras	3.716	1.547	736	4.296	877	179	1.217	147.533	58.364	616	182
Despesas Financeiras	(60.642)	(10.196)	(5.089)	(2.961)	(4.284)	(41.380)	(41.386)	(1.281.476)	(223.412)	-	(6.942)
Resultado Operacional	**(62.437)**	22.938	20.644	**12.265**	16.778	(41.942)	**(41.339)**	**(282.975)**	**970.338**	**(13.862)**	**(9.314)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	228	(1.636)	(1.650)	(1.153)	(1.017)	(78)	(78)	(29.962)	(108.272)	4.621	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(62.209)	21.302	18.994	11.112	15.761	(42.020)	(41.417)	(312.937)	862.066	(9.241)	(9.314)
Resultado Abrangente do Exercício											
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**(62.209)**	**21.302**	**18.994**	**11.112**	**15.761**	**(42.020)**	**(41.417)**	**(312.937)**	**862.066**	**(9.241)**	**(9.314)**
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	**(85.872)**	-	-	-
Ganho/perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	(62.209)	21.302	18.994	11.112	15.761	(42.020)	(41.417)	(398.809)	862.066	(9.241)	(9.314)

Notas Explicativas

2016	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia	Aliança Geração
Ativo													
Circulante	43.367	45.076	15.923	1.519.965	20.175	30.220	135.860	38.546	23.976	36.630	34.912	77	388.100
Caixa e Equivalentes de caixa	39.620	11.110	1.185	57.974	17.311	19.222	35.786	17.748	17.385	26.568	31.817	51	146.601
Não Circulante	86.131	219.998	65.142	23.557.118	97.855	376.648	5.765.276	127.585	142.499	244.961	152.301	1.048.369	2.511.543
Total do Ativo	**129.498**	**265.074**	**81.065**	**25.077.083**	**118.030**	**406.868**	**5.901.136**	**166.131**	**166.475**	**281.591**	**187.213**	**1.048.446**	**2.899.643**
Passivo													
Circulante	10.038	12.225	190.672	3.131.026	8.150	24.743	3.346.901	19.137	27.248	36.761	16.019	95	592.394
Fornecedores	1.660	6.212	261	661.726	67	745	546.911	804	526	801	5.611	-	100.640
Não circulante	16.580	5.187	10.946	15.527.440	44.964	118.445	598.637	58.097	74.099	107.944	86.413	-	334.730
Patrimônio Líquido	102.880	247.662	(120.553)	6.418.617	64.916	263.680	1.955.598	88.897	65.128	136.886	84.781	1.048.351	1.972.519
Total do Passivo	**129.498**	**265.074**	**81.065**	**25.077.083**	**118.030**	**406.868**	**5.901.136**	**166.131**	**166.475**	**281.591**	**187.213**	**1.048.446**	**2.899.643**
Demonstração do Resultado													
Receita Líquida de Vendas	33.469	64.985	-	2.802.554	24.714	61.985	483.137	27.276	22.268	28.617	35.600	-	803.732
Custo das Vendas	(9.562)	(11.652)	-	(1.844.691)	(6.164)	(29.225)	(453.613)	(16.794)	(16.997)	(26.981)	(16.884)	-	(313.518)
Depreciação e Amortização	(2.658)	(8.808)	-	(673.009)	(3.081)	(9.406)	(93.459)	(9.505)	(9.997)	(16.820)	(10.510)	-	(124.704)
Lucro Bruto	23.907	53.333	-	957.863	18.550	32.760	29.524	10.482	5.271	1.636	18.716	-	490.214
Despesas Gerais e Administrativas	(134)	(1.160)	-	(145.908)	(2.067)	-	(40.558)	(797)	(877)	(2.016)	(1.619)	(1.435)	(57.976)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(281.030)	-	-	-	-	-	-
Ajuste para perdas em investimento	-	-	-	-	-	-	(455.427)	-	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	4.183	14.765	261	146.200	1.845	1.922	16.170	2.790	2.659	4.618	3.489	20	46.252
Despesas Financeiras	(2.672)	(681)	(208.645)	(1.551.719)	(5.503)	(14.802)	(423.784)	(7.217)	(9.668)	(14.062)	(9.931)	(7.523)	(58.588)
Resultado Operacional	25.284	66.257	(208.384)	(593.564)	12.825	19.880	(1.155.105)	5.258	(2.615)	(9.824)	10.655	(8.938)	419.902
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.586)	(7.117)	-	(23.636)	(1.455)	(2.680)	53.633	(1.769)	896	3.049	(2.312)	-	(127.214)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**22.698**	**59.140**	**(208.384)**	**(617.200)**	**11.370**	**17.200**	**(1.101.472)**	**3.489**	**(1.719)**	**(6.775)**	**8.343**	**(8.938)**	**292.688**
Resultado Abrangente do Exercício													
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	22.698	59.140	(208.384)	(617.200)	11.370	17.200	(1.101.472)	3.489	(1.719)	(6.775)	8.343	(8.938)	292.688
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	(182.011)	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**22.698**	**59.140**	**(208.384)**	**(617.200)**	**11.370**	**17.200**	**(1.283.483)**	**3.489**	**(1.719)**	**(6.775)**	**8.343**	**(8.938)**	**292.688**

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. ("MESA") e do FIP Melbourne

A Companhia possui participação direta de 10% e indireta de 8,13% na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R$1.117.265 em 31 de dezembro de 2017 (R$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016).

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA") estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 31 de dezembro de 2017, R$21.610.727 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, estão sendo absorvidos por meio das receitas, sendo que todas as unidades geradoras da entidade, estão em operação.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, prospectivamente, nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada Cemig GT.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), no valor de aproximadamente R$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), no valor de R$ 678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Comerce ("ICC"), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL não aplicar quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte". A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2017 é de R$285.696.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R$183.000 registrada pela NESA levando em consideração os resultados da investigação iterna idependente conduzida por ela e seus outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, prospectivamente, nas demonstrações financeiras da Companhia e da controlada Cemig GT.

Investimento na Renova Energia S.A. ("Renova")

Investimento na Terraform

A controlada em conjunto indireta Renova possuía investimentos na TerraForm Global Inc., designadas como ativos financeiros disponíveis para venda, registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado das ações da Terraform em bolsa de valores (NASDAQ) cujo ganho decorrente da variação da cotação das ações (valor justo), no valor de R$73.224, foi registrado diretamente no patrimônio líquido da controlada em conjunto, na rubrica de outros resultados abrangentes.

Em 15 de maio de 2017, a Renova alienou à Brookfield Asset Management ("Brookfield") o investimento que detinha na TerraForm Global Inc. ("TerraForm Global") por R$305.766 e reclassificou os ajustes positivos acumulados anteriormente registrados em outros resultados abrangentes, no valor de R$172.243 (R$60.285 de impacto na Cemig GT), para o resultado do exercício.

Em junho de 2017, a Renova celebrou, ainda, acordo com a TerraForm Global no qual as partes concordam em encerrar o processo de arbitragem que havia entre as partes mediante compensações à Renova de R$48.559 que foi paga juntamente com a liquidação financeira da alienação das ações da Terraform.

Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos

Em 2017 e 2016 a Renova efetuou revisões do valor recuperável do seu ativo imobilizado, o qual resultou em uma provisão para perdas de R$786.544 (R$284.965 de impacto na Cemig GT) e R$264.246 (R$90.240 de impacto na Cemig GT), respectivamente.

Venda de ativos – Complexo Eólico Umburanas

Em 23 de agosto de 2017, a Renova assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas, com capacidade instalada total de 605 MW, com a Engie Brasil S.A. ("Engie"). O preço base da transação foi de R$15.000.

Em 24 de outubro de 2017, durante a 40ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), foi aprovada a transferência do Complexo Eólico Umburanas para a Engie.

Concessão de Direito de Exclusividade

Em 23 de fevereiro de 2018, a Renova recebeu da Brookfield Energia Renovável S.A. ("BER"), uma proposta vinculante para a aquisição dos ativos de todo o Complexo de Alto Sertão III ("Complexo ASIII"), bem como de, aproximadamente, 1,1 GW em determinados projetos eólicos em desenvolvimento. O valor apresentado pelo Complexo ASIII foi de R$650 milhões a ser pago na data de fechamento da transação, valor este sujeito a ajustes usuais pós-fechamento ("Preço"). O Preço poderá ser acrescido de um earn-out de até R$150 milhões vinculados à geração futura do Complexo ASIII a ser apurada após 5 anos de sua entrada em operação, além de R$187 mil por MW de capacidade instalada para os projetos eólicos em

desenvolvimento ("Proposta"). Em 27 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Renova aprovou a proposta recebida e concedeu um novo período de exclusividade à BER por 30 (trinta) dias, prorrogáveis automaticamente por 30 (trinta) dias adicionais, para finalização dos documentos da transação. Os recursos oriundos da transação, conforme divulgado pela Renova, serão destinados prioritariamente ao pagamento dos fornecedores e credores do projeto Alto Sertão III.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova e aportes efetuados pela mesma em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente.

Os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras da Renova, da Companhia e de sua controlada Cemig GT para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Proposta vinculante da Cemig apresentada à Renova

Em 27 de março de 2018, a Cemig (controladora da Companhia), apresentou à Renova (controlada em conjunto) uma proposta vinculante referente à aquisição de 100% das ações de emissão da Chipley SP Participações S.A. ("Chipley") detidas pela Renova ou de 51% das ações de emissão da Brasil PCH S.A. detidas pela Chipley.

Tal proposta considera as recentes alterações nas negociações de capitalização da Renova, o interesse da Renova em antecipar receitas provenientes de contratos de compra e venda de energia e visa a execução do Programa de Desinvestimentos da Cemig.

A intenção da Cemig é que a Renova aliene sua participação na Brasil PCH a terceiros ou à própria Cemig ou a quaisquer de suas afiliadas, nos termos da Proposta, de forma a viabilizar o pagamento dos valores devidos à Cemig GT.

A conclusão da Transação, se aceita pela Renova, dependerá ainda de determinadas condições precedentes previstas na proposta e comuns a este tipo de transação.

Diante do exposto, a Cemig GT se declarou impedida de se manifestar nos órgãos de governança da Renova sobre as deliberações relativas à aludida proposta.

Participações na RME e LEPSA

Em 30 de novembro de 2017, a Companhia fez uma aquisição adicional de participação na RME e adquiriu o controle da LEPSA em função do exercício parcial das opções de venda dos demais acionistas, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros e gestão de risco.

Desta forma, em 30 de novembro de 2017, a Cemig adquiriu a totalidade das ações de emissão da Lepsa e a totalidade das ações preferenciais de emissão da RME, detidas pelo BB-BI, pela BV Financeira e pelo Santander, que correspondem ao valor justo de R$185.358, sendo R$147.163 pela LEPSA e R$38.195 pela RME.

A CEMIG, com essa aquisição, aumentou sua participação acionária na RME de 66,27% para 75% do capital social total, mantendo, contudo, a participação de 50% do capital social votante da RME, bem como aumentou sua participação acionária na LEPSA de 66,62% para 100% do capital social votante e total.

Com base nos estudos efetuados, o valor justo do ativo adquirido, resultou num valor justo para as empresas, conforme segue:

LEPSA			RME		
	ATIVO	PASSIVO + PL		ATIVO	PASSIVO + PL
Valor justo do Circulante	4.460	48	Valor justo do Circulante	2.153	42
Valor justo do Circulante	427.819	-	Valor justo do Circulante	427.819	-
Valor Justo do PL	-	432.231	Valor Justo do PL	-	429.930
Total	**432.279**	**432.279**	**Total**	**429.972**	**429.972**

Em função da aquisição do controle da LEPSA, a Cemig fez a mensuração da sua participação original no investimento ao valor justo, sendo registrada uma perda no valor de R$72.352 no resultado do exercício de 2017.

Incorporação da Cemig Telecom

Em 28 de fevereiro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, bem como a Assembleia Geral Extraordinária da Cemig Telecom, aprovaram e autorizaram a incorporação da Cemig Telecom pela Companhia, com efeitos a partir de 31 de março de 2018.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não haverá aumento de capital nem a emissão de novas ações da Companhia. As ações representativas do capital social da referida subsidiária integral serão extintas na Data de Eficácia da Incorporação, promovendo-se os necessários registros contábeis.

Alienação de Units da TAESA

Em novembro de 2017, a Companhia vendeu parte da sua participação na controlada em conjunto TAESA em um certame que levantou R$717,4 milhões. A Companhia alienou 34

milhões de Units de emissão da transmissora ao preço de R$ 21,10 por Unit. Com a venda, a participação da Companhia no capital social da TAESA passou de 31,54% para 21,68%.

A ações vendidas não fazem parte do bloco de controle da investida, sendo assim, a Companhia permanece no bloco de controle da Taesa.

Alienação das Transmineiras para a TAESA

A Cemig concluiu em novembro de 2017 à reestruturação societária envolvendo a transferência para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") das participações acionárias detidas pela Cemig no capital social das seguintes concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica: Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste"), Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste") e Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé") (todas, em conjunto, denominadas "Transmineiras"). O valor recebido pela Companhia nesta operação foi de R$ 56,1 milhões.

17. IMOBILIZADO

Consolidado	2017			2016		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	224.924	(13.652)	211.272	286.368	(7.718)	278.650
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.284.948	(2.051.372)	1.233.576	5.347.448	(3.586.435)	1.761.013
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.116.990	(785.628)	331.362	1.789.111	(1.370.631)	418.480
Máquinas e Equipamentos	2.935.643	(2.062.092)	873.551	4.518.403	(3.347.214)	1.171.189
Veículos	28.816	(25.711)	3.105	28.816	(24.586)	4.230
Móveis e Utensílios	16.109	(12.714)	3.395	15.781	(12.373)	3.408
	7.607.430	**(4.951.169)**	**2.656.261**	**11.985.927**	**(8.348.957)**	**3.636.970**
Em Curso	106.049	-	106.049	138.106	-	138.106
Imobilizado Líquido	**7.713.479**	**(4.951.169)**	**2.762.310**	**12.124.033**	**(8.348.957)**	**3.775.076**

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguara, Miranda e Volta Grande (1)	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2017
Em Serviço							
Terrenos	278.650	-	(60.938)	(507)	(5.933)	-	211.272
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.761.013	-	(440.923)	(4.094)	(85.423)	3.003	1.233.576
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	418.480	39	(68.657)	-	(19.626)	1.126	331.362
Máquinas e Equipamentos	1.171.189	257	(305.231)	(5.591)	(92.358)	105.285	873.551
Veículos	4.230	-	-	-	(1.125)	-	3.105
Móveis e Utensílios	3.408	58	-	-	(350)	279	3.395
	3.636.970	**354**	**(875.749)**	**(10.192)**	**(204.815)**	**109.693**	**2.656.261**
Em Curso	138.106	82.712	(130)	(17.001)	-	(97.638)	106.049
Imobilizado Líquido	**3.775.076**	**83.066**	**(875.879)**	**(27.193)**	**(204.815)**	**12.055**	**2.762.310**

(1) Valores transferidos para a rubrica de ativos financeiros da concessão referentes às usinas Jaguara, Miranda e Volta Grande (mais detalhes na nota explicativa nº 15).

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2016
Em Serviço						
Terrenos	278.609	-	(356)	306	91	278.650
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.830.045	-	(3)	(98.567)	29.538	1.761.013
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	437.311	-	(734)	(23.137)	5.040	418.480
Máquinas e Equipamentos	1.192.099	-	(42.343)	(110.202)	131.635	1.171.189
Veículos	8.082	-	(58)	(2.277)	(1.517)	4.230
Móveis e Utensílios	4.473	-	(4)	(398)	(663)	3.408
	3.750.619	**-**	**(43.498)**	**(234.275)**	**164.124**	**3.636.970**
Em Curso	189.704	119.843	(12.862)		(158.579)	138.106
Imobilizado Líquido	**3.940.323**	**119.843**	**(56.360)**	**(234.275)**	**5.545**	**3.775.076**

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,14% para o ano de 2017 (3,51% em 2016). As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Cemig GT. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcio

A Cemig GT participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Cemig GT no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de Ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2017	31/12/2016
Em serviço				
Usina de Queimado	82,5	4,05	217.109	217.061
Depreciação acumulada	-	-	(90.649)	(90.524)
Total em operação			**126.460**	**126.537**
Em curso				
Usina de Queimado	82,5	-	340	233
Total em construção			**340**	**233**

18. INTANGÍVEIS

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será amortizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível visto que refletem o padrão de consumo esperado do mesmo.

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Consolidado	2017			2016		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(1.990)	9.759	11.749	(1.315)	10.434
Concessão Onerosa	19.169	(11.251)	7.918	19.169	(10.572)	8.597
Ativos de Concessão	17.837.687	(7.402.296)	10.435.391	16.287.763	(7.039.840)	9.247.923
Outros	81.721	(64.533)	17.188	76.864	(59.434)	17.430
	17.950.326	**(7.480.070)**	**10.470.256**	**16.395.545**	**(7.111.161)**	**9.284.384**
Em Curso	685.672	-	685.672	1.535.296	-	1.535.296
Intangível Líquido	**18.635.998**	**(7.480.070)**	**11.155.928**	**17.930.841**	**(7.111.161)**	**10.819.680**

Controladora	Taxa Média de Amortização	2017			2016		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.748)	41	3.789	(3.649)	140
Marcas e Patentes	10%	9	(7)	2	9	(7)	2
		3.798	**(3.755)**	**43**	**3.798**	**(3.656)**	**142**
Em Curso		2.414	-	2.414	1.710	-	1.710
Intangível Líquido		**6.212**	**(3.755)**	**2.457**	**5.508**	**(3.656)**	**1.852**

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguara, Volta Grande e Miranda	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/12/2017
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	10.434	-	-	-	(675)	-	9.759
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	(679)	-	7.918
Ativos de Concessão	9.247.923	-		(10.843)	(637.828)	1.836.139	10.435.391
Outros	17.430	-	(80)	-	(5.771)	5.609	17.188
	9.284.384	**-**	**(80)**	**(10.843)**	**(644.953)**	**1.841.748**	**10.470.256**
Em Curso	1.535.296	1.104.848	-	(8.307)	-	(1.946.165)	685.672
Intangível Líquido - Consolidado	**10.819.680**	**1.104.848**	**(80)**	**(19.150)**	**(644.953)**	**(104.417)**	**11.155.928**

(1) O saldo residual das transferências, referem-se a saldos transferidos para o ativo financeiro.

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa Obrigação Especial (1)	Baixa	Amortização	Transferência (2)	Saldo em 31/12/2016
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	10.434	-	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	9.275	-	-	-	(678)	-	8.597
Ativos de Concessão	8.965.474	5.412	98.236	(31.878)	(593.399)	804.078	9.247.923
Outros	15.290	-	-	-	(5.939)	8.079	17.430
	9.000.473	**5.412**	**98.236**	**(31.878)**	**(600.016)**	**812.157**	**9.284.384**
Em Curso	1.274.631	1.157.466	-	(6.637)	-	(890.164)	1.535.296
Intangível Líquido - Consolidado	**10.275.104**	**1.162.878**	**98.236**	**(38.515)**	**(600.016)**	**(78.007)**	**10.819.680**

(1) A baixa de Obrigação Especial decorre da celebração de contratos de Confissão de Dívida e Reconhecimento de Débito com a Eletrobrás, no montante de R$98.236, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção do Programa Luz Para Todos, com recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à Reserva Global de Reversão (RGR).

(2) O saldo residual das transferências, referem-se a saldos transferidos para o ativo financeiro.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida. Dentre as adições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R$1.142.964 está contemplado R$70.913 (R$142.014 em 2016) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa 21.

A taxa de amortização média anual é de 3,85%. As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos.

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

A Cemig D possui registrado em seu ativo intangível, em 31 de dezembro de 2017, o valor contábil bruto de R$2.367.627 (R$2.242.966 em 31 de dezembro de 2016), referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Cemig D.

19. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Energia de curto prazo - CCEE	468.216	167.860
Encargos de uso da rede elétrica	153.146	78.407
Energia elétrica comprada para revenda	870.654	676.563
Itaipu binacional	240.220	206.827
Gás comprado para revenda	186.401	461.589
Materiais e serviços	424.120	348.347
	2.342.757	**1.939.593**

(1) O saldo a pagar à CCEE refere-se, basicamente, ao risco hidrológico de quotas Itaipu. O aumento do saldo a pagar, em função do risco hidrológico assim como das CCEAR's, está associado ao cenário hidrológico desfavorável.

(2) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da ANEEL

(3) (3) Em 2017 a Companhia registrou um aumento nas despesas com energia em função do maior custo da energia no mercado atacadista, decorrente do baixo nível dos reservatórios, com a menor produção de energia pelas usinas hidroelétricas.

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
ICMS (I)	496.916	501.535	-	-
COFINS	126.065	128.030	2.484	32.332
PASEP	27.154	27.701	484	6.987
INSS	19.522	24.865	1.913	1.933
Outros	34.915	111.456	960	42.382
	704.572	**793.587**	**5.841**	**83.634**
Não Circulante				
COFINS (II)	24.216	594.866	-	-
PASEP (II)	3.983	129.056	-	-
	28.199	**723.922**	**-**	**-**
	732.771	**1.517.509**	**5.841**	**83.634**
Valores a serem restituídos a consumidores				
Não circulante				
PASEP/COFINS (II)	1.087.230	-	-	-
	1.087.230			

(I) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Em 2017 as controladas Cemig D e Cemig GT aderiram ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Cemig D ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015. O PRCT da Cemig D, no montante de R$557.673, líquido da redução dos juros e multas em 90%, será liquidado em 06 (seis) parcelas sucessivas, atualizadas pela taxa de 50% da Selic.

Até 31 de dezembro de 2017 a Cemig D quitou 03 (três) parcelas no montante de R$281.877 restando um saldo de R$282.876 a ser quitado até março de 2018.

A questão tributária que implicou na adesão da Cemig GT ao PRCT está relacionada ao recolhimento de ICMS relativo às operações de transferências de energia recebida de Consórcio, onde existia entendimento divergente da autoridade tributária em relação ao momento do recolhimento. O montante de R$29.951, líquido da redução de 95% nos juros e multas, foi liquidado à vista em 31 de outubro de 2017.

Os efeitos da adesão ao PRCT, no montante total de R$594.704, foram reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas contoladas possuíam em aberto ICMS a recolher no montante de R$214.040 oriundo das suas operações.

(II) Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base dessas contribuições. As controladas Cemig D e Cemig GT obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuarem a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos as controladas adotaram os seguintes procedimentos:

- A Cemig GT reverteu a provisão no montante de R$101.233, com efeito no lucro líquido do exercício de 2017, registrada como reversão de deduções à receita.

- A Cemig D, realizou a baixa dos passivos relativos a essas contribuições e constituiu um passivo junto a seus consumidores no montante R$1.087.230, que equivale ao valor atualizado dos depósitos judiciais realizados, no montante de R$1.110.376, líquido dos PASEP/COFINS incidente sobre a sua receita de atualização no montante de R$23.146 Esse passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica, mantendo a neutralidade tarifária. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo levantamento do depósito judicial e eventual definição de mecanismos pela ANEEL. O efeito líquido oriundo dos registros em questão no resultado do exercício foi nulo.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	2017	2016
Circulante		
Imposto de Renda	88.152	18.380
Contribuição Social	27.144	8.486
	115.296	**26.866**

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				2017			2016
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78	EURO	4.178	205	4.383	7.416
Eurobonds	2024	9,25%	USD	25.149	3.308.000	3.333.149	-
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US$	1.455	21.478	22.933	23.049
(-) Custos de Transação				-	(15.400)	(15.400)	-
(-) Juros Pagos Antecipadamente				-	(47.690)	(47.690)	-
Dívida em Moeda Estrangeira				**30.782**	**3.266.593**	**3.297.375**	**30.465**
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R$	-	-	-	72.549
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R$	-	-	-	150.683
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R$	-	-	-	50.683
Banco do Brasil S.A.	2021	140,00% do CDI	R$	1.100	741.264	742.364	1.156.368
Banco do Brasil S.A.	2022	146,50% do CDI	R$	193	500.000	500.193	510.289
BNDES	2017	TJLP + 2,34	R$	-	-	-	74.095
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R$	8.346	-	8.346	108.792
Caixa Econômica Federal	2022	146,50% do CDI	R$	1.165	625.502	626.667	697.800
Eletrobrás	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R$	16.619	33.170	49.789	68.043
Grandes Consumidores	2024	Diversas	R$	1.965	2.339	4.304	6.317
FINEP	2018	TJLP+5 e TJLP+8	R$	2.359	-	2.359	5.505
Consórcio Pipoca	2018	IPCA	R$	185	-	185	185
Nota Promissória - 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R$	-	-	-	674.196
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90	R$	121.470	-	121.470	122.596
SONDA (2)	2021	110,00% do CDI	R$	-	41.993	41.993	83.238
(-) Custos de Transação				(2.477)	(23.958)	(26.435)	(52.627)
Dívida em Moeda Nacional				**150.925**	**1.920.310**	**2.071.235**	**3.728.712**
Total de Empréstimos e Financiamento				**181.707**	**5.186.903**	**5.368.610**	**3.759.177**
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2017	CDI + 0,90	R$	-	-	-	543.214
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2019	IPCA + 6,00	R$	157.866	143.199	301.065	293.153
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2022	IPCA + 6,20	R$	50.766	959.436	1.010.202	983.679
Debêntures 1ª Série 5ª Emissão (3)	2018	CDI + 1,70	R$	703.021	-	703.021	1.411.295
Debêntures 1ª Série 6ª Emissão (3)	2018	CDI + 1,60	R$	507.692	-	507.692	1.040.715
Debêntures 2ª Série 6ª Emissão (3)	2020	IPCA + 8,07	R$	1.107	30.986	32.093	31.223
Debêntures 1ª Série 7ª Emissão (3)	2021	140,00% do CDI	R$	47.319	1.636.238	1.683.557	2.241.592
Debêntures 2ª Emissão (4)	2017	IPCA + 7,96	R$	-	-	-	235.136
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (4)	2018	CDI + 0,69%	R$	447.114	-	447.114	464.072
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (4)	2021	IPCA + 4,70%	R$	59.337	1.477.810	1.537.147	1.496.274
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (4)	2025	IPCA + 5,10%	R$	38.409	881.788	920.197	895.829
Debêntures Série Única 4ª Emissão (4)	2018	CDI + 4,05	R$	20.008	-	20.008	1.626.851
Debêntures Série Única 5ª Emissão (4)	2022	146,50% do CDI	R$	1.220	1.575.000	1.576.220	-
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R$	100.328	-	100.328	100.629
Debêntures (5)	2018	CDI + 0,74	R$	33.350	-	33.350	66.706
Debêntures (5)	2022	TJLP+1,82 (75%) e Selic+1,82 (25%)	R$	33.070	122.307	155.377	133.502
Debêntures (5)	2019	116,50% do CDI	R$	330	50.000	50.330	-
Debêntures (2)	2019	128,50% do CDI	R$	15.352	11.200	26.552	-
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (6)				(25.492)	-	(25.492)	(64.528)
(-) Custos de Transação				(1.953)	(47.721)	(49.674)	(79.239)
Total de Debêntures				**2.188.844**	**6.840.243**	**9.029.087**	**11.420.103**
Total Geral Consolidado				**2.370.551**	**12.027.146**	**14.397.697**	**15.179.280**

(1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R$149.169, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R$126.236. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Cemig Telecom;

(3) Cemig Geração e Transmissão;

(4) Cemig Distribuição;

(5) Gasmig;

(6) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide Nota explicativa nº 30.

Notas Explicativas

A Melhor Energia do Brasil.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2017, é garantido da seguinte forma:

	31/12/2017
Nota Promissória, Aval e Fiança	8.849.765
Recebíveis	3.962.696
Ações	1.389.712
Sem Garantia	195.524
TOTAL	**14.397.697**

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Moedas									
Euro	4.178	205	-	-	-	-	-	-	4.383
Dólar Norte-Americano	26.604	-	-	-	-	-	3.329.478	-	3.356.082
Total por Moedas	**30.782**	**205**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.329.478**	**-**	**3.360.465**
Indexadores									
IPCA (1)	307.670	646.372	819.783	819.068	546.655	220.447	220.447	220.447	3.800.889
UFIR/RGR (2)	16.619	12.910	11.210	3.407	3.264	2.379	-	-	49.789
CDI (3)	1.990.784	1.043.836	1.164.970	1.570.827	1.432.141	-	-	-	7.202.558
URTJ/TJLP (4)	27.161	22.965	23.111	22.777	22.877	-	-	-	118.891
IGP-DI (5)	1.965	383	612	54	516	516	258	-	4.304
Total por Indexadores	**2.344.199**	**1.726.466**	**2.019.686**	**2.416.133**	**2.005.453**	**223.342**	**220.705**	**220.447**	**11.176.431**
(-) Custos de Transação	(4.430)	(14.661)	(18.654)	(22.468)	(15.296)	(200)	(15.600)	(200)	(91.509)
(-) Juros Pagos Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	(47.690)	-	(47.690)
Total Geral	**2.370.551**	**1.712.010**	**2.001.032**	**2.393.665**	**1.990.157**	**223.142**	**3.486.893**	**220.247**	**14.397.697**

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
(4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
(5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada em 2017	Variação % Acumulada em 2016	Indexador	Variação % Acumulada em 2017	Variação % Acumulada em 2016
Dólar Norte-Americano	1,50	(16,54)	IPCA	2,95	6,29
Euro	15,41	(19,10)	CDI	9,93	14,06

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**15.166.537**
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	5.878.054
Custos de Transação	(141.278)
Financiamentos Obtidos líquidos	**5.736.776**
Variação Monetária e Cambial	230.859
Encargos Financeiros Provisionados	2.002.010
Amortização do Custo de Transação	68.401
Encargos Financeiros Pagos	(2.369.244)
Amortização de Financiamentos	(5.591.531)
Subtotal	**15.243.808**
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	(64.528)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**15.179.280**
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	3.363.244
Custos de Transação (1)	(16.292)
Juros Pagos Antecipadamente (1)	(48.097)
Financiamentos Obtidos líquidos	**3.298.855**
Custos de transação (2)	(10.971)
Variação Monetária e Cambial	165.378
Encargos Financeiros Provisionados	1.537.221
Amortização do Custo de Transação	66.856
Amortização dos Juros Pagos Antecipadamente	406
Encargos Financeiros Pagos	(1.746.950)
Amortização de Financiamentos	(4.131.411)
Subtotal	**14.358.664**
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	39.033
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**14.397.697**

(1) Inclui tributos que não tiveram efeito caixa, no montante de R$9.573.

(2) Custos de transação decorrentes da 5ª emissão de debêntures da Cemig D, conforme quadro de captações de recursos abaixo.

Encargos Capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

As controladas Cemig D e Gasmig transferiram para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	1.604.483	2.070.411
Encargos Financeiros no Intangível	(70.913)	(142.014)
Efeito Líquido no Resultado	**1.533.570**	**1.928.397**

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos, cujos custos foram transferidos para as obras em andamento, corresponderam a 14,28% em 31 de Dezembro de 2017 e 18,02% no mesmo período de 2016.

Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2017 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
Moeda Estrangeira				
Eurobonds	05/12/2017	2024	9,25%	3.252.374
(-) Custos de Transação (*)				(15.530)
Juros Pagos Antecipadamente (*)				(48.097)
Moeda Nacional				
Debêntures (1)	04/11/2013	2022	CDI + 0,74	33.870
Debêntures (2)	22/04/2017	2019	128,50% do CDI	26.238
Debêntures Série Única 5ª Emissão (3)	14/12/2017	2022	146,50% do CDI	1.575.000
(-) Custos de Transação (3)				(10.971)
Total de Captações				**4.812.884**

(*) Inclui tributos que não tiveram efeito caixa, no montante de R$9.573.

(1) Subscrição de Debêntures pelo BNDESPAR da a 4ª Emissão da Gasmig em junho de 2017 com finalidade de dar apoio ao plano de investimentos em expansão da rede de distribuição de gás.

(2) A Cemig Telecom concluiu a sua 2ª Emissão de Debêntures simples em maio de 2017, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, com finalidade de rolagem de dívida e reforço de caixa.

(3) Em 14 de dezembro de 2017, foi emitida a 5ª emissão de debêntures simples, com o prazo de vigência de 4,5 anos, remuneração anual de 146,50% do CDI que será amortizada em 36 parcelas mensais vincendas a partir de julho de 2019. A integralização das Debêntures da 5ª emissão foi realizada mediante dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, não havendo assim, efeito no caixa da Companhia.

Emissão de Eurobonds

Em dezembro de 2017, a Cemig GT emitiu Eurobonds no mercado internacional, no montante de US$1 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a.. A emissão, com prazo de 7 anos, vencerá em dezembro de 2024, havendo a opção de um pré-pagamento, sem prêmio, a partir de quando a emissão completar 6 anos. A emissão, que conta com a garantia fidejussória da Companhia, foi utilizada para amortizar a dívida de curto prazo existente. A emissão contou com um rating “B” atribuído pela Fitch e pela Standard&Poors. Com o objetivo de se proteger da variação cambial, a Cemig GT realizou a liquidação financeira da emissão, em 05 de dezembro de 2017, concomitantemente com a contratação de uma operação de hedge, ao custo de 150,5% da variação do CDI, para o valor total, incluindo os juros, através de uma combinação de Swap dos juros mais Call Spread do principal (em que a Cemig GT admite estar protegida até uma determinada cotação). A Escritura da emissão prevê cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de covenants há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os covenants foram definidos seguindo o padrão de covenants para emissões High Yield, os quais deixarão de ser aplicados se e quando a Cemig GT se tornar “investment grade” no conceito de duas agências de rating.

Debêntures

As debêntures de emissão das controladas são do tipo "simples", não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Cemig GT - 1ª Série - 3ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,90	2017	-	543.214
Cemig GT - 2ª Série - 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,00	2019	301.065	293.153
Cemig GT - 3ª Série - 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,20	2022	1.010.202	983.679
Cemig GT - 1ª Série - 5ª Emissão	Quirografária	CDI + 1,70	2018	703.021	1.411.295
Cemig GT - 1º Série - 6ª Emissão	Fiança	CDI + 1,60	2018	507.692	1.040.715
Cemig GT - 2º Série - 6ª Emissão	Fiança	IPCA + 8,07	2020	32.093	31.223
Cemig GT - 1ª Série - 7ª Emissão	Recebíveis (Receita)	140,00% do CDI	2021	1.683.557	2.241.592
Cemig D - 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	-	235.136
Cemig D - 1º série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	447.114	464.072
Cemig D - 2º série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.537.147	1.496.274
Cemig D - 3º série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	920.197	895.829
Cemig D - Série Única - 4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	2018	20.008	1.626.851
Cemig D - Série Única - 5ª Emissão	Fiança/ Recebíveis	146,50% do CDI	2022	1.576.220	-
Gasmig	Quirografária	CDI + 1,60	2018	100.328	100.629
Gasmig	Quirografária	CDI + 0,74	2018	33.350	66.706
Gasmig	Quirografária	TJLP+1,82(75%) e Selic+1,82(25%)	2022	155.377	133.502
Gasmig	Quirografária	116,50% do CDI	2019	50.330	-
Cemig Telecom	Recebíveis	128,50% do CDI	2019	26.552	-
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas				(25.492)	(64.528)
(-) Custos de Transação				(49.674)	(79.239)
TOTAL				**9.029.087**	**11.420.103**

Para as debêntures emitidas pela controladas, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou da Companhia, superior a R$50 milhões ("*cross default*").

Cláusulas Contratuais Restritivas - "*Covenants*"

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas ("*Covenants*") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo Banco do Brasil Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral
7ª emissão de debêntures Cemig GT (2)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral
Eurobonds Cemig GT (3)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 31/12/2017 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 31/12/2017 5,0 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral
Cédula de Crédito Bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e 5ª Emissão de Debêntures Cemig D (4)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos) Índice de Liquidez Corrente	Manter índice igual ou inferior a: 7,5 em 31/12/2017 7,5 em 30/06/2018 4,5 em 31/12/2018 3,8 em 30/06/2019 3,8 em 31/12/2019 3,3 em 30/06/2020 3,3 em 31/12/2020 3,3 em 30/06/2021 3,3 em 31/12/2021 em diante 0,6x em 31/12/2017 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 31/12/2017 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante 0,6x em 31/12/2017 em diante	Semestral
Debêntures GASMIG (5)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	Anual

(1) Foi incorporada às cláusulas de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo da Cemig GT junto ao Banco do Brasil S.A., a exigibilidade de cumprimento de índice financeiro semelhante ao índice exigido pela 7ª emissão de debêntures, mediante aditivos contratuais;
(2) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R$2.240 milhões;
(3) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant "de manutenção" de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant "de incorrência" de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x;
(4) As Cédulas de Crédito Bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal foram aditadas em dezembro de 2017 e passaram a exigir Covenants semestrais conforme descrito acima. A 5ª Emissão de Debêntures foi emitida com exigibilidade de cumprimento dos Covenants;
(5) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual e semestral foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Créditos junto à Eletrobras (1)	-	48.379
Passivo		
Reserva Global de Reversão - RGR	36.591	34.659
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	206.022	189.330
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.154	2.877
Eficiência Energética	223.768	287.571
Pesquisa e Desenvolvimento	233.396	233.560
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.696	2.724
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.066	5.146
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	6.612	7.720
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	15.172	23.404
Encargo de Capacidade Emergencial	30.997	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	16	17.224
	762.490	**835.211**
Passivo Circulante	**512.673**	**380.586**
Passivo Não Circulante	**249.817**	**454.625**

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à Reserva Global de Reversão - RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor excedente pago, a ser compensado com RGR a pagar. Conforme determinação da ANEEL a gestão da RGR ficava a cargo da ELETROBRÁS.

23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um

benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2017.

Foi reconhecida pela Companhia e suas controladas obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R$720.498 em 31 de dezembro de 2017 (R$787.003 em 31 de dezembro de 2016). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Cemig e suas controladas Cemig D e Cemig GT e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas Cemig D e Cemig GT em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R$283.291, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE).

Em fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Cemig autorizou a celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da FORLUZ. O montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R$99.176, através de 167 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	10.545.473	1.809.441	38.505	269.880	12.663.299
Valor Justo dos Ativos do Plano	(8.546.329)	-	-	-	(8.546.329)
Passivo Líquido inicial	**1.999.144**	**1.809.441**	**38.505**	**269.880**	**4.116.970**
Ajuste ao Teto de Ativo (*Asset Ceiling*)	69.211	-	-	-	69.211
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**2.068.355**	**1.809.441**	**38.505**	**269.880**	**4.186.181**

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Notas Explicativas

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2015	**8.048.867**	**1.323.516**	**30.090**	**553.377**	**9.955.850**
Custo do Serviço Corrente	5.372	8.520	194	2.628	16.714
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	1.013.091	173.886	3.953	72.252	1.263.182
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(920)	-	-	53	(867)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.253.472	390.951	8.806	174.832	1.828.061
Decorrentes de ajustes com base na experiência	230.666	(86.909)	(3.422)	21.608	161.943
	1.483.218	304.042	5.384	196.493	1.989.137
Benefícios Pagos	(806.990)	(99.177)	(2.072)	(10.829)	(919.068)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2016	**9.743.558**	**1.710.787**	**37.549**	**813.921**	**12.305.815**
Custo do Serviço Corrente	4.480	11.268	264	3.760	19.772
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	979.746	177.994	3.908	84.869	1.246.517
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	190.523	-	-	20	190.543
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	414.980	65.515	1.699	54.207	536.401
Decorrentes de ajustes com base na experiência	53.054	(43.507)	(2.485)	(59.593)	(52.531)
	658.557	22.008	(786)	(5.366)	674.413
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(619.297)	(619.297)
Benefícios Pagos	(840.868)	(112.616)	(2.430)	(8.007)	(963.921)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2017	**10.545.473**	**1.809.441**	**38.505**	**269.880**	**12.663.299**

A Companhia e suas controladas realizaram modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%. As alterações mencionadas implicaram em uma redução de R$619.297 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	**6.702.479**
Retorno real dos investimentos	2.105.599
Contribuições do Empregador	127.163
Benefícios pagos	(806.990)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016	**8.128.251**
Retorno real dos investimentos	1.099.507
Contribuições do Empregador	159.439
Benefícios pagos	(840.868)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017	**8.546.329**

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2017 e 2016 são como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	4.480	11.268	264	3.760	19.772
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	979.746	177.994	3.908	84.869	1.246.517
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(810.265)	-	-	-	(810.265)
Custo do serviço passado	-	-	-	(619.297)	(619.297)
Despesa (Recuperação de Despesa) Total em 2017 conforme cálculo atuarial	**173.961**	**189.262**	**4.172**	**(530.668)**	**(163.273)**

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	5.372	8.520	194	2.628	16.714
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	1.013.091	173.886	3.953	72.252	1.263.182
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(832.741)	-	-	-	(832.741)
Despesa Total em 2016 conforme cálculo atuarial	**185.722**	**182.406**	**4.147**	**74.880**	**447.155**

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	**199.183**	**74.034**	**1.958**	**28.016**	**303.191**
Despesa Reconhecida no Resultado	27.756	10.138	275	3.775	41.944
Contribuições Pagas	(6.255)	(6.116)	(131)	(612)	(13.114)
Perdas atuariais (*)	37.249	17.599	350	10.245	65.443
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	**257.933**	**95.655**	**2.452**	**41.424**	**397.464**
Despesa Reconhecida no Resultado	27.119	10.437	276	4.653	42.485
Contribuições Pagas	(7.846)	(7.101)	(157)	(361)	(15.465)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(29.788)	(29.788)
Perdas (ganhos) atuariais (*)	56.278	12.577	88	(4.142)	64.801
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	**333.484**	**111.568**	**2.659**	**11.786**	**459.497**

	2017	2016
Passivo Circulante	12.974	11.143
Passivo Não Circulante	446.523	386.321

(*) Reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	**1.346.388**	**1.323.516**	**30.090**	**553.377**	**3.253.371**
Despesa Reconhecida no Resultado	185.722	182.406	4.147	74.880	447.155
Contribuições Pagas	(127.163)	(99.177)	(2.072)	(10.829)	(239.241)
Perdas atuariais (*)	274.207	304.042	5.384	196.493	780.126
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	**1.679.154**	**1.710.787**	**37.549**	**813.921**	**4.241.411**
Despesa Reconhecida no Resultado	173.961	189.262	4.172	88.629	456.024
Contribuições Pagas	(159.439)	(112.616)	(2.430)	(8.007)	(282.492)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(619.297)	(619.297)
Perdas (ganhos) atuariais (*)	374.679	22.008	(786)	(5.366)	390.535
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	**2.068.355**	**1.809.441**	**38.505**	**269.880**	**4.186.181**

	2017	2016
Passivo Circulante	231.894	198.867
Passivo Não Circulante	3.954.287	4.042.544

(*) Reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R$390.637 (R$344.559 em 2016), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R$65.387 (R$102.596 em 2016). Além disso, devido às alterações no seguro de vida, foi reconhecida uma recuperação de despesa no resultado de 2017 no montante de R$619.297.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2018 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.522	9.702	231	1.592	15.047
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	959.279	172.621	3.581	25.448	1.160.929
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(770.865)	-	-	-	(770.865)
Despesa Total em 2018 conforme laudo atuarial	**191.936**	**182.323**	**3.812**	**27.040**	**405.111**

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2018 é como segue:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	874.503	117.121	2.527	8.367	1.002.518

A Companhia e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2018 no montante de R$165.817 para amortização de déficit do Plano A e de R$85.509 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,28	11,55	13,68	13,68	11,55

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2017	2016
Ações de empresas brasileiras	6,63%	3,84%
Títulos de Renda Fixa	74,12%	74,96%
Imóveis	8,05%	8,14%
Outros	11,20%	13,06%
Total	**100,00%**	**100,00%**

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2017	2016
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora e Controladas	363.616	397.443
Ações emitidas pela Patrocinadora	9.826	6.642
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	725.000	710.000
	1.098.442	**1.114.085**

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2017	2016
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,48%	10,50%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,48%	10,50%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,00%	4,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,08%	6,59%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 D10%	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não adotada	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017:

Efeitos na obrigação de benefício definido - consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	273.203	35.702	599	(15.929)	293.575
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	-	-	-	15.251	15.251
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	1.103.406	243.821	4.979	42.539	1.394.745

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

24. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Notas Explicativas

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	2017
Trabalhistas	349.273	210.129	(3.524)	(82.004)	473.874
Cíveis					
Relações de Consumo	14.741	21.549	(1.704)	(15.954)	18.632
Outras ações cíveis	40.443	9.824	(2.471)	(4.691)	43.105
	55.184	**31.373**	**(4.175)**	**(20.645)**	**61.737**
Tributárias	69.922	8.346	(2.546)	(18.674)	57.048
Ambientais	39	6	-	-	45
Regulatórias	43.100	14.818	(17.225)	(881)	39.812
Societárias	239.445	-	(239.445)	-	-
Outras	58.054	13.797	(19.349)	(6.905)	45.597
Total	**815.017**	**278.469**	**(286.264)**	**(129.109)**	**678.113**

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	2016
Trabalhistas	289.841	124.706	(4.811)	(60.463)	349.273
Cíveis					
Relações de Consumo	17.378	14.779	(2.640)	(14.776)	14.741
Outras ações cíveis	28.792	18.116	(114)	(6.351)	40.443
	46.170	**32.895**	**(2.754)**	**(21.127)**	**55.184**
Tributárias	69.014	2.981	(1.310)	(763)	69.922
Ambientais	60	39	(60)	-	39
Regulatórias	45.180	2.633	(2.702)	(2.011)	43.100
Societárias	268.953	-	(29.508)	-	239.445
Outras	35.355	35.560	(3.920)	(8.941)	58.054
Total	**754.573**	**198.814**	**(45.065)**	**(93.305)**	**815.017**

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	2017
Trabalhistas	34.928	16.641	(3.016)	(9.950)	38.603
Cíveis					-
Relações de Consumo	1.435	45	(411)	(45)	1.024
Outras ações cíveis	3.238	301	(2.359)	(222)	958
	4.673	**346**	**(2.770)**	**(267)**	**1.982**
Tributárias	8.869	3.093	(1.732)	(2.757)	7.473
Regulatórias	21.614	-	(7.655)	-	13.959
Societárias	239.445	-	(239.445)	-	-
Outras	466	1.314	(77)	(526)	1.177
Total	**309.995**	**21.394**	**(254.695)**	**(13.500)**	**63.194**

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	2016
Trabalhistas	29.169	12.505	-	(6.746)	34.928
Cíveis					
Relações de Consumo	3.294	14	(1.863)	(10)	1.435
Outras ações cíveis	1.289	2.181	(114)	(118)	3.238
	4.583	2.195	(1.977)	(128)	4.673
Tributárias	10.306	416	(1.172)	(681)	8.869
Regulatórias	21.696	89	(88)	(83)	21.614
Societárias	268.953	-	(29.508)	-	239.445
Outras	427	78	(14)	(25)	466
Total	**335.134**	**15.283**	**(32.759)**	**(7.663)**	**309.995**

A Administração da Companhia e suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$1.854.257 (R$1.543.946 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R$473.874 foram provisionados (R$349.273 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R$56.017 (R$33.178 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R$18.632 (R$14.741 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R$218.455 (R$227.043 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R$43.105 (R$40.443 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$159.109 (R$200.437 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R$43.970 foram provisionados (R$57.020 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R$121.948 (R$94.936 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R$13.078 foram provisionados (R$12.902 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$68.097 (R$34.031 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R$45 foram provisionados (R$39 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$222.434 (R$235.886 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R$39.812 (R$43.100 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

A Administração da Companhia desenvolveu tratativas com o Governo do Estado de Minas Gerais e obteve as aprovações requeridas por seus órgãos de governança para, em 25 de outubro de 2017, assinar Termo de Reconhecimento de Débitos junto ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do qual o Estado se comprometeu a devolver à Companhia o montante total depositado, atualizado monetariamente pelo IGP-M. Diante deste novo cenário, a probabilidade de perda dessa discussão foi reavaliada para remota, e desta forma a Companhia reverteu a provisão de R$239.445, face a inexistência de expectativa de desembolso de caixa futuro para liquidar a obrigação até então provisionada. Mais detalhes na nota nº 12.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R$31.987 (R$28.389 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas são partes em processo onde se discute a remoção de moradores em áreas de acesso ou sob as torres de linha de transmissão. A probabilidade de perda foi reavaliada para remota uma vez que, em ação semelhante, o judiciário julgou improcedente o pedido do Ministério Público. Em 31 de dezembro de 2016 o valor provisionado era de R$21.407.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$170.158 (R$157.952 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R$13.655 foram provisionados (R$8.297 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$121.834, que atualizado representa o valor de R$267.432 (R$255.127 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$311.138 (R$290.216 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxilio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$1.647.343 (R$1.509.940 em 31 de dezembro de 2016. A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na análise dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas conroladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R$274.836 (R$317.032 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Diante do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R$576.386 (R$535.465 em 31 de dezembro de 2016), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R$212.393 (R$197.911 em 31 de dezembro de 2016), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$322.196 (R$279.914 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercardorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discutia suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015.

Os processos foram baixados tendo em vista a adesão da Companhia ao PRCT – Plano de Regularização de Créditos Tributários, do Estado de Minas Gerais, o qual incluiu a quitação dos valores envolvidos nestes processos. O montante da contingência era de R$82.130 em 31 de dezembro de 2016.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia e suas controladas acreditam ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R$1.224.274 (R$1.304.705 em 31 de dezembro de 2016), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$287.515 (R$263.847 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Cemig GT classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a mesma possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética
A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$201.586 (R$182.232 em 31 de dezembro de 2016). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Cemig GT concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$275.458 (R$253.731 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Cemig D e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico.

Em decorrência de decisão favorável à Cemig D, contra a qual não houve recurso, o processo foi baixado (em 31 de dezembro de 2016 o valor da ação era R$316.675).

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Civis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R$126.664 (R$112.704 em 31 de dezembro de 2016).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$79.378 (R$73.169 em 31 de dezembro de 2016).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$397.897 (R$390.307 em 31 de dezembro de 2016) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R$261.281 (R$236.703 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a controladora é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$79.985 (R$71.396 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Cemig D é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R$26.149 (R$25.650 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R$220.142 (R$175.839 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Capital Social da Companhia é de R$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R$5,00, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 2017					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	-	-	214.414.739	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	4.860.228	1	4.916.931	1
FIA Dinâmica Energia S.A.	41.635.754	10	62.469.590	7	104.105.344	8
Outros						
No País	110.343.209	26	237.174.007	28	347.517.216	27
No Exterior	54.314.303	13	533.573.121	64	587.887.424	47
Total	**420.764.708**	**100**	**838.076.946**	**100**	**1.258.841.654**	**100**

Acionistas	Quantidade de Ações em 2016					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	-	-	214.414.739	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	10.418.812	1	10.475.515	1
AGC Energia S.A.	138.700.848	33	42.671.763	5	181.372.611	15
Outros						
No País	58.127.167	14	179.358.041	21	237.485.208	18
No Exterior	9.465.251	2	605.628.330	73	615.093.581	49
Total	**420.764.708**	**100**	**838.076.946**	**100**	**1.258.841.654**	**100**

(a) Lucro por ação

Considerando o aumento de capital descrito em maiores detalhes na letra “e” desta nota explicativa, o cálculo do lucro básico e diluído considera as novas ações potencialmente subscritas, como segue:

Quantidade de ações	2017	2016
Ações ordinárias já capitalizadas	420.764.708	420.764.708
Ações ordinárias a serem capitalizadas	66.849.505	-
Ações em Tesouraria	(69)	(69)
	487.614.144	420.764.639
Ações preferenciais já capitalizadas	838.076.946	838.076.946
Ações preferenciais a serem capitalizadas	133.061.442	-
Ações em Tesouraria	(560.649)	(560.649)
	970.577.739	837.516.297
Total	**1.458.191.883**	**1.258.280.936**

Lucro Básico por ação

As ações preferenciais da Companhia tem direito a um dividendo mínimo obrigatório, conforme demonstrado em maiores detalhes no ítem “c”.

Notas Explicativas

O cálculo do lucro básico por ação é como segue:

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	1.000.954	334.334
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício (item c)	485.569	203.986
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	333.119	86.760
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	818.688	290.746
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	14.908	-
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	167.358	43.588
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	182.266	43.588
Luro básico por ação preferencial (A/nº ações preferenciais)	0,84	0,35
Lucro básico por ação ordinária (B/nº ações ordinárias)	0,37	0,10

Lucro Diluído por ação

As opções de compra e venda de ações de investidas, descritas em maiores detalhes na nota explicativa nº 30, tem potencial de diluição das ações da Companhia. Seguem abaixo o cálculo do lucro diluído por ação:

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	1.000.954	334.334
Total lucro básico para as ações preferenciais	818.688	290.746
Efeito dilutivo referente a opção - RME/LEPSA	-	(21.627)
Efeito dilutivo referente a opção - Ativas	-	(4.682)
Lucro diluído para as ações preferenciais (C)	818.688	264.437
Total lucro do ano para as ações ordinárias (B)	182.266	43.588
Efeito dilutivo referente a opção - RME/LEPSA	-	(10.866)
Efeito dilutivo referente a opção - Ativas	-	(2.352)
Lucro diluído para as ações ordinárias (D)	182.266	30.370
Luro diluído por ação preferencial (C/nº ações preferenciais)	0,84	0,32
Lucro diluído por ação ordinária (D/nº ações ordinárias)	0,37	0,07

Acordo de Acionistas

Em 01 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Minas Gerais assinou com a AGC Energia S.A. um Acordo de Acionistas, com interveniência e anuência do BNDES Participações S.A. com vigência de quinze anos. O acordo mantinha o Estado de Minas Gerais como controlador hegemônico, isolado e soberano da Companhia e atribuia à AGC Energia algumas prerrogativas com a finalidade de contribuir para a continuidade do crescimento sustentável da Companhia, dentre outras disposições. Em 7 de setembro de 2017, o acordo de acionistas foi unilateralmente resilido pela AGC Energia.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Capital e Ações em Tesouraria	2017	2016
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	1.924.503	**1.924.503**

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros	2017	2016
Reserva Legal	853.018	853.018
Reserva Estatutária	57.215	57.214
Reserva de Retenção de Lucros	3.340.949	2.812.943
Reserva de Incentivos Fiscais	57.546	56.834
Reserva Obrigatória Dividendo não Distribuído	1.419.846	1.419.846
	5.728.574	**5.199.855**

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos previstos para o exercício de 2018. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu, para as controladas Cemig D e GT, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo registrado no resultado foi de R$945 em 2017 (R$7.068 em 2016), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O valor da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2017 monta R$57.546 (R$56.834 em 31 de dezembro de 2016). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

(c) Dividendos

Reserva de dividendos obrigatórios não distribuído

	31/12/2017
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	1.419.846

Estes dividendos foram retidos no Patrimônio Líquido, nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Dividendos ordinários

Do Lucro Líquido do Exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

As ações do Capital Social da Cemig emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Companhia, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Considerando que na proposta de aumento de capital aprovada pela Assembleia em 26/10/2017 foi deliberado que as ações subscritas, descritas em maiores detalhes na letra "e" desta nota explicativa, fazem jus integralmente a todos os benefícios, inclusive dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia, os cálculos dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas já considera a capitalização integral das novas ações preferenciais originadas do processo de aumento de capital, a ser apurado e calculado de forma efetiva quando da Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada com a finalidade de homologação do aumento de capital.

Dessa forma, o cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, conforme mencionado no parágrafo anterior, está demonstrado a seguir:

	Controladora	Controladora
	2017	2016
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais		
Valor Nominal das Ações Preferenciais já capitalizadas	4.190.385	4.190.385
Valor Nominal das Ações Preferenciais a serem capitalizadas	665.307	-
	4.855.692	4.190.385
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	485.569	419.039
Valor do Patrimônio Líquido	14.325.986	12.930.281
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (liquido de ações em tesouraria)	66,58%	66,58%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	9.538.241	8.608.981
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	286.147	258.269
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	485.569	419.039
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	1.000.954	334.334
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	500.477	167.167

Em 2017, os dividendos estatutários mínimos obrigatórios para as ações preferenciais, demonstrados na tabela acima, são de R$485.569.

Destinação do Resultado de 2017 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 30 de abril de 2018, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2017, no montante de R$1.000.954 e do saldo de realização de lucros acumulados de R$28.242:

- R$485.569 sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas aos acionistas portadores de ações preferenciais, fazendo jus os acionistas de ações preferenciais que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;

- R$14.908 sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas aos acionistas portadores de ações ordinárias, fazendo jus os acionistas de ações preferenciais que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;

- R$528.007 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2017, conforme orçamento de capital.
- R$712 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2017 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

(d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	2017	2016
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(234.519)	(169.719)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	638.517	685.339
Variação de valor justo de ativo financeiro disponível para venda de controlada em conjunto	139	38.273
Ajustes de Conversão de Balanço	398	398
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(1.241.144)	(1.042.663)
Instrumentos Financeiros de Hegde de Fluxo de Caixa	87	87
	(602.003)	(318.566)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	**(836.522)**	**(488.285)**

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

(e) Proposta de aumento de capital na Cemig

Em 26 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) deliberaram aprovar por unanimidade a proposta do Conselho de Administração referente ao aumento de capital da Companhia no valor de R$1 bilhão, mediante a emissão de até 199.910.947 novas ações, com valor nominal de R$5,00 cada, sendo até 66.849.505 ordinárias e até 133.061.442 preferenciais, ao preço de R$6,57 por ação;

Todas as ações resultantes da citada subscrição farão jus aos mesmos direitos concedidos às ações da mesma classe que originaram o aumento do capital, que será realizado por meio de subscrição particular e será dada preferência aos atuais acionistas da Companhia de participarem do aumento de capital na proporção de suas participações sociais, sendo 15,89% de nova ação para cada ação que possuírem ao final do dia da AGE que autorizar o aumento de capital.

Foi subscrito pelos acionistas o valor de R$1.215.223 até 31 de dezembro de 2017, sendo que as sobras não subscritas foram de 14.945.429, sendo 13.139.679 ON e 1.815.750 PN. A Companhia tem a expectativa de alienação integral dessas sobras ainda no 1º trimestre de 2018 através de leilão.

Após a alienação mencionada no parágrafo anterior, a Companhia irá encaminhar proposta à Assembleia Geral Extraordinária para verificação e homologação do aumento de Capital de R$6.294.208 para R$7.293.763.

26. RECEITA

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	23.701.361	23.429.713
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	1.610.593	1.705.420
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	988.260	(1.455.057)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	371.066	311.889
Receita de Construção de Transmissão (e)	24.827	53.824
Receita de Indenização de Transmissão (g)	373.217	751.101
Receita de Indenização da Geração (h)	271.607	-
Receita de Construção de Distribuição (e)	1.093.921	1.139.316
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (i)	8.586	7.582
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f) *	316.880	299.537
Transações com energia na CCEE (i)	860.108	160.763
Fornecimento de Gás	1.758.692	1.444.166
Outras Receitas Operacionais (k)	1.483.377	1.421.074
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (l)	(11.150.805)	(10.496.672)
Receita Operacional Líquida	**21.711.690**	**18.772.656**

* Em 2016, os valores estão apresentados líquidos da atualização financeira da parcela a pagar pela Outorga, que foi liquidada em julho de 2016.

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R$	
	2017	2016	2017	2016
Residencial	10.008.423	9.915.807	7.841.851	7.819.174
Industrial	17.760.807	19.494.391	4.906.865	5.395.586
Comércio, Serviços e Outros	7.507.310	6.572.980	4.341.962	4.358.938
Rural	3.651.472	3.574.724	1.628.883	1.463.470
Poder Público	865.803	885.748	531.761	544.554
Iluminação Pública	1.366.938	1.350.405	536.788	528.378
Serviço Público	1.301.135	1.252.043	589.451	546.763
Subtotal	**42.461.888**	**43.046.098**	**20.377.561**	**20.656.863**
Consumo Próprio	37.477	37.140	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	60.880	(198.785)
	42.499.365	**43.083.238**	**20.438.441**	**20.458.078**
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	12.777.405	12.508.453	1.727.527	2.713.083
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	1.535.393	258.552
Total	**55.276.770**	**55.591.691**	**23.701.361**	**23.429.713**

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;
(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição que estão na condição de "livres", com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição ("TUSD") desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 15.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertecentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

e) Receita de Construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridos, até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 15 destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

g) Receita de Indenização da Transmissão

Em 2017, a Cemig GT reconheceu receita no valor total de R$373.216 sendo R$223.961 correspondentes à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2016 e R$149.255 referente ao ajuste da BRR dos ativos de transmissão, em função do reconhecimento de valores a serem pagos relacionados a cabos condutores que não fizeram parte do cálculo da receita de transmissão em períodos anteriores. Mais detalhes vide nota explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

h) Receita de Indenização da Geração

No período de janeiro a dezembro de 2017 a Cemig GT reconheceu receita no valor total de R$271.607 referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17, considerando inclusive a sua respectiva atualização. Mais detalhes vide notas explicativas nº 4 e 15 destas Demonstrações Financeiras.

i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

j) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

k) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2017	2016
Serviço Taxado	10.526	5.628
Serviço de Telecomunicações	148.799	137.498
Prestações de Serviços	156.308	167.272
Subvenções (*)	1.034.349	1.000.745
Aluguel e Arrendamento	120.708	105.156
Outras	12.687	4.775
	1.483.377	**1.421.074**

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

l) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2017	2016
Tributos sobre a Receita		
ICMS (1)	5.847.434	5.211.015
COFINS	2.236.907	2.040.659
PIS-PASEP	454.609	443.035
Outros	8.144	7.528
	8.547.094	7.702.237
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	16.952	(17.720)
Programa de Eficiência Energética – PEE	55.646	58.056
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.822.214	2.073.858
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	37.769	47.858
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	37.769	47.858
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	18.884	23.929
Encargos do Consumidor - PROINFA	39.437	42.827
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	29.308	34.610
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	91.956	123.147
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	453.776	360.012
	2.603.711	**2.794.435**
	11.150.805	**10.496.672**

(1) Inclui os efeitos da adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT, no montante de R$532.455. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Pessoal (a)	1.627.026	1.643.253	32.469	35.576
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	4.640	7.327	248	(3.992)
Obrigações Pós-Emprego - *nota 23*	(228.660)	344.559	9.480	36.896
Materiais	60.556	57.915	365	89
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	10.371	40	-	-
Serviços de Terceiros (b)	973.957	867.370	18.221	31.263
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	10.919.476	8.272.911	-	-
Depreciação e Amortização	849.768	834.291	488	520
Provisões (Reversões) e ajustes para perdas Operacionais (d)	853.668	703.979	238.791	66.570
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	1.173.923	947.479	-	-
Gás Comprado para Revenda	1.070.623	877.118	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	1.118.749	1.193.140	-	-
Outras Despesas (Receitas) Operacionais Líquidas (f)	382.946	153.621	(195.094)	(314.654)
	18.817.043	**15.903.003**	**104.968**	**(147.732)**

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 teve o seu período de adesão entre 03 de abril e 17 de outubro de 2017 e houve o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que aderiram em abril de 2017, cujos desligamentos ocorreram em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para os empregados que aderiram em agosto de 2017, cujos desligamentos ocorreram em setembro de 2017, houve o pagamento do prêmio correspondente a uma remuneração. Não houve prêmio para os empregados que aderiram a partir de 1º de setembro de 2017. Também houve o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 31 de dezembro de 2017, o montante apropriado na rubrica de pessoal como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R$213.571, correspondente à adesão de 1.189 empregados até a data mencionada.

Em 2016, foram apropriados na rubrica de pessoal, como despesa relativa ao PDVP vigente à época o montante de R$92.919.

CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	141.746	140.310	-	-
Comunicação	66.285	54.815	405	480
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	266.327	245.552	107	67
Conservação e Limpeza de Prédios	108.579	97.278	561	805
Mão de Obra Contratada	15.511	12.869	25	-
Fretes e Passagens	7.824	7.302	1.711	2.331
Hospedagem e Alimentação	12.978	12.539	206	237
Vigilância	22.618	25.293	-	-
Consultoria	16.236	15.061	934	5.076
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	3.637	3.381	3	8
Tecnologia da Informação	61.730	49.127	1.430	1.003
Manutenção e Conservação de Veículos	1.813	8.398	248	95
Corte e Religação	34.814	7.417	-	-
Meio Ambiente	11.288	18.534	-	-
Serviços Advocatícios	22.332	25.974	713	7.401
Custas Processuais	2.905	3.591	84	57
Poda de Árvores	21.158	13.655	-	-
Limpeza de Faixa	16.212	7.733	-	-
Reprografia e Publicações Legais	22.957	16.139	806	176
Inspeção de Unidades Consumidoras	621	799	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	2.559	3.372	-	-
Outras Despesas	113.827	98.231	10.988	13.527
	973.957	**867.370**	**18.221**	**31.263**

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2017	2016
Energia de Itaipu Binacional	1.243.354	1.143.974
Contratos por Cotas de Garantia Física	460.744	537.482
Cotas das Usinas de Angra I e II	243.776	216.906
Energia de curto prazo	1.498.121	761.288
PROINFA	302.796	323.446
Contratos Bilaterais	384.619	292.455
Energia adquirida através de Leilão em Ambiente Regulado	3.555.541	2.540.217
Energia adquirida no Ambiente Livre	4.283.409	3.279.153
Créditos de PASEP-COFINS	(1.052.884)	(822.010)
	10.919.476	**8.272.911**

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	248.280	382.368	-	-
Perdas estimadas em outros créditos a receber	26.600	39.843	1.715	-
Provisão (reversão) para Contingências (1)				
Trabalhistas	206.605	119.895	13.625	12.505
Cíveis	27.198	30.141	(2.424)	218
Tributárias	5.800	1.671	1.361	(756)
Ambientais	6	(21)	-	-
Regulatórias	(2.407)	(69)	(7.655)	7
Outras	(5.552)	31.640	1.237	58
	231.650	183.257	6.144	12.032
	506.530	**605.468**	**7.859**	**12.032**
Ajustes para perdas				
Opção de venda Parati (Nota 30)	230.932	54.538	230.932	54.538
Opção de venda SAAG (Nota 30)	115.421	48.559	-	-
Opção de venda Sonda (Nota 30)	785	(4.586)	-	-
	347.138	98.511	230.932	54.538
	853.668	**703.979**	**238.791**	**66.570**

(1) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração de resultado do exercício consolidada como despesas operacionais.

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	2017	2016
Pessoal e Administradores	35.633	58.148
Materiais	549.925	534.474
Serviços de Terceiros	406.049	448.370
Outros	127.142	152.148
	1.118.749	**1.193.140**

f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Arrendamentos e Aluguéis	102.432	111.629	4.215	2.199
Propaganda e Publicidade	29.890	13.477	1.155	194
Consumo Próprio de Energia Elétrica	24.106	22.170	-	-
Subvenções e Doações	19.420	17.190	2.102	2.246
Concessão Onerosa	3.087	2.889	-	-
Seguros	8.231	9.425	2.161	3.689
Anuidade CCEE	7.909	7.686	1	2
Resultado Líquido na Desativação e Alienação de Bens	192.785	112.063	-	2
FORLUZ – Custeio Administrativo	26.202	25.422	1.296	1.257
Agentes Arrecadadores	70.568	70.377	-	-
Ganho na Alienação da Taesa	(206.503)	(180.774)	(206.503)	(180.774)
Ganho na Alienação da Transchile	-	(133.885)	-	(133.885)
Perda em Investimento	8.805	-	907	-
Outras Despesas (Receitas)	96.014	75.952	(428)	(9.584)
	382.946	**153.621**	**(195.094)**	**(314.654)**

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia e suas controladas.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	205.073	317.171	51.356	65.709
Acréscimos Moratórios sobre Venda de Energia	260.645	277.241	-	-
Variações Cambiais	19.422	61.665	-	1
Variação Monetária	45.781	106.005	2.153	11.934
Variação Monetária - CVA	-	204.352	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	191.260	45.724	64.932	7.877
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(52.868)	(87.859)	(13.568)	(49.745)
Outras	134.400	117.005	9.502	37.154
	803.713	**1.041.304**	**114.375**	**72.930**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.466.714)	(1.859.996)	-	-
Encargos Dívidas – Amortização Custo de Transação	(66.856)	(68.401)	-	-
Variações Cambiais	(72.903)	(35.377)	(28)	(1.138)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(108.913)	(245.409)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	14	(3.383)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(65.388)	(102.596)	(3.217)	(5.048)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(32.462)	-	-	-
Variação Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	(9.562)	-	-
Variação Monetária - CVA	(41.273)	-	-	-
Variação Monetária - AFAC	239.445	-	239.445	-
Variação Monetária – Venda Antecipada de Energia	(46.481)	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	(2.320)	(107)	-	-
Outras	(136.413)	(153.664)	(659)	(11.998)
	(1.800.264)	**(2.478.495)**	**235.541**	**(18.184)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(996.551)**	**(1.437.191)**	**349.916**	**54.746**

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	54.926	71.340	-	-	136.273	152.016	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	1.220	-	-	-	-	-	-	-
Depósito Administrativo – AFAC (2)	235.018	-	-	-	41.864	-	-	-
Não Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	50.349	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	1.119	239.445	-	-	-	-	-	-
Depósito Administrativo – AFAC (2)	-	-	-	-	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	7.105	7.037	-	-	(146.780)	(142.432)
Prestação de Serviços (4)	1.657	3.706	-	-	13.042	13.518	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	72.315	-	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	858	710	-	-	(7.285)	(6.944)
Prestação de Serviço (4)	211	398	-	-	864	942	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	56.531	17.636	27.130	7.790	(685.673)	(573.610)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	66.185	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	6.870	86.941	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	130	130	3.640	3.755	9.258	1.606	(122.434)	(49.346)
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	-	-	(19.357)	(18.551)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	1.228	-	-	(15.305)	(16.002)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	584	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	1.059	528	440	-	-	(5.664)	(6.362)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.581	2.146	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Ajuste para perdas (6)	-	-	-	59.071	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.744	-	-	-	(178.691)	(159.368)
Não Circulante								
Contas a Receber (7)	350.200	73.722	-	-		13.722	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	-	229.053	-	-	-	17.053	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (AETE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	2.882	2.751	-	-	(26.163)	(24.667)
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	1.128	464	483	472	54.350	58.863	(1.342)	(836)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	6.852	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	12.105	10.326	44	-	(126.622)	(110.144)
Prestação de Serviço (4)	404	482	-	-	1.273	793	-	-

Notas Explicativas

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	964	878	-	-	(9.793)	(8.810)
Prestação de Serviços (4)	90	301	-	-	1.272	1.205	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.413	678	-	-	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços 8)	-	-	2.982	6.980	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	144	-	-	-	-	-	-
Transudeste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	191	150	151	140	(1.599)	(1.364)
Prestação de serviços (4)	175	141	-	-	644	569	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	213	-	-	-	-	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	308	243	180	128	(2.578)	(2.155)
Prestação de serviços (4)	120	178	-	-	1.095	1.022	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	294	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	1.013.062	621.203	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	346.784	833.849	-	-	9.006	197.092	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (9)	(25.493)	(49.479)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	30.124	46.092	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (9)	-	(15.049)	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (10)	-	-	108.843	86.156	-	-	(173.961)	(185.722)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(26.201)	(25.422)
Arrendamento Operacional (12)	-	-	4.998	9.630	-	-	(55.236)	(39.360)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (10)	-	-	1.959.512	1.592.998	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	115.045	101.756	-	-	(193.434)	(186.553)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	1.633.291	1.646.580	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Cemig D. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto, no montante de R$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M. A primeira parcela, no montante de R$5.418, foi quitada em dezembro de 2017 e as demais possuem vencimento a partir de janeiro de 2018;

(2) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Valor transferido para a rubrica Contas a Receber do Estado de Minas Gerais em 30 de setembro de 2017 (vide Notas Explicativas 12 e 13);

(3) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);

(4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;

(5) Em 2017, foram antecipados R$70.100 á Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R$51.874 pela Cemig GT, e R$11.917 e R$6.309 pela Sá Carvalho e Rosal, respectivamente. Para efeito de quitação serão utilizadas faturas de suprimento de energia a serem emitidas pela Santo Antônio Energia, a partir de 2018, em 12 parcelas;

(6) Em 2016, foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 16);

(7) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R$272 milhões distribuídos da seguinte forma: (i) R$60 milhões a serem liquidado através de um pagamento inicial de R$6 milhões em janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018 e atualização pela variação de 150% do CDI; (ii) R$94 milhões a serem liquidados em 12 parcelas mensais sucessivas ao longo de 2020 e atualização de 155% do CDI; (iii) R$118 milhões a serem liquidados em 12 parcelas mensais sucessivas ao longo de 2021 e atualização de 155% do CDI. Em referência ao montante de R$60 milhões, o pagamento inicial e as duas primeiras parcelas foram postergadas para abril de 2018;

(8) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;

(9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;

(10) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide nota explicativa nº 23) e serão amortizados até o exercício de 2024;
(11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(12) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034, reajustado anualmente pelo IPCA;
(13) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 23).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas notas explicativas 8, 19 e 26 destas informações contábeis intermediárias.

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber (1)	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Cemig GT	-	-	673.635	**605.000**
Gasmig	-	-	-	58.560
Outras	4.578	11.386	5.468	9.679
	4.578	11.386	679.103	673.239

(1) Já considerado no quadro acima.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	Vencimento	2017
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2042	2.507.421
Light (1)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	2042	683.615
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	2034	1.945.521
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	2037	783.467
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	2023	7.922
					5.927.946

(1) Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2017.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Eissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2017				
				Cemig 4,17%	Cemig GT 26,85%	Cemig D 19,90%	Demais controladas 21,36% (1)	Total 72,28%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	420	2.706	2.005	2.152	7.283
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	834	5.375	3.983	4.276	14.468
				1.254	**8.081**	**5.988**	**6.428**	**21.751**

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2016				
				Cemig 10,12%	Cemig GT 20,86%	Cemig D 24,94%	Demais controladas 22,39% (1)	Total 78,31%
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	579	1.194	1.427	1.282	4.482
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.024	2.110	2.522	2.265	7.921
				1.603	**3.304**	**3.949**	**3.547**	**12.403**

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	2017	2016
Remuneração	32.284	25.159
Participação nos Resultados (Reversão)	491	(709)
Benefícios Assistenciais	1.783	1.555
Total	**34.558**	**26.005**

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas se referem a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Venda Antecipada de Energia elétrica, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Investimentos em Infraestrutura, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Valores a Receber de Partes Relacionadas, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações com concessões a pagar e Fornecedores, Dívida Pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), Obrigações Pós-Emprego, Opções de Venda e Swaps, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Vide nota explicativa nº 1 sobre as diversas iniciativas da Companhia que têm por objetivo aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Qualquer rebaixamento adicional das notas de crédito pode ter consequências negativas sobre a capacidade da Companhia de obter financiamento ou pode impactar o custo do financiamento, dificultando ou onerando ainda mais o refinanciamento das obrigações a vencer. Qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia pode ser contratado com base em taxas de juros maiores e pode exigir que a Companhia cumpra cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia restringir ainda mais as atividades operacionais.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Valores a Receber de Partes Relacionadas, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão e Valores a Receber de Partes Relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado:

    1. Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação, no montante de R$1.043.893 (R$995.340 em 31 de dezembro de 2016). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.

    2. *Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)* – A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

    3. *Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)* - passivo financeiro referente a opção de venda: a opção de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) e as opções de venda de ações da RME (“PUT Parati”) foram mensuradas pelos valores justos mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM).

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R$44.846 em 31 de dezembro de 2017 e R$49.888 em 31 de dezembro de 2016, incluído na nota explicativa nº 7. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R$44.901 em 31 de dezembro de 2017 e R$49.738 em 31 de dezembro de 2016, foi mensurado considerando informações do Nível 2;

- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de distribuição. São mensurados através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação estabelecida pelo órgão regulador (Aneel), levando em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base fatores como o valor novo de reposição (VNR) e atualização pelo IPCA, que são considerados equivalentes ao valor justo na data destas demonstrações financeiras;

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), Concessões a Pagar, Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, Fornecedores e Venda Antecipada de Energia Elétrica. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 147,5% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 8,07%, CDI + 0,69% a 5,62%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos junto à ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, financiamentos e debêntures cujo saldo contábil é de R$14.397.697 (R$15.179.280 em 31 de dezembro de 2016) e valor justo de R$15.179.280 (R$14.711.130 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

Instrumentos Financeiros – Derivativos

Opções de Venda

A Companhia possui determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2017; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

As opções da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Opção de Venda RME e LEPSA (1)	507.231	1.149.881
Opção de Venda SAAG	311.593	196.173
Opção de Venda /Compra – Ativas e Sonda	(3.801)	(4.586)
	815.023	**1.341.468**

(1) Em 30 de novembro de 2017, as opções de LEPSA foram exercidas e a Companhia passou a deter o controle integral da mesma.

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento"), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento ("Opções de Venda"), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Cemig GT utiliza paraa mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo Black-Scholes-Merton ("BSM"). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2017 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R$311.593 (R$196.173 em 31 de dezembro de 2016), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**147.614**
Saldo Inicial para fins de consolidação	147.614	-
Ajuste a Valor Justo	48.559	48.559
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**196.173**	**196.173**
Variação do valor justo	120.754	120.754
Reversões	(5.334)	(5.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**311.593**	**311.593**

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,05% a 10,05% ao ano e volatilidade entre 23% e 83% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R$276.199 e R$376.787, respectivamente.

Opção de Venda de ações da RME e LEPSA

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Luce Empreeendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) e RMA – Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (após reorganização societária da Parati S.A.), uma opção de venda da totalidade das ações da Parati (agora RME e LEPSA) de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

A RME e LEPSA possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa investida. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No segundo trimestre de 2016, foram assinados Termos de Aditamento ao Acordo de acionistas da Parati, sendo descritas abaixo as principais alterações decorrentes desses aditamentos:

1) Postergação do vencimento da Opção de Venda outorgada em 2011 pela Cemig em favor dos cotistas do FIP Redentor, inicialmente previsto para ocorrer em 31 de maio de 2016, para duas datas de exercício distintas:

    a) Primeira janela de exercício: a intenção de exercício poderia ser manifestada por acionista(s) direto(s), independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2016, inclusive, e englobaria apenas ações preferenciais de emissão da Parati, no limite de até 153.634.195 ações, representativas de 14,30% da totalidade das ações da Parati detidas pelos demais acionistas diretos.

A Cemig recebeu, em 06 de setembro de 2016, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Primeira Janela, do Banco BTG Pactual ("BTG Pactual"), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG 153.634.195 ações preferenciais ("Ações Objeto da Opção de Venda") representativas de sua participação acionária na Parati.

Em outubro de 2016, em função da extinção da Parati, a Opção de Venda foi desdobrada para RME e LEPSA na proporção de 50% para cada, mantidas todas as condições previstas na Opção de Venda original, exceto os itens modificados nos aditivos, incluindo alteração nos seus Estatutos Sociais.
Em 30 de novembro de 2016, a Cemig pagou R$221,8 milhões pela parcela do BTG Pactual na RME e LEPSA, pelo exercício da primeira janela da PUT.

b) Segunda janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2017, inclusive, e poderá englobar a totalidade das ações de emissão da Parati, sendo independente do exercício ou não da Opção de Venda na primeira janela de exercício. O pagamento pela Cemig ocorreu em 30 de novembro de 2017;

A Cemig recebeu, em 15 de setembro de 2017, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Segunda Janela, do do BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI"), da BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("BV Financeira") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") (em conjunto "Bancos Acionistas"), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG a totalidade de suas ações ordinárias e preferenciais ("Ações Objeto da Opção de Venda") representativas da totalidade de suas participações acionárias na RME e LEPSA.

2) A Opção de Venda passou a poder ser exercida não apenas pelo FIP Redentor, mas também pelos acionistas diretos da Parati, incluindo, mas não se limitando, aos cotistas e/ou suas afiliadas do FIP Redentor, que passará a ser titular de uma Opção de Venda e/ou dos direitos dela decorrentes, por meio do qual cada um dos acionistas diretos terá individualmente o direito de vender quaisquer ações de emissão da Parati de suas respectivas titularidades;

Inclusão de condições de adiantamento da data de exercício da opção de venda: em caso de ocorrência de qualquer evento de adiantamento de opção previsto, qualquer dos acionistas diretos poderá apresentar à Cemig uma notificação de adiantamento de opção, momento no qual será considerada exercida por todos os acionistas diretos, sobre a totalidade de suas ações; e,

3) Para garantir o pagamento integral da Opção de Venda a Cemig ofereceu aos detentores da Opção de Venda, em 31 de maio de 2016, 55.234.637 ações ordinárias e 110.469.274 ações preferenciais, ambas de emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A. (Taesa), e, como reforço de garantia, 53.152.298 ações de emissão da Light, de sua titularidade direta.

Em 22 de novembro de 2017 a Cemig firmou com o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), a BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("BV Financeira") e o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI" e, em conjunto, "Bancos Acionistas") o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME"), para formalizar a postergação parcial da data de exercício da Opção de Venda outorgada pela Cemig aos Bancos Acionistas, passando a data de exercício de 30 de novembro de 2017 para 30 de novembro de2018.

Com relação à Opção de Venda outorgada pela Cemig aos Bancos Acionistas na Lepsa, a data de exercício permaneceu inalterada, dessa forma, em 30 de novembro de 2017, a Cemig adquiriu a totalidade das ações de emissão da Lepsa e a totalidade das ações preferenciais de emissão da RME, detidas pelo BB-BI, pela BV Financeira e pelo Santander conforme descrito em maiores detalhes na nota nº 16 – Investimentos.

Valor da exposição da Companhia

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Após as aquisições acima referidas, a exposição da Companhia ficou conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.149.881**
Variação do valor justo	187.568
Baixa pelo exercício da PUT	(830.217)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**507.232**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.245.103**
Variação do valor justo	54.538
Reversões	(149.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.149.881**

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 31 de dezembro de 2017 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME e LEPSA na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 3,5% a 11,5% ao ano e volatilidade entre 20,0% e 90,0% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R$486.821 e R$532.150, respectivamente.

Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por CEMIGTelecom) e Venda (emitido por Sonda).

Assim, a Cemig Telecom encontra-se simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas ("Opções Ativas") foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, i.e. pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2016, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de março de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

O efeito líquido do cálculo das opções de compra e venda de ações da Ativas representou um efeito credor de R$785 no resultado do exercício de 2017.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os Instrumentos Derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R$32.462, registradas no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

O quadro a seguir apresenta os Instrumentos Derivativos contratados em 31 de dezembro de 2017:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 2017	Valor justo 2017
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ 150,49% do CDI	De 12/2017 Até 12/2024	Balcão	US$1.000.000	50.792	(32.462)

1) Para o Principal a operação de Swap tem piso em R$3,25 e teto em R$5,00.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual.

A Companhia é garantidora dos instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e Financiamentos e Fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2017		2016	
	Moeda Estrangeira	R$	Moeda Estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 21)	1.014.535	3.356.082	7.072	23.049
Fornecedores (Itaipu Binacional)	73.698	240.220	62.320	206.827
	1.088.233	3.596.302	69.392	229.876
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 21)	1.105	4.383	2.157	7.416
Passivo Líquido Exposto		**3.600.685**		**237.292**

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2018 será uma valorização de 3,11% para o dólar (R$3,411) e uma redução de 1,13% para o Euro (R$3,922). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2017	Cenário Provável Dólar R$3,411 Euro R$3,922	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00% Dólar R$4,264 Euro R$4,903	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00% Dólar R$5,117 Euro R$5,883
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 21)	3.356.082	3.460.579	4.325.977	5.191.376
Fornecedores (Itaipu Binacional)	240.220	247.700	309.643	371.586
	3.596.302	3.708.279	4.635.620	5.562.962
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 21)	4.383	4.333	5.417	6.500
Passivo Líquido Exposto	**3.600.685**	**3.712.612**	**4.641.037**	**5.569.462**
Efeito Líquido da Variação Cambial		**111.927**	**1.040.352**	**1.968.777**

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	2017	2016
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 6)	916.762	893.713
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	1.088.137	1.045.228
Contas a Receber – Renova (nota 29)	350.200	74.630
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica	122.920	230.112
Fundos Vinculados	106.227	367.474
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC* (nota 15)	369.010	397.725
Créditos junto à Eletrobrás	4.216	138.444
	2.957.472	**3.147.326**
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 21)	(7.202.558)	(11.057.740)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 21)	(118.891)	(213.102)
Venda Antecipada de Energia Elétrica - CDI (nota 8)	(188.344)	-
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 15)	(414.800)	(804.975)
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT *(nota 20)*	(282.876)	-
	(8.207.469)	(12.075.817)
Passivo Líquido Exposto	**(5.249.997)**	**(8.928.491)**

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, as taxas SELIC e TJLP serão de 6,75% e 7,00%, respectivamente. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia e suas controladas, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2017	31 de dezembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 6,75% TJLP 6,75%	Cenário Possível SELIC 8,44% TJLP 8,44%	Cenário Remoto SELIC 10,13% TJLP 10,13%
Ativos				
Equivalentes de Caixa	916.762	978.643	994.137	1.009.630
Títulos e Valores Mobiliários	1.088.137	1.161.586	1.179.976	1.198.365
Contas a Receber – Renova (nota 29)	350.200	373.839	379.757	385.675
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica	122.920	131.217	133.294	135.372
Fundos Vinculados	106.227	113.397	115.193	116.988
CVA e Outros Componentes Financeiros - Selic	369.010	393.918	400.154	406.391
Créditos junto à Eletrobrás	4.216	4.501	4.572	4.643
	2.957.472	3.157.101	3.207.083	3.257.064
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 21)	(7.202.558)	(7.688.731)	(7.810.454)	(7.932.177)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 21)	(118.891)	(126.916)	(128.925)	(130.935)
Venda Antecipada de Energia Elétrica - CDI (Nota 8)	(188.344)	(201.057)	(204.240)	(207.423)
CVA e Outros Componentes Financeiros (Nota 15)	(414.800)	(442.799)	(449.809)	(456.819)
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT *(nota 20)*	(282.876)	(301.970)	(306.751)	(311.531)
	(8.207.469)	**(8.761.473)**	**(8.900.179)**	**(9.038.885)**
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	**(5.249.997)**	**(5.604.372)**	**(5.693.096)**	**(5.781.821)**
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		**(354.375)**	**(443.099)**	**(531.824)**

Risco de Elevação da Inflação

A exposição líquida da Companhia às taxas de inflação está demonstrada a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2017	2016
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 15)	110.832	128.071
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 15)	1.928.038	1.805.230
Geração – indenização a receber – IPCA (nota 15)	1.900.757	546.624
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 15)	2.337.135	2.253.765
	6.276.762	4.733.690
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 21)	(3.800.889)	(3.935.479)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(720.498)	(787.003)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(283.291)	-
	(4.804.678)	(4.722.482)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	**(1.472.084)**	**11.208**

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, a taxa IPCA será de 4,43%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2017	31 de dezembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,28%	Cenário Possível IPCA 5,35%	Cenário Remoto IPCA 6.42%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 15)	110.832	115.576	116.762	117.947
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 15)	1.928.038	2.010.558	2.031.188	2.051.818
Geração – indenização a receber – IPCA (nota 13)	1.900.757	1.982.109	2.002.447	2.022.786
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 15)	2.337.135	2.437.164	2.462.172	2.487.179
	6.276.762	**6.545.407**	**6.612.569**	**6.679.730**
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 21)	(3.800.889)	(3.963.567)	(4.004.237)	(4.044.906)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(720.498)	(751.335)	(759.045)	(766.754)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(283.291)	(295.416)	(298.447)	(301.478)
	(4.804.678)	**(5.010.318)**	**(5.061.729)**	**(5.113.138)**
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	**1.472.084**	**1.535.089**	**1.550.840**	**1.566.592**
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		**63.005**	**78.756**	**94.508**

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Na data base destas demonstrações financeiras, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos, pelo refinanciamento das atuais obrigações ou através de potencial desinvestimento de ativos que não fazem parte dos negócios básicos da Companhia. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequencia uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dividas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	42.998	1.004.708	2.230.589	11.755.264	6.488.516	**21.522.075**
Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT	94.544	192.852	-	-	-	287.396
Concessões a pagar	249	491	2.106	9.564	15.017	**27.427**
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	11.172	22.446	102.418	606.669	259.435	**1.002.140**
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) *(nota 2*	2.533	5.089	23.317	138.081	399.598	**568.618**
	151.496	**1.225.586**	**2.358.430**	**12.509.578**	**7.162.566**	**23.407.656**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.342.757	-	-	-	-	2.342.757
	2.494.253	**1.225.586**	**2.358.430**	**12.509.578**	**7.162.566**	**25.750.413**

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	550	1.104	5.039	29.848	12.764	49.305
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) *(nota 23)*	125	250	1.147	6.794	19.660	27.976
	675	**1.354**	**6.186**	**36.642**	**32.424**	**77.281**
- Pré-fixadas						
Fornecedores	4.667	-	-	-	-	4.667
	5.342	**1.354**	**6.186**	**36.642**	**32.424**	**81.948**

Risco de Crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via "SMS", cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2017, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R$545.918.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)*
A1	Superior a R$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R$1 bilhão e R$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R$400 milhões e R$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

* O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 100% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.
A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Risco Hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Vide nota explicativa nº 21.

Administração de Capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentadas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Total do Passivo	27.909.453	29.101.482
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.030.257)	(995.132)
(-) Fundos Vinculados	(106.227)	(367.474)
Passivo Líquido	**26.772.969**	**27.738.876**
Total do Patrimônio Líquido	**14.330.136**	**12.934.371**
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	**1,87**	**2,14**

31. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Notas Explicativas

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação				
Certificados de Depósitos Bancários	2.652	-	2.652	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	290.004	-	290.004	-
Letras Financeiras - Bancos	739.945	739.945	-	-
Debêntures	11.292	-	11.292	-
	1.043.893	739.945	303.948	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.649	-	-	8.649
	1.052.542	**739.945**	**303.948**	**8.649**
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	369.762	-	-	369.762
	369.762	**-**	**-**	**369.762**
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos	(856.135)	-	-	(856.135)
	(856.135)	**-**	**-**	**(856.135)**
	566.169	**739.945**	**303.948**	**(477.724)**

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	32.782	-	32.782	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	192.995	192.995	-	-
Letras Financeiras - Bancos	724.274	-	724.274	-
Debêntures	45.289	-	45.289	-
	995.340	**192.995**	**802.345**	**-**
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	216.107	-	-	216.107
	216.107	**-**	**-**	**216.107**
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.341.468)	-	-	(1.341.468)
	(1.341.468)	**-**	**-**	**(1.341.468)**
	(130.021)	**192.995**	**802.345**	**(1.125.361)**

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 15 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, RME e LEPSA e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 destas Demonstrações Financeiras.

32. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Companhia Energética de Minas Gerais				
Instalações prediais	Incêndio	08/01/2018 a 08/01/2019	R$ 53.348	R$ 12
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2017 a 29/04/2018	US$ 4.675 US$ 14.000	US$ 58
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2017 a 02/10/2018	R$ 14.931	R$ 21
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2018 a 08/01/2019	R$ 454.828	R$ 98
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/01/2018 a 08/01/2019	R$ 11.514	R$ 5
Risco Operacional (2)	-	07/12/2017 a 07/12/2018	R$ 1.333.711	R$ 1.790
Cemig Distribuição				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2017 a 29/04/2018	US$ 3.613 US$ 14.000	US$ 42
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2017 a 02/10/2018	R$ 84.169	R$ 120
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2018 a 08/01/2019	R$ 1.003.221	R$ 217
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/01/2018 a 08/01/2019	R$ 17.208	R$ 7
Risco Operacional - Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R$1.000 mil (2)	Total	07/12/2017 a 07/12/2018	R$ 471.265	R$ 633
Gasmig				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/17 a 15/12/18	R$ 60.000	R$ 429
Automotivo Frota Própria (Operação)	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/17 a 07/07/18	R$ 500	R$ 2
Automotivo Frota Própria (Diretoria)	Cobertura Total	25/10/17 a 25/10/18	R$ 100	R$ 1
Multirrisco Instalações (3)	Roubo, Furto e Incêndios	01/01/17 a 01/01/18	R$ 41.374	R$ 50

(1) Valores expressos em R$ Mil ou US$ Mil

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R$ 230.661 mil (Cemig GT) R$214.035 mil (Cemig D).

A Companhia, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados. A companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.277.725	1.331.937	1.366.963	1.339.240	1.326.075	1.298.047	7.939.987
Compra de Energia - Leilão	2.837.406	2.815.256	3.178.145	3.724.275	3.898.017	4.040.071	20.493.170
Compra de Energia - Bilaterais	296.055	306.703	323.064	338.296	356.022	374.784	1.994.924
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	264.268	271.632	290.767	297.289	311.101	325.435	1.760.492
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	226.825	231.921	236.130	219.593	206.384	215.877	1.336.730
Outros contratos de compra de energia	3.496.832	2.734.524	2.757.608	2.993.556	3.030.128	2.647.242	17.659.890
Compra de gás para revenda	546.013	559.369	586.461	611.267	639.544	669.048	3.611.702
Arrendamentos Operacionais	97.620	76.093	60.648	63.798	67.725	71.980	437.864
Total	9.042.744	8.327.435	8.799.786	9.587.314	9.834.996	9.642.484	55.234.759

34. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 23 de maio de 2017, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da controlada Cemig D cujo resultado representou um reajuste tarifário médio de 10,66% negativos, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2017 até 27 de maio de 2018.

O efeito médio de 10,66% negativos decorre:

- do reajuste dos itens de custos de parcela A e B, contribuindo para o efeito médio em 1,29%;
- da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes, levando a uma redução de 4,68%; e
- da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário de 2016, que vigoraram até a data do reajuste em processamento, os quais contribuíram para uma redução tarifária de 7,28%.

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2017 e 2016, as controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- Encargos Financeiros Capitalizados no montante de R$70.913 em 2017 (R$142.014 em 2016);
- compensação de CDE: compensação entre os valores a pagar e a receber no montante de R$1.238.662 em 2017 (R$1.099.117 em 2016).

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 terá o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

Antecipação de pagamento por entrega futura de energia elétrica

No primeiro trimestre de 2018, foram antecipados pela Cemig GT à Renova R$46.550, relativos às faturas de energia com vencimento entre abril e agosto de 2018. Essas antecipações foram descontadas a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em função do processo de venda dos ativos de geração por parte da Renova, as partes estão em processo de renegociação da forma de pagamento da antecipação realizada pela Cemig GT.

Cemig apresenta proposta à Renova

Em 27 de março de 2018, a Companhia apresentou à Renova, Proposta Vinculante referente à aquisição de 100% das ações de emissão da Chipley, detidas pela Renova, ou de 51% das ações de emissão da Brasil PCH detidas pela Chipley. A intenção da Cemig é que a Renova aliene sua participação na Brasil PCH a terceiros ou à própria Cemig ou a quaisquer de suas afiliadas, nos termos da Proposta, de forma a viabilizar o pagamento dos valores devidos à Cemig GT. A conclusão da Transação, se aceita pela Renova, dependerá ainda de determinadas condições precedentes previstas na Proposta e comuns a este tipo de transação.

Alienação das sobras de ações não subscritas

Em 21 de março de 2018, a Cemig alienou a totalidade das sobras das ações não subscritas no âmbito do aumento de capital da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2017, por meio de oferta pública de lote único e indivisível e que resultou em um volume financeiro de R$110.700. Foram alienadas 13.139.799 sobras de ações ON em um valor médio de R$7,30, no total de R$95.773, e 1.815.750 sobras de ações PN em um valor médio de R$8,22, no valor total de R$14.926.

Notas Explicativas

* * * * * * * * * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente
Interina e cumulativamente

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição e Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretor de Relações e Recursos Humanos

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Dimas Costa
Diretor Comercial

Daniel Faria Costa
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260

CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
(CONSOLIDADO)

INSTRUÇÃO CVM 480/09

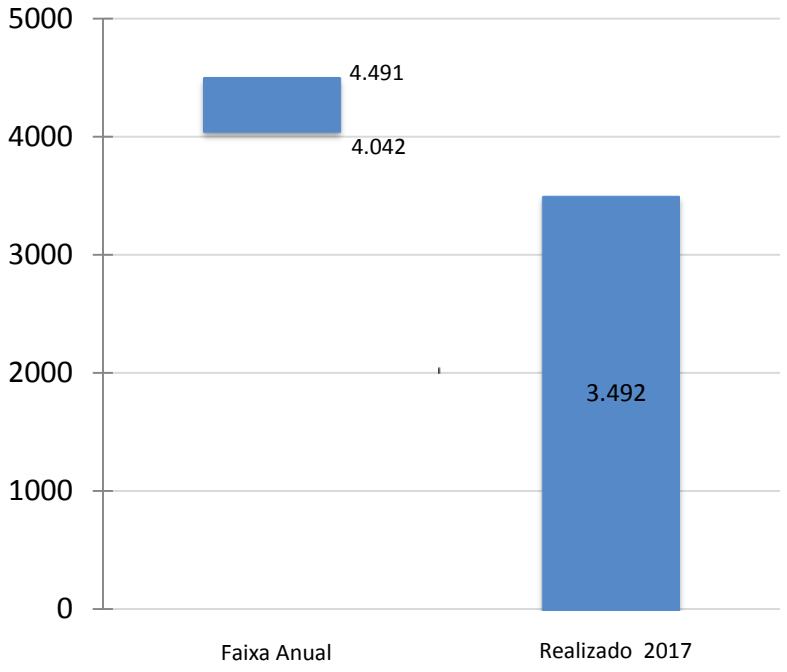
PROJEÇÕES GUIDANCE 2017

Acompanhamento e análise das projeções de LAJIDA divulgadas x resultados verificados.

O LAJIDA realizado pela Cemig Consolidada, em 2017, está situado da seguinte forma em relação à faixa anual projetada no Guidance para 2017:

GUIDANCE 2017
CEMIG CONSOLIDADA

R$ Milhões



Os resultados do LAJIDA foram submetidos a diversos fatores que o impactaram negativamente, destacados a seguir.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Cemig Distribuição

- Adesão pela Cemig ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais, para quitação de ICMS, com efeito registrado no 3º trimestre, no valor de R$ 558 milhões.
  As principais questões tributárias que implicaram na adesão da Companhia ao PRCT estão relacionadas ao ICMS incidente sobre a subvenção da CDE no período de janeiro de 2013 a outubro de 2016 e ainda a classificação de condomínios residenciais na categoria comercial, com alteração na alíquota do ICMS, gerando divergência de interpretação em relação à autoridade tributária, no período de 2013 a 2015.

- Ajuste nos valores realizados de CVA, relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2017, em função de diferença de estimativas e premissas regulatórias,

- Aumento de R$ 62 milhões no valor de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, impactado pelo maior número de adesões em relação ao projetado.

- Constituição de provisão trabalhista superior em R$ 97 milhões ao valor projetado no Guidance, decorrente das reavaliações de perda de diversas ações em função da mudança na fase processual para execução provisória, relativamente às ações em que se discute a base de cálculo da periculosidade e isonomia por terceirização ilítica e responsabilidade subsidiária/solidária.

- Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD superior em R$ 27 milhões ao valor projetado no Guidance, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pela redução da atividade econômica, com impacto nas taxas de desemprego e renda das famílias.

- Redução de 3,8%, até setembro, no volume de energia vendida.

- Redução de 3,3% na energia vendida para o segmento industrial e comercial, devido à migração de unidades consumidoras do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia, e em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2017, com impactos diretos no consumo de energia por esses segmentos.

Cemig Geração e Transmissão

- Aumento na despesa com compra de energia, devido a compras no curto prazo para mitigar o risco hidrológico e aumento do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- Aumento de R$98 milhões na provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A., decorrente da valoração da empresa, em função na redução do valor da ação.

- Piora no desempenho de equivalência patrimonial em relação ao projetado, com destaque para as duas participações citadas abaixo:

  - Renova, perda de R$285 milhões, decorrente da revisão do valor recuperável do seu ativo imobilizado.

  - Madeira Energia, piora de R$112 milhões no desempenho acumulado, devido ao não reconhecimento do mérito de pleito junto à Aneel, no valor de R$65 MM, previsto para Fev/17, em relação ao FID II. Esse pleito refere-se a não atribuição da indisponibilidade à SAESA, no período de manutenção das unidades geradoras não despachadas pelo ONS, devendo recair somente sobre as unidades despachadas pelo ONS e necessárias ao SIN.
  Destaque também para o aumento na compra de energia.

Holding

- Piora no desempenho de equivalência patrimonial em relação ao projetado, com destaque para as participações citadas abaixo:

  -Cemig D: redução de R$ 235 milhões.
  - Light: redução de R$130 milhões, devido a maiores gastos com compra de energia e maior PCLD.
  -TAESA: redução de R$67 milhões, em função da menor receita de remuneração do ativo financeiro, devido a melhora nos indicadores macroeconômicos.

E os fatores que impactaram positivamente o resultado do LAJIDA estão destacados a seguir:

Cemig Distribuição

- Redução de R$448 MM nas obrigações pós-emprego, decorrente das modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado na apólice dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Cemig Geração e Transmissão

- Incorporação, na receita de indenização da transmissão, do valor de R$ 149 milhões, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores.

- Reconhecimento de R$ 272 milhões na receita de indenização da geração, referente ao ajuste do saldo não amortizado referente aos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17.

- Aumento na receita com Transações com energia na CCEE, em função do maior valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD realizado em relação ao projetado no Guidance.

- Redução de R$142 milhões nas obrigações pós-emprego, decorrente das modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado na apólice dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R$447.965 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017.

- Reversão de R$101 milhões de deduções à receita, devido à baixa dos passivos relativos as contribuições de PASEP/COFINS. Conforme o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário publicado em outubro de 2017, em sede de repercussão geral, da não constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PASEP/COFINS.

Fontes: Guidance Anual Cemig / Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP Consolidadas.

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo – PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

28/03/2018

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética de Minas Gerais

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 16 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimento indireto na Madeira Energia S.A., Renova Energia S.A., e na Norte Energia S.A. (em conjunto denominadas "investidas não controladas"), que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nestas investidas não controladas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 16 às demonstrações financeiras, a investida indireta não controlada Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2017, apresenta capital circulante líquido negativo. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI")

Tendo em vista o elevado volume de transações e pelo fato das operações da Companhia serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e de seus sistemas, somados às complexidades inerentes à natureza dos seus negócios, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGC") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos (gestão de acessos), gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Administração da Companhia, assim como verificamos a existência de segregação de funções. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Envolvemos nossos profissionais de tecnologia na execução desses procedimentos.

A combinação das deficiências dos controles internos no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas, incluindo aquelas mencionadas nos assuntos apresentados nos tópicos a seguir.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia

Conforme mencionado na nota 26 às demonstrações financeiras, uma parcela das receitas reconhecidas pelas controladas da Companhia em 2017, no montante de R$ 23.701.361 mil, decorre do fornecimento de energia elétrica. Parte das receitas de fornecimento de energia reconhecidas pelas controladas referem-se a serviços prestados e não faturados aos clientes e consumidores finais ("receitas não faturadas"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base medições e ciclos de leitura, que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. Os saldos de contas a receber consolidados relativos ao fornecimento faturado e não faturado totalizam R$ 2.714.264 mil e R$ 1.276.760 mil em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, e estão divulgados na nota 8 às demonstrações financeiras.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas tanto ao processo de faturamento, o qual é altamente dependente de sistemas informatizados, quanto de estimativa da receita de fornecimento não faturado, a qual leva em consideração dados históricos, dados contratuais, relatórios com alto volume de dados extraídos dos sistemas da Companhia, inputs manuais, além de julgamento por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos clientes e consumidores finais, a fim de garantir que a receita seja contabilizada no correto período de competência.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita; (ii) envolvimento de especialistas em sistemas para realização de procedimentos de auditoria suportados por ferramentas computadorizadas; (iii) testes de detalhe da receita; (iv) exame do cálculo da receita não faturada, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; e (v) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 8 e 26, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura e ativo financeiro da concessão

Conforme divulgado nas notas 15 e 18 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, as controladas Cemig Distribuição S.A., Companhia de Gás de Minas Gerais e Cemig Geração e Transmissão S.A. possuem registrado ativo financeiro e ativo intangível da concessão nos montantes de R$ 7.083.492 mil e R$ 11.155.928 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pelas distribuidoras de energia e gás aos consumidores finais, assim como para definição da Remuneração Anual Permitida (RAP) das transmissoras, nos termos do Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2017, as controladas reconheceram em seu ativo investimentos na infraestrutura das concessões de distribuição de energia e gás e transmissão no montante total de R$ 1.129.675 mil.

Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro das concessões de geração e distribuição de energia elétrica, que representa a parcela dos investimentos efetuados pelas controladas e que não será ou foi completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e consequentemente será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização, avaliação subsequente de gastos com infraestrutura e avaliação do ativo financeiro, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pela Companhia e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias, tendo sido identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da atualização do ativo financeiro da concessão de transmissão, o qual não foi ajustado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 15 e 18, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Obrigações pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações atuariais líquidas relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia e suas controladas e apuradas de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor totalizam R$ 4.186.181 mil.

Avaliamos tal área como significativa devido à magnitude dos montantes reconhecidos no passivo, além do grau de julgamento associado ao processo de mensuração do passivo, que inclui premissas complexas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade e taxas de desconto. Variações nestas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, descritas na nota 23 às demonstrações financeiras. Confrontamos estas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na realização de procedimentos voltados à identificação de eventuais planos de benefícios pós emprego que não tivessem sido previamente identificados e na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as obrigações pós emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas associados ao reconhecimento destas obrigações, a identificação das obrigações existentes, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável dos investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

De acordo com o CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, equivalente ao IAS 28, após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia deve aplicar os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, equivalente ao IAS 39, para determinar a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total da Companhia na investida. Em 2017, como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam não existir indicativos de desvalorização dos seus investimentos e, consequentemente, não reconheceram qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial no montante de R$ 7.792.225 mil, divulgados na nota 16 às demonstrações financeiras e à existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a análise de informações internas e externas que pudessem indicar desvalorização significativa dos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, tais como histórico de recebimento de dividendos e variação do valor de suas ações cotadas em bolsa (quando aplicável); (ii) análise da correta aplicação do CPC 38 pelas próprias investidas e controladas em conjunto, através do exame da análise de indicativos e do cálculo do valor recuperável dos seus ativos, quando aplicável; (iii) análise do processo, controles e premissas utilizadas pela Administração para identificação de indicativos de impairment e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa

16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 11 de abril de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, e contendo ênfases relacionadas aos assuntos descritos anteriormente assim como sobre a incerteza da renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda e sobre a reapresentação dos valores correspondentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC-1BA022650/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 2018.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

aa.) Edson Moura Soares

Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino

Manuel Jeremias Leite Caldas

Rodrigo de Mesquita Pereira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 3011ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 28-03-2018, aprovamos a conclusão, em 28-03-2018, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2017; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, interina e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente

Daniel Faria Costa - Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Dimas Costa - Diretor Comercial

Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão

José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial

Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos

Maurício Fernandes Leonardo Júnior - Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu - Diretor de Distribuição e Comercialização, interinamente; e, temporária e cumulativamente, Diretor Jurídico

Thiago de Azevedo Camargo - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 3011ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 28-03-2018, aprovamos a conclusão, em 28-03-2018, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2017; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, interina e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente

Daniel Faria Costa - Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Dimas Costa - Diretor Comercial

Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão

José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial

Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos

Maurício Fernandes Leonardo Júnior - Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu - Diretor de Distribuição e Comercialização, interinamente; e, temporária e cumulativamente, Diretor Jurídico

Thiago de Azevedo Camargo - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.